

**Proteção social,
lutas e trabalho
em tempos de crise
do capitalismo**

COLEÇÃO MÁQUINAS, LINHAS E TERRITÓRIOS
Rede de Laboratórios Moitará
Coordenação Giuseppe Cocco e Luiz Felipe Teves

CONSELHO EDITORIAL

ANNALISA MURGIA – *University of Leeds (GB)*
GABRIELLA ALBERTI – *University of Leeds (GB)*
VLADIMIR SIBYLLA – *UNIRIO*
CECILIA PAIVA – *UFRJ*
REGINA TEIXEIRA – *UFRJ*
JEINNI KELLY PEREIRA PUZIOL – *Rede de Laboratórios Moitará*
CAROLINA SALOMÃO – *Rede de Laboratórios Moitará*
GERARDO SILVA – *UFABC*
ANA CRISTINA TEODORO DA SILVA – *UEM*
VALTER ZANIN – *Università di Padova (Itália)*
RALUCA SOREANU – *Birkbeck University (GB)*
BRUNO TARIN – *LABTeC-UFRJ*
ANDREA LAMPIS – *USP*
ALEXANDRE MENDES – *UERJ*
BARBARA SZANIECKI – *UERJ*
ALEXANDRE DO NASCIMENTO – *Rede de Laboratórios Moitará*
SALVADOR SCHAVELZON – *UNIFESP*
OSCAR GARCIA AGUSTIN – *Aalborg University (Dinamarca)*

Proteção social, lutas e trabalho em tempos de crise do capitalismo

Organizadoras

CECÍLIA CAVALCANTI

REGINA TEIXEIRA

TELMA GIL

autografia

Rio de Janeiro, 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte /MG)

P967 Proteção social, lutas e trabalho em tempos de crise do capitalismo / Organizadoras
Cecília Paiva Neto Cavalcanti, Regina Coeli Pinto Teixeira, Telma Fernandes
Barrionuevo Gil. – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020.
196 p. : 16 x 23 cm
ISBN 978-65-5531-977-4
1. Capitalismo e crise. 2. Trabalho e reprodução social. 3. Resistências e lutas.
I. Título.

CDD 361.61

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Proteção social, lutas e trabalho em tempos de crise do capitalismo

CAVALCANTI, Cecília Paiva Neto (org.)

TEIXEIRA, Regina Coeli Pinto (org.)

GIL, Telma Fernandes Barrionuevo (org.)

ISBN: 978-65-5531-977-4

1ª edição, dezembro de 2020.

Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.

Rua Mayrink Veiga, 6 – 10º andar, Centro

RIO DE JANEIRO, RJ – CEP: 20090-050

www.autografia.com.br

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem
prévia autorização do autor e da Editora Autografia.

Sumário

Apresentações dos autores e organizadoras	7
Introdução	13
1. O Fracasso da Proteção Social Pública, a Potência da Cooperação Social em Luta pela Vida	29
Regina Teixeira Cecília Paiva N. Cavalcanti	
2. As (Re) Configurações do Poder Global e o Fluxo Migratório: breves reflexões	63
Mariangela Nascimento	
3. <i>Sharing Economy</i> e o Capitalismo de Plataforma: salvamento e selvageria na nova economia	91
Bruno Tarin	
4. Antagonismos Biopolíticos nas Fraturas do Desenvolvimento	119
Renan Nery Porto	
5. Considerações acerca da Divisão Racial do Trabalho no Brasil	133
Marcelo Martins da Silva	
6. As Ocupações e o Circuito Inferior da Economia Urbana: reflexões a partir das experiências de Mauá e Caguassú Leste na cidade de São Paulo	155
Gerardo Silva Iara Schiavi Miriam Couto	
7. Proteção social e Moradia Adequada: sentidos do acolhimento em repúblicas	175
Camila Nastari Fernandes Dirce Harue Ueno Koga Ricardo de Sousa Moretti	



Apresentações dos autores e organizadoras

BRUNO TARIN é doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). As pesquisas mais recentes são sobre as transformações do capitalismo contemporâneo com foco na justiça ambiental, nos processos comunicacionais e culturais e também sobre as relações entre ecologia política, cultura popular, comunidades tradicionais, redes e digitalização. Pesquisa também a economia criativa, a produção do comum e de políticas públicas de cultura - especialmente em relação com o digital.

Contato: brunotarin@gmail.com

CAMILA NASTARI FERNANDES é cientista social, mestre e doutoranda em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisadora do Laboratório de Planejamento – LaPlan/UFABC. Tem experiência acadêmica e profissional no setor público, privado e junto a entidades da sociedade civil, atuando nos seguintes temas: política urbana, políticas públicas, planejamento urbano, habitação de interesse social e mobilidade urbana.

Contato: camilanastari@gmail.com

CECILIA PAIVA NETO CAVALCANTI é assistente social, mestra em Engenharia de Produção pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) e doutora em Serviço Social pela UFRJ. É professora associada da Escola de Serviço Social (ESS)

da UFRJ, onde coordena o Laboratório de Estudos de Proteção Social e Trabalho (LepSot), e integra a Rede de Laboratórios Moitará. Detém concentração de conhecimento nas temáticas do trabalho, proteção social e lutas sociais, com foco nas seguintes áreas: seguridade social, assistência social, renda básica, saúde, saúde do trabalhador, relações de trabalho, organização do trabalho, políticas de emprego e qualificação profissional.

Contato: ceci_cavalcanti13@hotmail.com

DIRCE HARUE UENO KOGA é assistente social e professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) onde é coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Cidades e Territórios da PUC-SP. Desenvolve trabalho de assessoria, consultoria e supervisão técnica junto a equipes técnicas de prefeituras, governos estaduais e federal, bem como de organizações não governamentais e empresas nas áreas de vigilância socioassistencial, pesquisa socioeconômica, diagnóstico socioterritorial, planejamento, monitoramento e avaliação social. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social Aplicado, atuando principalmente nos seguintes temas: inclusão social, exclusão social, políticas públicas, território e desigualdade social.

Contato: dirce.koga@gmail.com

GERARDO SILVA é formado em Geografia, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Cândido Mendes (IUPERJ/UCAM). É professor da UFABC, no Bacharelado em Planejamento Territorial e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território. Realiza pesquisas sobre desenvolvimento territorial, com foco em governança metropolitana, desenvolvimento econômico local e produção cultural das periferias.

Contato: gerarj@uol.com.br

IARA SCHIAVI é formada em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e especialista em Ciência Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Fez mestrado em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC, por onde está desenvolvendo seu doutorado. Realiza pesquisas sobre desenvolvimento urbano, com foco em tecnologias da informação e comunicação, consumo, mobilidade urbana, segregação socioespacial e habitação.

Contato: iara.schiavi@gmail.com

MARCELO MARTINS DA SILVA é sociólogo de profissão e cientista social pela Fundação de Santo André (FSA). cursou o mestrado em Planejamento e Gestão do Território na UFABC, e é doutorando no programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais (PCHS) da UFABC. Exerce a função de sociólogo na Prefeitura Municipal de Mauá, no estado de São Paulo, e é pesquisador do Grupo Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3PAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e vinculado à UFABC. Discute em seus trabalhos temas relativos às relações raciais no Brasil com enfoque na questão negra, às desigualdades raciais no mercado de trabalho e aos aspectos sociais do planejamento urbano.

Contato: mms11101974@gmail.com

MARIANGELA NASCIMENTO é cientista política, professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde coordena o Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR) e o Núcleo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA), este último vinculado ao CNPq. É editora chefe da revista Cadernos de Gênero e Diversidade da UFBA e membro da Universidade Nômade - Brasil. Atua na área de Filosofia Política, Ciência Política com ênfase nos seguintes temas: teoria da democracia, direitos humanos, movimentos sociais, feminismos, cidadania, trabalho, classes sociais e mobilidade humana.

Contato: mariangelanascimento@yahoo.com.br

MIRIAM COUTO é formada em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, mestre e doutoranda em Planejamento e Gestão de Território pela UFABC. É assistente de pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-Brasília), em projetos sobre regularização fundiária em comunidades de baixa renda. Participou do projeto Alfabetização Cartográfica Docente e Discente do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.

Contato: couto.mfr@gmail.com

REGINA COELI PINTO TEIXEIRA é graduada e licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com especialização em História do Brasil pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ. É mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ e doutora em Serviço Social pela ESS-UFRJ. Integra a coordenação do LepSot/ESS/UFRJ e a Rede de Laboratórios Moitará. Faz parte do Conselho Editorial da Revista Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia, publicação vinculada ao Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/UFRJ. Áreas de atuação: políticas públicas; política social; políticas econômicas; História do Brasil; relações de trabalho; assistência social; organização do trabalho; desigualdade e pobreza. Além do exercício acadêmico, tem experiência em gestão de políticas públicas como servidora pública e como consultora de instituições governamentais e não-governamentais.

Contato: reginapt@gmail.com

RENAN NERY PORTO é baiano de Jequié, ensaísta e poeta. Escreve ensaios que perpassam estética e política, filosofia e literatura, abordando temas como as relações entre corpo e tecnologias, transformações do capitalismo contemporâneo. É mestre em filosofia do direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) com uma dissertação sobre ética e justiça a partir do *Grande Sertão Veredas*, romance de João

Guimarães Rosa. Publicou poemas nas revistas Escamandro, R. Nott Magazine, Gueto e Zunái. Escreveu o livro de poemas O Cólera A Febre, sua obra de estreia, publicada em 2018, pela editora Urutau.

Contato: rnanporto@gmail.com

RICARDO DE SOUSA MORETTI é engenheiro civil, mestre em Engenharia de Solos e doutor em Engenharia de Construção Civil e Urbana, ambos pela Universidade de São Paulo (USP). É professor titular aposentado da UFABC e professor e pesquisador colaborador do Programa de Planejamento e Gestão do Território da UFABC. Tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase nos temas associados à habitação de interesse social, legislação urbanística, saneamento, mobilidade, projetos urbanos e prevenção de riscos.

Contato: ufabc.moretti@gmail.com

TELMA FERNANDES BARRIONUEVO GIL é assistente social da UFRJ e atua no Centro Cultural de Ciência e Tecnologia - Casa da Ciência. É mestre em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e doutoranda em Serviço Social na PUC-Rio, pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários. Integra a coordenação do LepSot/ESS/UFRJ.

Contato: telmagil@terra.com.br



Introdução

Este livro é fruto de uma iniciativa do Laboratório de Estudos de Proteção Social e Trabalho (LepSot), sediado na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Constituído em 2006 como Laboratório de Estudos de Política Social na América Latina (LepSal), o foco inicial da nossa pesquisa, que contou com o fomento da parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), se voltava para os programas de transferência de renda em curso no Brasil e na Argentina, a fim de compreender como estava se dando o processo de reordenamento da proteção social na América Latina conduzido pelas políticas neoliberais. À medida em que desenvolvíamos e refinávamos nosso método de abordagem, ao estudar as tendências gerais das políticas de proteção social a partir das suas relações com o trabalho, percebemos que este último se constituía uma categoria central, tanto na condução dos nossos estudos e pesquisas, para melhor compreensão da proteção social, que tem na garantia da reprodução da força de trabalho sua função precípua, quanto nas atividades de extensão que nos eram demandadas, notoriamente nas áreas da assistência social e da saúde e trabalho. Ao mesmo tempo, as mudanças sócio-econômica-políticas advindas da crise dos *subprimes* de 2008, que atingiu em cheio os “países centrais”, sobretudo os europeus, nos instigavam a olhar além da América Latina. Assim, o “rebatismo” do Laboratório para LepSot exprime tanto esse redirecionamento do

foco dos nossos estudos, ou melhor dizendo, ampliação do escopo das nossas problemáticas, como elucidada o nosso método de análise.

O LepSot é constituído por docentes, profissionais, pesquisadores, alunos de iniciação científica e da pós-graduação. E ao longo desses anos vem produzindo artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado, teses de doutorado, apresentando trabalhos em eventos científicos da área e afins, promovendo seminários, colóquios, cursos de extensão, e, através de parcerias com órgãos governamentais e de cooperação técnica, contribuindo com a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como com a formação e qualificação profissional dos seus quadros.

Para esta coletânea escolhemos trazer produções que vão além dos estudos e reflexões realizados no âmbito do LepSot. Juntamos a nossa produção textos de parceiros com os quais o Laboratório, em sua trajetória, estabeleceu interlocuções em diferentes momentos, característica tão cara e que também nos define, ou seja, o intercâmbio e troca com outros núcleos de pesquisa afins à temática, tanto da própria UFRJ, quanto de outras universidades e instituições de pesquisa do Brasil e demais países. E por valorizar esse espaço plural de debate, que enriquece e nos faz avançar, amadurecer as ideias, optamos por esta produção coletiva que lança, numa abordagem interdisciplinar, diferentes olhares sobre variados aspectos das temáticas que constituem o nosso escopo de análise, estudo e reflexão.

Desse modo, esta obra traz produções do Núcleo de Estudos Feministas em Política e Educação (GIRA) e do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados (NAMIR) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da sua coordenadora, a professora Mariangela Nascimento; dos pesquisadores Renan Porto, à época vinculado à Rede Universidade Nômade¹, e Bruno Tarin, também da Uninômade e da Rede de

1. A Universidade Nômade é uma rede transnacional, que agrupa militantes, ativistas, coletivos, blogues, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, dispersos em redes sociais, produtivas e

Laboratórios Moitará², da qual o LepSot participa; e de docentes e pós-graduandos do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC) e seus colaboradores. Com relação à UFABC, a aproximação se deu através do pós-doutorado da professora e uma das coordenadoras do LepSot, Cecília Paiva Neto Cavalcanti, desenvolvido entre agosto de 2018 e julho de 2019 sob a supervisão do professor Gerardo Silva. Esta parceria estabelecida com a UFABC resultou em três textos, um de autoria do próprio professor Gerardo com as pós-graduandas Iara Schiavi e Miriam Couto; um da pós-graduada Camila Nastari Fernandes em coautoria com o professor e pesquisador colaborador da UFABC, Ricardo de Sousa Moretti, e a docente da PUC-SP, Dirce Koga; e o terceiro do pós-graduando Marcelo Martins da Silva.

Aqui temos um convite à reflexão sobre as problemáticas da proteção social, do trabalho e das lutas em meio à crise capitalista contemporânea, problemáticas estas que constituem o escopo dos estudos e pesquisas do LepSot. A crise contemporânea, mais do que uma crise econômica, é uma crise sistêmica, ou seja, do regime geral de acumulação, que se manifesta em suas diversas dimensões interdependentes e de forma global, quer sejam, social, política, ambiental e do próprio funcionamento do Estado. Ela tem seu início na década de 1970, com o fim do longo ciclo de expansão e crescimento econômico sustentado pelo keynesianismo-fordismo, e se acirra com a crise financeira de 2008 e, mais recentemente, com os rebatimentos econômico-sociais

colaborativas. Criada em 2007, se constitui também como um modo de militância, baseado nos conceitos de *multidão*, *enxame*, *êxodo* e *produção do comum*.

2. Criada em 2018 como uma iniciativa do Laboratório Território e Comunicação (LabTec) da UFRJ, a rede de Laboratórios Moitará integra docentes e pesquisadores de vários laboratórios de pesquisa de diferentes universidades e instituições de ensino e pesquisa, inclusive, de outras cidades e estados, além de interlocutores de outros países. Desse modo, tem integrado a rede desde então, o LabTeC/UFRJ; o Núcleo de Museologia, Território e Sociedade (NuMTeS/UNIRIO); o LEPSot/UFRJ; Ás de Paus: Laboratório de Comunicação e Multimeios (UEM); Direito, Pragmatismos e Filosofia (UERJ). No âmbito editorial, a Rede apoia a revista Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia.

das medidas de isolamento e distanciamento social impostas, a partir de 2020, para controle da pandemia da covid-19.

Como toda crise capitalista, ela engendra mudanças no modo de produção e no regime de acumulação para restauração do poder. Por isso, para nós, proteção social, trabalho e lutas estão intrinsecamente relacionados. As lutas obrigam constantemente o capital a se restaurar para manter a dinâmica da acumulação contínua e ampliada, moldando a organização do trabalho e a organização social e política. Sendo o capitalismo uma relação de poder, que extrapola o econômico e molda os Estados e sociedades, suas crises impactam nas formas de produção e redistribuição da riqueza, na governabilidade político-institucional, na organização e mobilização social, que se remodelam assumindo novas formas de luta, ou, conforme Foucault³, a resistência gera novas formas de poder e o poder gera novas formas de resistência, que, por sua vez, podem impor novos limites ao regime de acumulação, levando-o à necessidade de se atualizar para enfrentar e controlar as demandas sociais que cria, num movimento contínuo que tem por motor a luta capital/trabalho. Da mesma maneira, a proteção social se estrutura a partir de diferentes contextos sócio-históricos para dar conta da sua função primordial de garantir a reprodução da força de trabalho. Por isso, buscamos examinar a proteção social a partir da sua relação com o trabalho, considerando as mudanças no modo de produção e regime de acumulação capitalista, como um método de abordagem mais abrangente, que parte do concreto, do real.

E é neste contexto da crise do capitalismo, e das impossibilidades políticas dela decorrentes para oferecer proteção social ampla e distribuída de maneira justa ao conjunto das populações, que trazemos à discussão o tema da proteção social. Proteção social para nós não se restringe à proteção público-estatal, mas que abrange as diversas

3. FOUCAULT, Michel. Como se exerce o poder? Disponível em <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/12/05/como-se-exerce-o-poder-michelfoucault/> Publicado em 05/12/2015.

iniciativas coletivas que partem de pessoas e grupos desprotegidos, conformando, no dia a dia, redes de proteção cooperada, solidária, baseada em cuidados mútuos, que asseguram a existência, o bem-estar e o atendimento das necessidades humanas, ainda que, em grande parte, precária e insatisfatoriamente. Iniciativas estas que também devem ser compreendidas como formas de luta, pois partem dos que resistem, dos que recusam o lugar de descartáveis. Isto posto, estamos aqui também assumindo uma concepção de lutas que abarca não só as que se expressam através de manifestações, greves, revoltas, levantes e movimentos sociais, como também aquelas que, através de iniciativas de cooperação e ações coletivas, de auto-organização do trabalho na produção do atendimento a necessidades e provisão de bem viver, vão conformando redes de colaboração, resistência e lutas por novos direitos e formas alternativas de vivência e sobrevivência, rumo ao que Vercellone chama de reconquista democrática das instituições de *welfare*, cuja dinâmica associativa, cooperativa, solidária, horizontalizada, de auto-organização do trabalho se basearia “no primado do não mercantil e da produção do homem pelo homem”⁴. Iniciativas como as que assistimos agora, em meio ao cenário catastrófico da pandemia, quando persistem e até intensificam lutas que cobram a proteção social devida pelo Estado, resistindo ao descaso, à omissão e à repressão dos poderes constituídos, que configuram um modo de gestão política compatível com a ordem econômica do capitalismo de destruição de vidas e natureza, pelo extermínio massivo de pobres, trabalhadores, negros, indígenas e nosso ecossistema; gestão que, a partir da conceituação de Mbembe⁵, denomina-se necropolítica praticada por necropoderes, que teriam o direito soberano de escolher quem vive e quem morre.

4. VERCELLONE, Carlo. A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro. In Fumagalli, A. e Mezzadra, S. (Orgs.). **A crise da economia global**. Mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 144.

5. MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Em nosso método de abordar a proteção social a partir da sua relação estreita com o trabalho, estamos considerando tanto o trabalho assalariado, formal, quanto o trabalho precarizado, informal e ainda aquele que sequer é reconhecido como trabalho na ordem capitalista, mesmo que essencial para a produção da vida, ou seja, o trabalho não remunerado, tido como improdutivo na lógica do capitalismo, como as tarefas domésticas, impossíveis de serem medidas em custo e tempo, aceitas como naturais, invisibilizadas. E nesse trabalho não reconhecido como produtivo pelo capital incluem-se também mutirões para construção e reforma de moradias e locais de pequenos negócios, a assistência a idosos e crianças, os cuidados com a sobrevivência e a saúde coletiva em comunidades pobres e desassistidas pelo Estado, ações que neste momento de pandemia se evidenciam como questão de vida ou morte. A categoria trabalho, portanto, é primordial tanto para examinar a constituição e desenvolvimento do *welfare state*, como fundamental para compreender a proteção social neste momento em que ela perde a sua base de referência histórica, sua estreita associação com a relação de assalariamento, com as proteções ao trabalho (legislação trabalhista) e a partir do trabalho (habitação, saúde, educação etc).

Por examinar a proteção social a partir do trabalho, constatamos a necessidade de repensá-la face às transformações no modo de produção e nas relações de trabalho, que só incrementam o trabalho precário, eventual, não protegido por direitos trabalhistas e previdenciários, em grande parte, não remunerado, no qual a forma emprego figura como tendente à dissolução, e não devemos vislumbrar no horizonte, como uma saída à intermitência e insegurança inerente ao atual modelo, a retomada do *welfare state* idealizando a forma emprego. Isso significaria desconsiderar o que é o trabalho na lógica da organização capitalista e as próprias lutas que levaram ao esgotamento do modelo fordista/keynesiano, ao questionarem e recusarem o trabalho triste, monótono, repetitivo, prescrito, cronometrado nas fábricas. Embora,

com o advento da pandemia, o desenvolvimento centrado no crescimento econômico a qualquer custo e a proteção social nos moldes neoliberais de uma renda mínima e compensatória tenham ganhado novas dimensões práticas e perceptivas. Fala-se em desaceleração do crescimento e mudança em seus paradigmas. Surgem propostas de um novo modo de vida, incluindo ideias de desenvolvimento com preservação do meio ambiente. A Europa começa a assimilar a proposta de, com medidas concretas, avançar para matrizes energéticas não fósseis que abasteçam as cidades, indústrias, habitações, e, ao mesmo tempo, criem empregos em massa no processo de reconversão, na linha do manifesto de Jeremy Corbyn⁶ na Inglaterra. O soerguimento de um novo modelo de Estado Social, que estenda a proteção pública a todos, ao menos no que se refere à renda garantida e saúde pública, algo até então improvável no modelo neoliberal e pós-fordista, passa a ser pensado e debatido. Afinal, o atendimento mais amplo e robusto à população ficou a cargo dos sistemas públicos, como o SUS aqui no Brasil, provocando um movimento no sentido de fortalecê-los e ampliá-los. Assim como ocorrem com os programas de transferência de renda básica universal e suficiente, que vêm sendo (re)discutidos e até implementados em alguns países europeus.

Porém, na contramão desse movimento, constatamos que as tendências recessivas da economia apresentadas nos últimos anos se intensificaram com a pandemia e o recuo – ensaiado inicialmente quando o Estado foi chamado a arcar com os custos da destruição – parece agora ser freado diante à nova normalização da vida pós coronavírus.

No Brasil, retomam-se as pautas das reformas (administrativa, fiscal, tributária etc) orientadas para a redução do gasto público, leia-se social, sem nunca se ter abandonado o modelo da “acumulação por

6. Jeremy Corbyn, líder do Partido Trabalhista britânico, lançou em 2019 um manifesto afinado ao chamado Green New Deal, associando agenda ambiental à garantia de ocupação para todos na construção de uma nova infraestrutura de energia limpa.

exterminio”, para usar a expressão de Raúl Zibechi⁷, que sustenta que o processo de dominação passa pelo genocídio maciço das populações em resistência e que o genocídio étnico-racial é um elemento chave da política do continente latino-americano. Longe disso, durante o isolamento e distanciamento social tivemos sucessivos golpes e ataques na política de proteção ao meio ambiente e remoções foram levadas adiante, tanto no campo, como nas cidades. A título de exemplo, no Rio de Janeiro, depois de muita luta, foi executada no dia 24 de agosto de 2020 a reintegração de posse da Casa Nem, desabrigoando pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social. Ao contingente que perdeu suas casas e terras durante a pandemia, acrescentam-se aqueles que por omissão e negligência do Estado são abandonados à própria sorte. Como no caso dos indígenas que deixaram de ser beneficiados com a instituição de medidas de proteção e prevenção de contágios por covid-19 nos seus territórios, previstas pela lei 14.021/20, sancionada no dia 08 de julho, que também contemplava as comunidades quilombolas e os pescadores artesanais. Após sofrer vários vetos do presidente Jair Bolsonaro, sob a alegação de que tais medidas criariam despesa obrigatória, foi retirada a obrigatoriedade do governo de fornecer acesso a água potável, cestas básicas, materiais de higiene e limpeza e instalação de internet para as aldeias, além de suspender o artigo que determinava que o governo deveria facilitar o acesso ao auxílio emergencial aos indígenas e quilombolas. Também podemos citar a situação da população carcerária, que encontra-se em risco elevado de contágio por estar aglomerada em presídios superlotados⁸, para a qual foi negada a soltura ainda que parte significativa da prisão

7. ZIBECCHI, Raúl. Acumulação por extermínio. Entrevista Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 13/07/2016.

8. São 423.389 vagas para 710 mil presos, uma superlotação de 67,8%. Fonte: Monitor da Violência, produzido pelo G1 em parceria com o Núcleo de Estudos de Violência (NEV), da Universidade de São Paulo (USP), e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/19/brasil-tem-710-mil-presos-em-cadeias-que-comportam-423-mil-31-nao-foram-julgados>

seja por medida cautelar⁹. Até início de agosto somente 3,5% desta havia sido testada e, entre servidores, principais agentes transmissores da doença entre os carcerários, apenas 18,5% havia realizado o teste¹⁰. Há que registrar que os apenados são majoritariamente jovens, pobres, negros ou pardos, moradores das periferias urbanas, logo, os indesejáveis, os descartáveis. É a necropolítica em exercício através tanto das políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações, quanto daquelas que, por negligência sistemática, permitem que pessoas morram¹¹.

Esse duplo movimento em direções opostas, que pode reforçar ou fragilizar o modelo neoliberal e predatório da acumulação capitalista contemporânea provocado pelo contexto da pandemia da covid-19, é examinado no artigo intitulado *O fracasso da proteção social pública, a potência da cooperação social em luta pela vida*, de autoria de Regina Teixeira e Cecília Cavalcanti que abre a coletânea. Seu tema é proteção social, lutas e trabalho, conforme conceitos apresentados nesta Introdução, em que a proteção social é vinculada ao trabalho e as suas lutas por melhores condições de realização e por emancipação, no contexto do capitalismo neoliberal e pós-fordista. A pandemia é usada como ponto de observação privilegiado, na medida em que evidencia as desigualdades e vulnerabilidades sociais da ordem capitalista em nível global. As autoras resgatam os conceitos de vulnerabilidade e co-dependência de Butler para problematizar a proteção social nos moldes neoliberal e a condição precária à qual está exposta toda a humanidade, ricos e

9. De acordo com dados do Monitor da Violência divulgados no dia 19 de fevereiro de 2020, dos 710 mil presos do país, 31% são provisórios, ou seja, aguardam ainda julgamento. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/19/brasil-tem-710-mil-presos-em-cadeias-que-comportam-423-mil-31-nao-foram-julgados>

10. Fonte: Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMF) de Tribunais de Justiça. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/cresce-82-numero-de-casos-de-covid-19-no-sistema-prisional/>

11. BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

pobres, pela interdependência generalizada. Discutem produção e reprodução (compreendida como o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente); a indistinção entre a função econômica e a função social do trabalho, e entre o valor real deste e o preço pago pelo mercado. A economia social e a economia do lucro, a economia dos cuidados e a dos descuidados, o deixar viver e o deixar morrer através de políticas de negligência, que se evidenciam em eventos críticos, como a pandemia de covid-19. Utilizam a noção de poder de Foucault e Butler para analisar em que medida a crise contemporânea capitalista tem potencial transformador e em que sentido: se pode pender para rupturas no seu sistema de funcionamento ou para a restauração e ampliação de suas bases de dominação, criando novas hierarquias, exponenciando a exploração e os controles sobre o trabalho, acirrando desigualdades. São analisadas iniciativas estatais adotadas no contexto da pandemia para sua contenção e para minimizar a crise econômico-social relacionada à crise sanitária; iniciativas que ora apontam para um enfraquecimento do modelo de acumulação neoliberal, ora para um recrudescimento das medidas de austeridade para pagamento das contas da pandemia. E, de acordo com o conceito de proteção social adotado, examinam-se as ações de cooperação social para a produção de bens e serviços sociais úteis e necessárias ao atendimento das necessidades humanas. Na última parte, as autoras tratam das lutas sociais contra a precariedade da vida, do trabalho, por proteção social e por mais direitos, e contra as políticas de corte de investimentos públicos na proteção social e a violência do Estado como modo de governabilidade.

No texto *As (re)configurações do poder global e o fluxo migratório: breves reflexões*, Mariângela Nascimento traz à discussão a premente temática da migração. Numa abordagem instigante e provocadora acerca dos processos migratórios, a autora os concebe não apenas como fluxos de trabalhadores, mas como movimentos sociais de luta e resistência, movidos que são pelo desejo de libertação e exercendo o seu direito

de fuga. Compreendendo que o novo tipo de capitalismo emergente e globalizado exige novas categorias de análise, a autora adota um referencial teórico-metodológico, sobretudo a partir do pensamento do filósofo político marxista italiano Toni Negri e do filósofo político norte americano Michael Hardt, capaz de dar conta das mudanças estruturais do trabalho e da natureza dos conflitos protagonizados pelos novos atores sociais, para, assim, entender os efeitos da crescente mobilidade humana. Desconstruindo a imagem de sujeito passivo, subalterno e carente de cuidados, a autora defende o imigrante como protagonista político capaz de ressignificar os processos de produção e reprodução do capital e do modo de vida, uma vez que o movimento migratório provoca turbulência no mundo capitalista, coloca em xeque as instituições liberais, a democracia, a cidadania, os direitos humanos; ainda que ela nos lembre, recorrendo a Agamben, que a excepcionalidade da intervenção e o uso da força policial do Estado neoliberal colocam em questão a própria noção de direito, de Estado moderno e da democracia. Em última instância, o movimento migratório confronta-se com as políticas de controle e restrições que são centrais para o bom funcionamento das novas relações produtivas e reprodutivas do capital. Restrições estas que a autora percebe tenderem para uma intensificação em função da pandemia, cujas medidas para sua contenção e controle têm levado os países a ampliarem e fortalecerem suas fronteiras com o pretexto de salvar vidas. Mencionando o uso do sistema biopolítico digital por parte dos países asiáticos no combate à pandemia, Mariângela prevê a generalização da adoção do controle digital das pessoas no mundo pós pandemia, ampliando a capacidade de domínio do poder do Estado na nova realidade global. Esse é o cenário político global a ser enfrentado pelos trabalhadores, migrantes e nativos que a autora vislumbra nas conclusões do seu texto.

Em *Sharing Economy e Capitalismo de plataforma: salvamento e selvageria na nova economia*, Bruno Tarin trata das dinâmicas da economia digitalizada de redes que ganham maior densidade na última década,

e das novas formas de captura do comum. Sua análise se fundamenta no conceito de acumulação primitiva, pela sua pertinência para analisar os modos de funcionamento do capitalismo e a constante renovação e ampliação das suas formas de exploração e cercamentos, para além do momento histórico do seu surgimento. Na nova dinâmica de exploração e de dominação, os cercamentos contemporâneos miram-se nos saberes e na vida. A extração e manipulação dos dados informacionais digitais, que Tarin denomina mineração de dados, são consideradas por ele como os principais vetores de desenvolvimento e acumulação de capital da nova economia digitalizada. Usando exemplos como os casos da Uber, Airbnb, WeWork, Amazon Web Services (AWS) e Homejoy, esta última, inclusive, merecendo uma maior atenção na seção final, ao ser utilizada para ilustrar o modo de funcionamento do capitalismo de plataforma, o autor evidencia que o que essas empresas detêm, de fato, são marcas, patentes, copyrights e, principalmente, o controle sobre fluxos de dados informacionais. Fluxos de informação e comunicação em rede que servem para vigiar e controlar os trabalhadores precarizados, o trabalho flexível e móvel, que se encontra, difuso, desterritorializado, e que se convertem em amostragem de dados dos mercados, das empresas, das instituições financeiras, fornecendo os elementos para a produção de subjetividades, ao manipular comportamentos, condutas, fabricar identidades, formar eleitores, comunicadores, constituindo-se não só em mecanismo de exploração econômica, como também de dominação política. Dissecando o processo de extração e captura do comum no capitalismo de plataforma é que o autor aborda a dualidade salvamento e selvageria, em que o capitalismo, em um mesmo e único movimento, simultaneamente em que destrói as condições para a vida em comum, oferece os únicos meios para a sobrevivência dos expropriados, que veem nas oportunidades do trabalho superexplorado e precarizado a salvação à fome e à miséria.

Reportando-se à realidade brasileira, Renan Porto, em *Antagonismos Biopolíticos nas Fraturas do Desenvolvimento*, recorre ao conceito do

neodesenvolvimentismo para examinar as especificidades do capitalismo em nosso território. Especificidades que definem o funcionamento do capitalismo não só no Brasil, como no continente Latino-Americano, cujas economias se baseiam, principalmente, na extração e exportação de commodities, sendo, portanto, desenvolvimentismo e extrativismo, considerados pelo autor como elementos-chaves da configuração do capitalismo na América Latina, tendo por resultante a devastação dos territórios, das florestas e das comunidades que dependem desses ecossistemas para continuarem vivendo. Partindo do conceito de biopolítica de Michel Foucault, Renan afirma que o capitalismo na sua forma neodesenvolvimentista não é apenas uma maneira de organizar a produção e extração de riquezas, mas também é um modo de governar, de repartir as terras, de gerir os deslocamentos das populações sobre essas terras, de povoá-las, ou seja, um modo de gerir as populações como um corpo produtivo. Avançando em sua análise, Renan trata das transformações do trabalho e da precarização da vida para apresentar a perspectiva da renda básica universal. Com base nos estudos dos cientistas políticos ingleses Nick Srnicek e Alex Williams, para os quais a renda básica universal seria um dos mecanismos que criaria mais condições de enfrentamento ao capitalismo, Renan defende que uma política de renda nesses moldes, reorganizando a repartição, incidiria diretamente nas condições de possibilidade da ação política, na produção biopolítica, potencializando a disputa pela composição de novos modos de viver que subvertam as redes capitalistas que agenciam nossos corpos e desejos.

A questão da desigualdade racial, tocada de passagem por Mariângela Nascimento e Bruno Tarin em suas análises, ganha centralidade no texto de Marcelo Martins da Silva. Partindo das teses da ideologia do branqueamento e assumindo a hipótese de que houve e há uma histórica e estrutural divisão racial do trabalho na sociedade brasileira, em *Considerações acerca da divisão racial do trabalho no Brasil* as linhas raciais da opressão e da exploração, traçadas durante o período do

colonialismo, são retomadas pelo autor na análise sobre o mercado de trabalho brasileiro. A partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que o autor verifica a situação ocupacional defendendo que a sua segmentação é a tônica da diferença entre os grupos raciais, também examina outros aspectos que, direta ou indiretamente, estão interligados com o mercado de trabalho, como a educação e a renda. Baseando-se nos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e das PNADs de 2014 a 2017, o autor constata resultados positivos das ações afirmativas e políticas de cotas direcionadas para reduzir as desigualdades raciais. Porém, ainda que exitosas e importantes para a melhoria das condições de vida da população negra, Marcelo demonstra que estas se mostraram insuficientes e pouco eficazes para a redução das desigualdades raciais, concluindo que no século XXI a segmentação racial do mercado de trabalho brasileiro permanece.

Finalizando nosso livro, trazemos dois estudos de caso sobre a temática da habitação. No primeiro, intitulado *As ocupações e o circuito inferior da economia urbana: reflexões a partir das experiências de Mauá e Caguassú Leste na cidade de São Paulo*, os autores Gerardo Silva, Iara Schiavi e Miriam Couto trazem duas experiências de ocupação na metrópole de São Paulo, uma na área central e outra na periferia. Partindo da leitura crítica sobre o dualismo setor formal/ setor informal no desenvolvimento das economias periféricas do geógrafo Milton Santos, para quem não existiria uma situação de dualismo, mas, sim, de bipolarização, na qual ocorre complementariedade, concorrência, superposição e interdependência entre o que ele denomina de circuito superior ou moderno e o circuito inferior da economia urbana, os autores adotam a extensão do conceito de circuito inferior argumentando sua pertinência para ser assimilada aos territórios da periferia, circunscritos que estão no vasto e heterogêneo contexto da metrópole que se singulariza pela segregação social e precariedade das condições materiais de vida, no qual as ocupações urbanas fazem parte. As duas experiências de ocupação são examinadas nas suas diversas manifestações relativas

à problemática do trabalho, da geração de renda, da escolaridade, da mobilidade urbana, entre outras, evidenciando a maneira como esses grupos sociais permanecem de diversos modos vinculados ao cotidiano da cidade, a seus processos de produção e reprodução, entendendo que as ocupações não têm apenas a finalidade da habitação, mas também da inserção na cidade, na sua vida produtiva. Ao se debruçarem sobre o conceito de “ocupação”, a partir das reflexões de Guilherme Boulos e num diálogo com a produção de Milton Santos, dada não apenas sua especificidade no contexto do circuito inferior da economia urbana, como também sua significação política no debate atual sobre o “direito à cidade”, e sua distinção em relação a “invasão”, os autores reconhecem e assumem que a primeira detém uma função social. As ocupações são assim vistas como forma de luta, de resistência, daqueles que, movidos pela necessidade, rompem com a inércia que a dominação produz, (re)tiram, (re)tomam dos especuladores, investidores e empresários, um bem e a ele conferem uma utilidade social.

O segundo caso é trazido no último capítulo sob o título *Proteção social e moradia adequada: sentidos do acolhimento em repúblicas* de autoria de Camila Nastari Fernandes, Dirce Harue Ueno Koga e Ricardo de Sousa Moretti, no qual, e a partir de pesquisa empírica realizada no município de São Paulo, é avaliado o serviço de acolhimento em república para adultos em situação de rua, tida pelos autores como uma modalidade de abrigamento transitório mais adequada do que os tradicionais albergues, por oferecer uma estrutura e lógica de funcionamento mais semelhante a uma residência. Tendo o trabalho de campo abarcado os oito equipamentos da rede socioassistencial do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no município, que ofereciam essa modalidade de abrigamento à época da sua realização, os autores conduzem a avaliação deste serviço a partir do imbricamento entre o direito à proteção social e o direito à moradia adequada, por considerarem que a moradia é essencial para a organização da vida e um ponto de partida básico para acesso a outros direitos econômicos, sociais e culturais, sendo

central para a realização da cidadania. Identificando os limites e potencialidades das repúblicas, trazem dados e elementos para alimentar o debate em torno da proteção social e da necessidade de repensá-la no atual contexto do capitalismo. Tarefa esta que nos impõe a necessidade de abandonar as velhas formas que não funcionam mais porque tomam por referência o trabalho, agora não mais como porta de entrada, o *green card* para a proteção social do *welfare state*, mas como porta de saída para a autonomia, a emancipação, enfim, para a empregabilidade.

Eis aqui o objetivo desta coletânea, trazer dados, questões, reflexões em torno das problemáticas da proteção social, lutas e trabalho, a fim de contribuir para o debate e, quiçá, para amplificar a produção de fissuras, rupturas, descontinuidades com o processo de reprodução do capitalismo, logo, com as relações sociais que o sustentam.

Cecília Paiva Neto Cavalcanti
Regina Coeli Pinto Teixeira
Telma Fernandes Barrionuevo Gil

1

O FRACASSO DA PROTEÇÃO SOCIAL PÚBLICA, A POTÊNCIA DA COOPERAÇÃO SOCIAL EM LUTA PELA VIDA

Regina Teixeira

Cecília Paiva N. Cavalcanti

Apresentando o tema e a abordagem

Este artigo foi se produzindo ao longo de alguns anos em que pesquisamos, estudamos, ouvimos múltiplos sujeitos, travamos debates entre nós e com generosos parceiros que trouxeram, até nosso Laboratório de Estudos de Proteção Social e Trabalho (LepSot/UFRJ), suas reflexões e inquietudes teóricas, políticas e práticas, frutos de pesquisas e ativismos. Como apresentado na Introdução, ele trata das tendências gerais das políticas e das ações da sociedade de proteção social e suas relações com o trabalho, considerando o modo de produção e regime de acumulação capitalista contemporâneos, que conformaram novas formas de uso do trabalho, nas quais predominam a precariedade e a superexploração, contrastando as relações com base no emprego assalariado, protegido por contratos coletivos, leis trabalhistas e dispositivos garantidores de direitos sociais mais abrangentes, padrão tendencialmente predominante até a década de 1980.

O chamado modelo de desenvolvimento industrial-fordista, fundado em uma espécie de compromisso (provisório e com seus termos continuamente em disputa) entre capital e trabalho, implicava, para além

do assalariamento, um sólido investimento do Estado na reprodução da força de trabalho e a promessa (não realizada) de uma progressiva e generalizada integração das classes subalternas a benefícios e serviços sociais. No modelo pós-industrial, que vem substituí-lo, a reprodução social, cada vez mais, torna-se mercadoria, com seus custos repassados diretamente à sociedade. Os trabalhadores precisam pagar para obter acesso ao que seriam direitos básicos, como saúde, educação, assistência e outros itens necessários à vida, isso em condições econômicas adversas pela perda de empregos, renda e seguridade. Esta redução dos serviços públicos a mínimos sociais, uma das práticas do chamado neoliberalismo, coloca-se no centro da crise de reprodução que vivemos e que só se agravou no contexto de crise sanitária e econômica desses tempos de pandemia por coronavírus, atingindo de modo devastador os historicamente mais vulneráveis.

Os conceitos de proteção social e trabalho aqui mobilizados não se remetem exclusivamente à proteção estatal, o primeiro, ou ao emprego subordinado ao capital, o segundo; mas os excedem. Proteção social, para além das políticas públicas, refere-se à capacidade coletiva das pessoas de cuidarem de si e das outras para viver melhor em sociedade. Trabalho, para além do emprego remunerado e explorado, mercadoria que produz mercadorias, significa também produzir bens e serviços úteis ao (bem) viver. E os dois conceitos confluem na dimensão da reprodução social, responsável pela sustentabilidade da vida cotidiana, vida que pode ser transformada em força de trabalho vendida no mercado, mas não apenas. Todos os dias as pessoas trabalham reproduzindo a si e a outros, através de cuidados com filhos, pais, amigos, vizinhos, concidadãos, na maior parte do tempo sem qualquer remuneração financeira. E produzem comida, moradia, limpeza, saúde, segurança, constituindo, ao mesmo tempo, uma economia de cooperação social e uma das condições de luta política contra a exploração da vida. Marx e Engels (s/d) indicaram como pressuposto de ação política os homens estarem vivos para fazer história, produzindo diariamente suas condições materiais de existência.

Enfatizamos que, nesta abordagem, assumimos a centralidade da categoria trabalho vinculada às lutas dos trabalhadores para a compreensão da proteção social e de como esta se estrutura em diferentes contextos sócio-históricos. Nela operamos com o conceito de luta de classes formulado por Marx (2011) e desenvolvido por Thompson (2001); ou seja, como fenômeno em movimento no tempo/ espaço onde se insere e não como categoria teórica estática, dada a priori e produto de abstrações. Trata-se, então, de um processo constituinte em que os sujeitos implicados em relações de produção, nas quais são explorados ou exploram, vivenciam os modos pelos quais acontece uma ou outra condição, buscam libertar-se ou manter domínio, reconhecem interesses antagônicos – como o trabalhador que percebe produzir riqueza e dela não usufruir, enquanto os patrões querem que ele produza mais riqueza por menos salário – e interesses comuns, entrando em ressonância com outros iguais a si – como o trabalhador que se vê como coletivo. A partir daí, vão em busca da condição desejada, que pode se converter em direito reconhecido e legislado. E, para obtê-la, resistem, sabotam, tomam pela astúcia ou à força, juntam-se aos que têm os mesmos interesses; vão, em suma, à luta, que tem várias formas em tempos e lugares singulares. O conceito de classe é inseparável do conceito de luta de classes, pois é no processo de luta que os sujeitos se descobrem oponentes, assim como percebem a possibilidade de alianças, constituindo a classe propriamente dita. Para Thompson, classe, consciência e luta são “sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (op. cit., p. 274). Sua existência não pode ser derivada mecanicamente das relações de produção e sim compreendida a partir do modo como os trabalhadores as vivem e como manejam politicamente tais vivências.

Dizer isso implica recusar a validade dos processos ‘pelo alto’, puxados por vanguardas políticas e suas instituições partidárias, sindicais e – principalmente, talvez – acadêmicas, que, muitas vezes, reduzem o “homem comum e os trabalhadores, particularmente, à mais simples expressão de burrice e passividade” (ibidem, p. 68), a serem resgatados

de suas condições de subalternidade e opressão pelos que, auto-supostamente, teriam a responsabilidade e seriam dotados da capacidade de organizar, ensinar e conduzir os por eles considerados iludidos ou alienados por caminhos de luta consistentes e direcionados ao interesse comum.

Trabalho, afeto e valor

Escolhemos começar este tópico trazendo a experiência de um debate travado em torno de um texto do antropólogo norte-americano e ativista das ruas (do Occupy Wall Street) David Graeber:¹ “Importar-se demais. Essa é a maldição das classes trabalhadoras”,² por nós utilizado em uma disciplina do curso de graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ como gatilho para pensar o sentido político, econômico e social múltiplo, conflituoso e ambíguo que se dá à categoria trabalho e seus desdobramentos em termos de proteção social, segurança e bem-estar. Além do título provocador, nele estão presentes outros ingredientes afinados com a temática do trabalho de produção e reprodução das riquezas necessárias à vida e seu não reconhecimento como gerador de valor, que nos levam a interpelar criticamente conceitos e percepções que acabamos por assumir e reiterar, de forma impensada e ilusória. Por ora, denominamos este conjunto de atividades ‘economia dos cuidados’, conceito que desenvolveremos aos poucos, recorrendo a vários autores.

Graeber afirma serem os humanos criaturas empáticas e que o conhecimento os conduz ao afeto da compaixão, exceção feita aos dotados de poder sobre outros seres e coisas, que permaneceriam indiferentes, enquanto as classes subjugadas tenderiam a uma sintonia fina com os sentimentos e necessidades alheios. “Ser poderoso significa não ter de prestar muita atenção no que os outros ao redor estão pensando

1. Precocemente falecido em 02/09/2020.

2. Disponível em <http://baderna.cc/importar-se-demais/>. Acesso em maio de 2014.

e sentindo. Os poderosos empregam outros para fazê-lo por eles” (idem);³ enquanto a maioria das ocupações, remuneradas ou não, das classes trabalhadoras sempre foi dar assistência, alimentar, consertar, entreter, enfim, “cuidar das coisas”, muito mais do que produzir como operários de fábricas. Para além das observações iniciais do autor sobre o campo estrito dos afetos,⁴ em nossa leitura, não se trata de idealização romântica de uma suposta solidariedade inata aos pobres, mas sim da percepção e afirmação de uma racionalidade que reconhece a e opera com a interdependência ou co-dependência como condição de sobrevivência social, através de iniciativas comunitárias (a relação social do comum)⁵ ou populares, nos termos de Butler (2018) e Gutiérrez (2019). Aliás, a atual pandemia evidencia – como nenhuma situação anterior – a interdependência generalizada, assim como a condição precária de toda a humanidade em relação ao risco de contágio, já que o vírus ignora fronteiras geopolíticas. Sem anticorpos biológicos eficazes e sem assistência do Estado, a organização comunitária se torna uma necessidade, já que a sobrevivência de cada indivíduo acaba por depender das ações dos outros e vice-versa.

O texto deixou parte dos alunos perplexa por embaralhar concepções que lhes pareciam corretas do ponto de vista ético-político e do exercício profissional. Tinham aprendido que deveriam manter “objetividade” no pensar e agir, evitando assim equívocos cognitivos e práticas paternalistas, e, principalmente, estranharam a ideia de que o cuidado com o outro (assim como o sentimento de empatia) pudesse ser associado a trabalho

3. Na mesma pegada, há um quadrinho do cartunista brasileiro André Damher em que dois homens conversam e um diz ao outro que ele aparenta sofrer pouco, e este responde que paga alguém para sofrer por ele.

4. Campo que não desvalorizamos, pelo contrário, e que entendemos à maneira ampliada da filosofia de Baruch Espinosa: como potência do corpo de afetar e ser afetado pelo que o cerca.

5. O comum, aqui, refere-se a uma ética e uma prática política orientadas para a cooperação, interdependência e autogestão, com a posse e o uso coletivo de bens sociais pela gente comum. A um fazer em comum a reprodução da vida que confronta segmentações, distinções e hierarquias de raça, gênero, idade e localização geográfica que nos estruturam.

produtor de valor. E não por dificuldades da ordem do conhecimento ou domínio teórico, e sim por conta de um eficiente processo de subjetivação alienante que nos faz (a todos) internalizar a lógica do capitalismo na distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, na cisão entre produção e reprodução social, e na associação do valor exclusivamente ao trabalho abstrato que se troca por dinheiro, desvalorizando inúmeros campos da atividade humana. Nesse sentido, cuidado seria atividade não produtiva, sequer considerada dentro do espectro do econômico, e sim uma externalidade. Nossos alunos, apesar de adotarem, em suas relações pessoais, práticas de solidariedade e cuidados de proteção não mercantis, e de serem estudantes de serviço social que, numa boa hipótese, deverão exercer funções de proteção social na área de assistência social, não se dão conta de que se inserem na economia dos cuidados.

Apesar dessa espécie de invisibilidade socialmente provocada, as atividades de cuidado conformam uma economia real que produz valores não só essenciais à vida como passíveis de serem contabilizados como riqueza social, inclusive, em termos de Produto Interno Bruto (PIB) de países e regiões.⁶ Um exemplo de trabalho intensivo não reconhecido como tal, não remunerado e fora de qualquer regulação de mercado ou estatal é aquele executado pelas mulheres no âmbito familiar e fundamentado na estrutura machista/patriarcal do capitalismo que, desde a modernidade, legitima a opressão e a exploração com base em pressupostos de inferioridade, incompetência, fragilidade ou atributo natural de gênero. Não monetizar parcela tão considerável da produção,⁷ – que é a reprodução das condições de trabalho (e, acrescentaríamos, as

6. A OXFAM Brasil estima em US\$ 10, 8 trilhões/ano o valor global do trabalho de cuidados não remunerado, em relatório de janeiro de 2020. Ver em https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf

7. Com base em dados do IBGE de 2016, Hildete Pereira de Melo, professora de economia da UFF, calculou a participação do trabalho doméstico em cerca de 11% do PIB brasileiro de 2015, valor considerado por baixo, já que a média fica em 20% nos países da América Latina que já fazem esta conta. Ver em <https://www.cartacapital.com.br/economia/trabalho-domestico-nao-remunerado-vale-11-do-pib-no-brasil/>. Acesso em 09/10/2019.

condições de luta contra o trabalho alienado) – é fundamental para o processo de acumulação de capital, desde seus primórdios até hoje, dado o custo extraordinário de pagar-lhe salários ou de subsidiá-la com recursos estatais. E o que vem acontecendo, de fato, é um movimento em sentido contrário, ou seja, o de tornar grande parte da reprodução social um negócio rentável ao capital, uma oportunidade de acumulação, via recuo da proteção pública e privatização do que antes foi responsabilidade do Estado. Explica-se, assim, como o cuidado, no âmbito de uma forma específica de sociabilidade determinada pela relação mercantil, é reduzido a manifestações do sentimento de afeto (historicamente, característica da feminilidade essencializada), e afeto não tem valor monetário. Silvia Federici vai direto ao ponto com seu dito mordaz, que virou frase estampada em camisetas: “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (2019, p. 41).

E, de fato, agora que a pandemia deu visibilidade às tantas desigualdades existentes – e o fez ao igualar todos pelo risco globalizado de contágio –, ganham relevo as de gênero. As mulheres estão trabalhando mais em casa, nos seus afazeres profissionais, combinados a encargos com crianças (entretê-las e ajudá-las com as aulas à distância), idosos, enfermos, higienização do ambiente doméstico e outros. Para elas, aumentou o desequilíbrio entre vida profissional e pessoal. E mesmo as que mantiveram empregos formais, com direitos trabalhistas e horários de trabalho bem definidos, vêm-se hoje em uma situação que as aproxima dos trabalhadores precários: precisam estar disponíveis quase o tempo todo e “flexíveis” (uma produção de si flexível) para alternar reuniões via teleconferência e limpeza de banheiros. Segundo o estudo *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*, entre as que seguiram trabalhando com manutenção de salários, 41% afirmaram estar trabalhando mais no período da quarentena.⁸ É importante observar que se trata aqui de

8. Pesquisa realizada pela organização de mídia Gênero e Número, em parceria com a SOF Sempreviva Organização Feminista. Disponível em http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em outubro de 2020.

mulheres brancas, de classe média, em sua maioria, que dispensaram ou perderam empregadas domésticas e ficaram sem o suporte de creches e escolas, provisoriamente fechadas. Mas, em qualquer condição social, confirma-se a noção de que cuidar de crianças (assim como de outros em situação de vulnerabilidade) é tarefa que está para além das capacidades de pais presentes; requer uma rede familiar e comunitária (parentes, vizinhos, escolas), um núcleo de economia dos cuidados, mobilizado cotidianamente sem que paremos para pensar nisso.

Segundo Federici (2017), desde sempre, a maior parte dos trabalhos feitos pelos seres humanos não foram/são remunerados, muito menos assalariados, entendido o assalariamento como o regime de trabalho associado ao capitalismo industrial-fordista, a chamada sociedade salarial,⁹ que, no Brasil, ficou longe de se estabelecer de forma plena. Assim como a maior parte dos trabalhos realizados é o de cuidados voltados à reprodução social, inclusive no âmbito dos diversos Welfares, um modelo de proteção público/estatal que fora conquistado pelos trabalhadores, através de lutas, e hoje é expropriado do comum e aberto a um vasto mercado de serviços, que inclui abrigos para idosos, escolas, empresas de intermediação de cuidadores domésticos, atenção à saúde, entre inúmeros exemplos. Mesmo assim, quando pensamos em proteção social, não conseguimos dissociá-la do estatismo, embora sabendo que, na mesma medida em que se restringem os recursos da proteção estatal de atendimento a necessidades sociais, avolumam-se regras, burocracias, exigências, condições sine qua non, protocolos, cadastros e instrumentais de produtividade, controles diversos interpostos no caminho do acesso a serviços e benefícios inscritos em direitos formais.

Um exemplo, datado de setembro e outubro de 2020 – embora recorrente e generalizado em todas as áreas de políticas públicas –, da

9. Castel (1998), em sua alentada cronologia do salário, analisa-o como um processo de longa duração que acompanha o amadurecimento e a consolidação da sociedade capitalista, em que situações de inserção dos trabalhadores se sucedem de forma não linear nem substitutiva.

crueldade que marca o sistema de acesso a direitos do trabalho no Brasil foi o imbróglho entre médicos peritos e a direção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Enquanto eles disputavam judicial e midiaticamente a volta ou não ao trabalho presencial, a população ficou sem atendimento,¹⁰ quando, numa situação excepcional de pandemia e consequente insegurança, os benefícios requeridos deveriam ser concedidos de imediato, mesmo sem perícia. Quando houver condições sanitárias, que procedam à reavaliação das concessões. O INSS sequer deveria ter peritos médicos, e o diagnóstico de qualquer incapacidade para o trabalho deveria ser dado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que, pela Constituição de 1988, funciona articulado à previdência e à assistência social. A existência desta sobreposição funcional se explica tão somente pela necessidade do INSS ter controle exclusivo e direto sobre as concessões aos trabalhadores, na maioria, negadas, postergadas, deixadas sem resposta, até que os usuários desistam de reivindicar seus direitos, por inércia, desalento ou morte.

Do mesmo modo que, quando pensamos em emancipação, autonomia, pensamos em emprego, com remuneração garantida e ao menos suficiente para a sobrevivência, o que implica aceitar os termos da organização social e relações de poder vigentes. Isso sabendo que os trabalhos são cada vez menos vinculados à segurança do assalariamento (no sentido fordista-keynesiano já mencionado) e mais à super-exploração da precariedade, que escancara o caráter limitado do ideal de “emancipação pelo trabalho” e potencia a “máquina de moer gente” da produção de mercadorias. Entretanto, permanecem ativas as concepções e discursos (acadêmicos ou não) que elegem a defesa do emprego como saída para a crise financeira e de consumo, e desprezam, em tons e argumentos variados, os subsídios estatais que remuneram o trabalho fora do emprego pelo capital (por desemprego ou insuficiência de renda): as chamadas

10. Estima-se em cerca de um milhão o número de trabalhadores que aguardam perícias para receberem benefícios ou retornarem ao trabalho.

rendas assistenciais básicas, como o Renda Cidadã,¹¹ proposta do governo de Jair Bolsonaro ainda em discussão e de efetivação duvidosa, ou o Bolsa Família já consolidado como programa que atende milhões de pessoas no Brasil. Uma velha discussão que aproxima espectros políticos, a princípio antagônicos, como (neo)liberais e esquerda sindicalista. Os primeiros lançam mão dos surrados argumentos das políticas de austeridade preconizadas pelos organismos multilaterais de controle das economias de países periféricos: a importância de manter a responsabilidade fiscal e superar déficits públicos reduzindo gastos sociais. Os segundos veem-nas como parte do “projeto de desconstrução da sociedade salarial” (!), estritamente assistencialista e distante do campo dos direitos.¹² Nenhum dos lados considera as rendas incondicionais como direito de todos a participar da riqueza nacional porque todos contribuem para a sua produção e porque todos têm direito à vida, independente de trabalhar. Na formulação de Federici (2019), “Obrigiar o Estado a pagar um ‘salário social’ ou uma ‘renda garantida’, a fim de assegurar a nossa reprodução, continua a ser um objetivo político essencial, posto que o Estado tem mantido como refém grande parte das riquezas que produzimos”. Voltaremos ao tema.

Poder e contra-poder: a centralidade das lutas no capitalismo

Entendemos o conceito de poder (econômico, político, de governo, social, entre indivíduos) como capacidade circunstancial de normatizar vidas; que, através de variados dispositivos, busca determinar o que

11. Interessante notar que há uma disputa político-eleitoral de autoria entre os chamados progressistas de esquerda, a maioria apoiadora de Lula, e os proponentes deste programa em torno da mudança de nome, que “apagaria”, no entendimento dos primeiros, o grande legado dos governos petistas. A estes últimos importa nada que o novo programa proponha ampliar a cobertura das transferências e aumentar o valor dos benefícios. Não há como deixar de retomar Thompson e ratificar sua crítica às vanguardas iluminadas que sabem o que é melhor para os trabalhadores (op. cit. 2001).

12. Ver, por exemplo, o texto disponível em <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/a-desconstrucao-da-sociedade-salarial/>. Acesso em 05/10/2020.

podemos ou não fazer; que busca nos enquadrar em regras e condutas, estabelecendo sua governabilidade. Nesta concepção, fundamentada, principalmente, em Foucault (2015) e Butler (2018), o poder não se define de forma genérica, como ente abstrato a pairar sobre nós. E sim como espaço em disputa de relações de dominação que todos integram, seja como opressor seja como oprimido, ou ainda alternando tais papéis, em processos históricos singulares de autoconstituição. E, dependendo deste status (sempre contingente e ativo, não apenas discursivo e dado de antemão), podem mantê-lo como está, reproduzi-lo, criar rupturas no seu sistema de funcionamento para não mais reproduzi-lo ou ainda para produzi-lo diferente. Como as iniciativas que buscam escapar da mediação do dinheiro como forma de viver com os outros, mesmo que num pequeno aspecto da vida, de que seria um primeiro exemplo a luta pela circulação, o “passe livre” que acendeu o Brasil em junho de 2013. Daremos outros.

E talvez seja esta a ação transformadora por excelência: a partir de “dentro” e em pequenos movimentos, romper com a lógica do capital em que tudo, a própria vida, é mercadoria, assumida como forma única e geral de convivência social e capacidade produtiva, entendendo que, para além desse modo de funcionamento e as relações nele implicadas, o “mundo” não acaba. Continuaremos a trabalhar; a criar máquinas, tecnologias hard e de cuidados (organizacionais, de gestão, de serviços sociais), vacinas e medicamentos, pedagogias de ensino/aprendizagem; a construir moradias e hidrelétricas; a desenvolver engenharias, transportes e comunicação. Holloway (2013) entende a revolução como continuum de criação comum, que multiplica e expande ataques transformadores à sociedade da dominação capitalista. Movimentos de liberação correlatos ao opressivo movimento de reprodução ampliada do capital, só que a seu avesso, como movimentos de reconstrução criativa e humanizante do mundo.

Trata-se, então, de entender como se constitui a dominação de classes, as bases do seu poder sobre nós, perguntar se agimos a favor ou contra tal poder, e como fazemos uma e outra coisa (já adiantando que fazemos

as duas coisas no mesmo regime do real, apenas uma pode predominar sobre a outra, a depender de concatenações vívidas entre os sujeitos envolvidos). Quando, por exemplo, fala-se em crise do capitalismo – ou de seus múltiplos estados de crise, o termo ‘crise’ explicita que há pontos de fragilidade na aparente fortaleza do seu poder. E também a potência de rompê-la expressa em grandes e pequenos atos de inconformismo a um poder que não é absoluto, bloco homogêneo e impenetrável.

E talvez agora seja o momento mais propício para avaliar a força do sistema que nos governa. Em brevíssimo artigo,¹³ Bruno Latour chama atenção para as mudanças – sem equivalente histórico em velocidade e extensão geográfica – trazidas pela pandemia do novo coronavírus à ordem mundial, ordem que, até então, diziam-nos ser impossível de mudar, mas que vem se mostrando bastante flexível. Em suas palavras, “como coletivo, os seres humanos não estão indefesos”, embora admita que o sentido social e político da mudança depende da capacidade de se resistir à ordem estabelecida e avançar em um projeto pós-capitalista, o que, por ora, está indefinido.

O potencial transformador das crises, para um lado e para o outro

Nos Grundrisse (2011), sua obra mais completa (embora preliminar) sobre a economia política do capitalismo, Marx destaca as oportunidades trazidas pelas crises,¹⁴ pois as considera potenciais aberturas para práticas revolucionárias e transformadoras. Por outro lado, sublinha que o capitalismo não fica inerte quando ameaçado; ao contrário, ele se atualiza continuamente criando novas hierarquias e formas diferentes de dominação e desigualdades, para enfrentar e controlar as demandas e reações sociais adversas que provoca. Atualização que pode se dar

13. Disponível em <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-24/bruno-latour-nao-existe-sistema-capaz-de-resistir-a-viralidade-da-acao-politica.html>.

14. Crises que considera quase como uma natureza indissociável do sistema.

de várias maneiras. No bojo da crise de 2007-2008, o governo norte-americano usou bilhões de dólares em recursos públicos para impedir a quebra das maiores instituições financeiras do centro do capitalismo. Pessoas perderam suas casas por não poderem pagar cascatas de hipotecas sobrepostas e o Estado se concentrou em assegurar a continuidade do funcionamento de um sistema que causara tamanho desastre social, destinou a proteção a este segmento social. E o fez com medidas que contrariam a ideia neoliberal de Estado que deixa ao mercado a função de regulação econômica.

Crise de maior magnitude é vivida agora com a pandemia de covid-19, que expõe as vulnerabilidades da ordem capitalista em nível global. Este evento biológico e não político torna claro que toda a comunidade humana é igualmente precária (BUTLER, 2020) e que dependemos uns dos outros para garantir nossa segurança material, sanitária, a proteção social em sentido amplo. A resposta ao desafio por ele lançado ainda não está dada, mas há indicativos que mexem com a ordem estabelecida, tanto pelo viés institucional e dos poderes constituídos quanto pelo das lutas sociais.

O filósofo Franco Berardi comenta, em recente entrevista,¹⁵ o modo disruptivo como a pandemia afetou o “funcionamento abstrato da economia”, colocando em cheque conceitos e estruturas caros ao neoliberalismo, como os de dívida pública, austeridade fiscal, teto de gasto. E outros caros ao próprio capitalismo em geral, como a queda do consumo e da produção, o recuo da população ocupada, e o incremento da pobreza e seu cortejo de inseguranças que trazem graves riscos à sobrevivência do próprio sistema. Embora os poderes constituídos do capital busquem, em geral, aproveitar a crise para apoderar-se ao máximo da riqueza social, os governos, principalmente de países da União Europeia, precisaram ao menos propor (mais do que adotar

15. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Franco-Berardi-filosofo-italiano-Assistiremos-ao-colapso-final-da-ordem-economica-global-/7/48537>. Acesso em agosto de 2020.

efetivamente) medidas de estabilização que se contrapõem ao modelo mais radicalmente neoliberal, de privatização de todos os serviços públicos, de descarte dos improdutivos para o mercado, de solene indiferença às desigualdades de toda ordem e aos alertas de destruição da Terra.

O desenvolvimento centrado no crescimento econômico a qualquer custo, com destruição de ecossistemas, degradação do clima e a destituição da proteção social pública, combinada a uma renda mínima e compensatória, é colocado em questão. Fala-se em desaceleração do crescimento e mudança em seus paradigmas. Surgem propostas de um novo modo de vida, incluindo a de desenvolvimento com base em energia limpa combinada à criação de empregos sustentada por investimentos estatais, nos moldes do Green New Deal, movimento proposto pela chamada esquerda do Partido Democrata estadunidense em 2018, que tem mobilizado muita gente e de forma interseccional. Mas não só lá. Espalha-se por vários países a percepção de uma crise enraizada no modelo de globalização, a demandar uma resposta estrutural e também global, que contemple, além da renovação de matrizes energéticas, a regulamentação dos sistemas financeiros, nacionais e internacionais, gerenciamento da demanda, mudanças nos sistemas tributários, distribuição mais igualitária de bens e serviços, com saúde e educação integral, universal e de qualidade, moradia e alimentação adequadas e acessíveis, saneamento e segurança de renda. Em síntese, com os elementos essenciais para uma economia cuja prioridade seja a reprodução social.

No âmbito específico da União Europeia (UE), difunde-se a concepção de que não é possível abandonar à própria sorte países com economias combatidas, como Itália e Espanha. A Comissão Europeia, organismo executivo da UE, apresentou no final de maio de 2020 um plano de recuperação econômica de 750 bilhões de euros (equivalente a quase 5% do PIB anual da UE), a serem distribuídos em forma de subsídios e não de empréstimos às regiões-membros mais afetadas pela pandemia. Até agora,

ele não se efetivou;¹⁶ há resistência dos países mais ricos e com maior controle sobre o vírus e seus efeitos, como a Alemanha. Mas, sem ajuda fiscal, os países altamente endividados e infectados podem enfrentar processos de recessão capazes de arrastar toda a União, além de terem dificuldades de controlar a disseminação do vírus no médio prazo, uma ameaça para toda a Europa. De todo modo, se este modelo de recuperação se efetivar, sai enfraquecido o modelo de acumulação neoliberal do cada um por si e que vençam os mais fortes, e potenciada a ideia de comunidade e solidariedade dos que têm muito com os que têm pouco ou nada.

E no Brasil, como anda a “crise”?

Começemos com um panorama das condições econômicas e sociais. Uma primeira observação é que a economia brasileira está em retração há alguns anos, tendo acumulado perdas de 27% no período 2014-2017 e crescido mediocrementemente em 2018. A dívida pública bruta, em proporção ao PIB, passou de 75,8% no final de 2019. O setor industrial representava apenas 11,2% do PIB em 2019, menor percentual desde 1947. Há duas décadas, a atividade respondia por mais de 15% do PIB e, em 1970, a participação era de 21,4%¹⁷. E um dos piores desempenhos é na indústria de transformação, em longa trajetória de queda. Configura-se, assim, um acelerado processo de desindustrialização a confrontar a nostalgia nacional-desenvolvimentista, apegada à doutrina da criação de empregos de qualidade em fábricas, mostrando que não há mais terreno material para sua realização, não nos marcos do capitalismo na sua forma contemporânea.¹⁸

16. Em agosto último de 2020, os líderes da UE fecharam acordo favorável ao pacote de recuperação econômica proposto em maio. Os recursos seriam repassados ao longo de vários anos e levantados por meio de títulos emitidos pela Comissão Europeia, configurando uma dívida coletiva respaldada na qualidade de crédito dos membros mais fortes. Disponível em <https://www.economist.com/leaders/2020/07/25/europes-eu750bn-rescue-package-sets-a-welcome-precedent>. Acesso em setembro de 2020.

17. <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/recuo-da-industria-em-18-8-reflete-desindustrializacao-e-mercado-em-frangalhos>

18. Desindustrialização que vai implicar um impacto negativo enorme na vacinação contra a covid, posto que esta, além da vacina em si, depende de insumos industriais (seringas, por exemplo) que precisarão ser importados a alto custo, dada a grande procura internacional.

As tendências recessivas apresentadas nos últimos anos só se intensificaram com o advento da pandemia. O PIB caiu 9,7% no segundo trimestre de 2020, comparado ao primeiro trimestre de 2020. Em relação a igual período de 2019, o PIB caiu 11,4%, lembrando que, em 2019, havia crescido meros 1,1%. Ambas as taxas foram as quedas mais intensas da série iniciada em 1996.¹⁹ Em relatório de junho de 2020, o Banco Mundial estimou um tombo em 8%, recuo maior do que o esperado para o bloco América Latina e Caribe, que teria queda de 7,2% no PIB deste ano.

Segundo dados da PNAD Contínua, divulgada em 27/11/2020 pelo IBGE,²⁰ o desemprego subiu para a taxa recorde de 14,6%, atingindo 14,1 milhões de pessoas, com o fechamento de 7,2 milhões de postos de trabalho em apenas três meses, entre maio e julho de 2020. O percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar chegou ao patamar mais baixo da série, 47,1%. A população fora da força de trabalho também bateu recorde e chegou a 79 milhões, os desalentados são 5,9 milhões e os subutilizados – pessoas que podem e querem trabalhar mais horas, e não conseguem – somam 32,9 milhões. Os empregos formais no setor privado, estimados em 29,4 milhões, apresentam uma perda que se expressa no aumento dos pedidos de seguro-desemprego, que chegaram a dois milhões desde março.²¹ Mais foram os informais que mais perderam postos de trabalho, encolhendo a taxa de informalidade para 37,4% da população ocupada, o equivalente a 30,7 milhões de trabalhadores, o que não é motivo de comemoração porque não corresponde a aumento do emprego formal. Em razão da necessidade de

19. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020>. Acesso 22/09/20.

20. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/27/desemprego-no-brasil-atinge-146percent-no-trimestre-encerrado-em-setembro.ghtml>. Acesso em novembro de 2020.

21. De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), entre maio e setembro de 2020, mais de 4,1 milhões de brasileiros entraram para a fila do desemprego, alta de 43% no número de desempregados no país em cinco meses. Ver <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/16/mais-de-41-milhoes-de-brasileiros-ficaram-desempregados-diante-da-pandemia-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em outubro de 2020.

distanciamento social, muitos trabalhadores domésticos foram dispensados, reduzindo os postos ocupados a 4,6 milhões, o menor patamar da série histórica. O rendimento médio real ficou em R\$ 2.535, um aumento que se explica pelo fato de que os trabalhadores que ganhavam menos foram os que mais perderam trabalho. De qualquer modo, a expectativa é que se elevem as taxas de pobreza a níveis de décadas atrás.

Ações de garantia de renda e preservação de empregos e empresas, que foram rapidamente adotadas e em volumes inéditos nos Estados Unidos e na Europa, aqui reduzem-se à renda emergencial no valor de R\$ 600 sobre a qual há dúvidas sobre quantos receberam efetivamente durante os meses em que o programa vigorou com o valor cheio. O IBGE estimou em quase metade dos domicílios brasileiros, entretanto o benefício foi negado a muitos elegíveis, outros não receberam todas as parcelas, e houve atrasos, que o governo justificou pelo grande número de requerentes. O que era esperado por quem acompanha a evolução da desigualdade e pobreza no Brasil. Apenas não se enxergavam com clareza os milhões de pessoas que vivem no fio da navalha, às vezes trabalhando, às vezes não, e a esta instabilidade se agrega a insuficiência de renda.

Para se ter uma ideia do grau de alienação governamental e social sobre o peso da vulnerabilidade de renda, o valor médio do repasse do Programa Bolsa Família era, em média, R\$ 189,21 em setembro de 2019 (MDS, 2020),²² antes da crise biológica, após a qual até mesmo políticos e economistas liberais passaram a propor valores substancialmente mais elevados para fazer frente ao desastre. A mesma negligência e ineficácia – que se pode traduzir por indiferença e crueldade social – se dá com as medidas de suporte ao reerguimento dos pequenos e médios negócios, aqueles que mais empregam formais e informais, e sustentam proprietários genérica e ambigualmente denominados “autônomos”. Incrementa-se, assim, a já considerável tragédia social brasileira, em que o vírus tem um peso

22. <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2019/setembro/bolsa-familia-atende-mais-de-13-5-milhoes-de-beneficiarios-em-setembro>

imenso, mas o problema de fundo segue sendo o modo de funcionamento da economia, o próprio capitalismo globalizado, neoliberal e predatório.

Em 2020, além da incômoda visibilidade ganha pela precariedade, pobreza e desigualdade social, também se evidenciou que os sistemas de saúde existentes são incapazes de atender as necessidades das pessoas, muito menos em situações sanitárias críticas. Em diversos países – em especial, nos de população mais pobre – os hospitais colapsaram por sobrecarga de pacientes, faltaram profissionais, equipamentos, remédios e outros insumos básicos, situação ainda hoje não inteiramente superada com os altos e baixos na curva de infectados. Apesar disso, são os sistemas públicos, como o SUS no Brasil, que têm assegurado o atendimento mais amplo e consistente à população. Por isso, há um movimento no sentido de fortalecê-los e ampliá-los. O mesmo se dá com os programas de transferência de renda básica universal e suficiente, que vêm sendo discutidos e até implementados em alguns países europeus.

Exposta pelo coronavírus a vulnerabilidade generalizada, convoca-se o Estado a arcar com os custos para evitar uma catástrofe humanitária de proporções ainda desconhecidas. Mas trata-se do mesmo tipo de Estado que tem fracassado em nos proteger exatamente porque não protege a todos, e o vírus, na sua disseminação pandêmica, está demonstrando que permanecemos todos em risco, se há alguém infectado. Por isso, até defensores do liberalismo econômico reconheceram – e mesmo defenderam publicamente – a necessidade de intervenção do Estado com mecanismos de proteção social, como rendas emergenciais, abono de taxas de serviços públicos (água, energia elétrica), restrição a despejos por inadimplência etc. Ou seja, para além de salvar a economia em seu ordenamento capitalista, a discussão avança no sentido de retorno a instrumentos do chamado Estado Social. Um exemplo desses convertidos é o economista André Lara Resende que, em um primeiro artigo publicado em abril de 2020,²³ e em outro de

23. Disponível em <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/04/24/andre-lara-resende-quem-vai-pagar-essa-conta.ghtml>. Acesso em maio de 2020.

dezembro do mesmo ano, ²⁴ defende a compensação das perdas de renda através de aumento dos gastos do Estado e a inevitabilidade do abandono da política econômica liberal. De forma direta, ele preconiza aumento do déficit público, considerando que o importante é a recuperação da economia pelo incremento do poder aquisitivo da população, praticamente uma heresia no meio neoliberal. E avança ainda mais no que não se pode falar neste meio, ao dizer que “dívidas públicas internas não são pagas, são renovadas e se tornam irrelevantes com o crescimento da economia”.

Mas, com o passar do tempo, a naturalização das mortes, a crença – mesmo que, por ora, infundada – na recuperação das perdas econômicas e elevação no volume de negócios aos patamares anteriores, e a aceitação da pobreza como parte de um “novo normal” pós pandemia, já se vê uma espécie de restauração dos principais alicerces práticos e ideológicos da ordem vigente até a chegada e expansão do vírus. Os poderes empresariais do dinheiro e seus agentes estatais retomam temas caros ao modo de regulação da sociedade, com base na austeridade, na dívida e na precariedade. É o caso das reformas de cunho liberal, principalmente, as referidas à gestão do trabalho, como a Reforma Administrativa defendida pelos poderes de governo executivo e, mais ardentemente, legislativo.²⁵ Isto apesar das taxas de infecção e mortes permanecerem elevadas em movimentos de sobe e desce quase diários. Conforme Foucault (2009, p. 344): “A partir do momento em que se vêem todas as noites imagens de guerra, a guerra se torna totalmente suportável. Isto é, perfeitamente tediosa, realmente se tem vontade de ver outra coisa. Mas a partir do momento em que ela é tediosa, ela é suportada. Nem é mais vista.”

24. <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/12/11/lara-resende-por-que-summers-e-bernanke-agora-defendem-politica-fiscal-expansionista.ghtml>

25. Nos perfis de redes sociais de Rodrigo Maia, presidente da Câmara até fevereiro de 2021, enquanto ele posta textos sobre a importância das reformas, a quase totalidade dos comentários feitos pelas pessoas demandam a votação da Medida Provisória que dispõe sobre a continuidade do auxílio emergencial de R\$ 600.

Complementando a discussão sobre as crises como oportunidade de transformações estruturais de sentido aberto, queremos comentar um fenômeno que nada tem de novo, mas que ganhou projeção e magnitude no contexto sanitário atual. Trata-se da preocupação com a liberdade e autonomia humanas frente à vigilância do Estado e do sistema capitalista. O que há de novo é a pandemia e sujeitos e organizações sociais diversos vêm expressando seus temores de que ela propicie a expansão deste poder de vigiar e comandar destinos. De fato, governos intentaram e alguns efetivaram o controle de pessoas através de dispositivos de localização e rastreamento, via redes sociais, celulares e câmeras de segurança em locais públicos, assim como convocam – de forma direta ou indireta (a título de recomendações de saúde pública) – os próprios cidadãos a vigiar e denunciar outros, como vizinhos, por exemplo, que suponham estar infringindo protocolos de segurança sanitária, circulando demais, aglomerando-se, recebendo visitas, ou não usando os equipamentos de proteção recomendados.²⁶

Uma primeira observação – talvez redundante – é que já éramos fortemente monitorados pelas instituições de poder, aquelas que materializam as suas formas de governabilidade. A título de exemplo local, sabemos que agências estatais, como a Receita Federal ou o INSS, possuem bancos de dados próprios, controlam e cruzam nossos dados com os de instituições financeiras e comerciais, e com outros órgãos públicos, para verificar se não estamos fraudando informações para fugir do pagamento de tributos ou tentando acessar algum benefício indevidamente. Estão aí a chamada “malha fina” do imposto de renda e as decisões de “ilegibilidade” à renda emergencial para comprovar que vivemos sob vigilância permanente.

26. Isto aconteceu, de modo mais amplo e expressivo, na China, onde os cidadãos estavam (estão?) obrigados a utilizar um código QR do governo que identifica a sua provável exposição ao coronavírus e, a partir do resultado, determina-se se a pessoa pode ou não circular ou utilizar transportes públicos.

Por outro lado, deve-se salientar que as exigências de distanciamento e isolamento social impostas pela pandemia restringiu e muito nossas liberdades cotidianas de circular, reunir, conviver, enquanto as tecnologias das redes sociais nos aproximaram, conectaram, promoveram encontros e reencontros, assim como a possibilidade de articular movimentos, organizar protestos contra os poderes do Estado e de empresas, contra o racismo, contra a superexploração de trabalhadores precários, e até contra medidas de restrição à circulação por conta do aumento de contágios do vírus, como se viu em alguns países da Europa.

Ou seja, a relação entre tecnologia e liberdade é também relação ambígua, objeto de disputa por seu sentido: se de expansão da liberdade (combinada a maior proteção social), incluindo, no extremo, formas de emancipação do próprio trabalho na sua forma mercadoria, ou se da perda de autonomia das pessoas e até mais trabalho, na medida em que trabalhadores podem ser acessados e acionados a qualquer tempo e em qualquer lugar para trabalhar. Pelo viés do avanço autônomo, o ativismo político, conectado ao uso de redes sociais, tem se apropriado das tecnologias de informação para ampliar a capacidade de comunicação voltada a mobilizar a sociedade em lutas de emancipação (incluindo as ações de hackers que se contrapõem ao controle do capital e do Estado, apropriando-se de seus dados) e as redes de cooperação social e apoio da sociedade civil, tão importantes no contexto da pandemia, como veremos em outro tópico. Neste sentido, a internet cria uma infraestrutura de comunicação autônoma com relação ao capitalismo, ainda que inserida nele. Autores chamam de “tecnopolíticas” (BRUNO et al., 2018) essas disputas entre a inovação e o acirramento da vigilância e controle e as experiências de resistências e subversões a eles.

O que é o trabalho hoje

Antes de entrar nas lutas do trabalho, façamos uma breve síntese de como é o trabalho hoje. Ele é mobilizado de forma fragmentada, descontínua, precária, de vez em quando, em espaços diversos, nas ruas,

nas próprias moradias dos trabalhadores ou dos contratantes, e em qualquer lugar do mundo. Incorporam-se habilidades muito distintas, remuneradas através de variadas relações contratuais. Potencialmente, todas as relações sociais tornam-se relações de produção, que se reorganiza em função das necessidades de acumulação de capital, expandindo seus circuitos sem limites de qualquer ordem. De significativa parte dos trabalhadores se exige que tenham seus próprios meios/ condições de produção, como computadores, celulares, o carro aos motoristas de Uber ou de táxi. Além de fazer aquisições, o trabalhador precisa investir em si mesmo, estudando, se qualificando, cuidando da saúde, da aparência, do modo de falar. Deve fazer cursos de empreendedorismo, aprender a cozinhar gourmet, ser sommelier, frequentar palestras sobre franquias, circular pela cidade, buscar clientes. Ao contrário do mundo do assalariado fordista, não é mais prova de incompetência mudar de emprego, e sim de espírito empreendedor. Assim como acumular diplomas das mais variadas áreas de conhecimento não mais caracteriza alguém que não sabe o que quer e sim um profissional flexível. É a empregabilidade substituindo o emprego assalariado. Não à toa o noticiário e os programas televisivos de variedades nos apresentam como exemplos de superação as pessoas que ‘correm atrás do emprego’.

Os contratos também se multiplicam em regimes jurídicos ou práticas, com destaque para os freelancers, consultores, autônomos de todo tipo, atuando em projetos, como pessoas jurídicas, colaboradores, fornecedores que contratam outros fornecedores, numa cadeia global de organização da produção. Há empresas que são contratadas por outras para comprar qualquer coisa que estas precisem, desde o café em grão que, depois, será servido líquido no Starbucks, até o plano de saúde dos funcionários do mesmo Starbucks. Conforma-se uma rede infinita de ‘fornecedores’, que chega até o mais precário e explorado dos trabalhadores, aquele que opera uma máquina de costura num prédio em Bangladesh. Um prédio como o que caiu em 2015 matando milhares

de pessoas.²⁷ Nele funcionavam grandes oficinas de costura que produziam para conhecidas marcas internacionais. Marcas que têm suas sedes administrativas e centros de distribuição em elegantes bairros das principais cidades da Europa e dos Estados Unidos, a milhares de quilômetros de distância de Bangladesh, onde seres humanos se amontoam em insalubres e inseguros formigueiros-oficinas. Através deste sistema, gerenciam-se estoques de modo a baixar seus custos e responde-se muito rapidamente à volatilidade do mercado.

E a precariedade não é só periférica e, sim, forma predominante na organização do trabalho hoje, vide o consagrado filme sul-coreano *Parasita*, que mostra como na Coreia do Sul, qualificada como desenvolvida e elogiada por seus avanços educacionais, há pessoas habitando porões insalubres e sobrevivendo na “viração”. Este padrão de relações de trabalho fora da esfera do direito e incluído na esfera comercial está se impondo e generalizando em todas as partes do planeta, mesmo entre os países centrais onde a sociedade salarial e os Estados Sociais predominaram por décadas. O capital demanda trabalhadores que sejam sujeitos autônomos, livres. Na verdade, “libertos” dos contratos trabalhistas tanto quanto os servos foram “libertos” do jugo de senhores na estrutura da sociedade feudal para vender sua força de trabalho no mercado, depois de expropriados de seus meios de produção. Já esses novos autônomos devem adquirir seus meios de produção – materiais e cognitivos –, administrar seu próprio trabalho, decidindo a quem e quando vender seus serviços. Em suma, tornam-se sujeitos da organização do trabalho, incorporam o capital fixo (GORZ, p. 55) e viram empregadores de si mesmos.

Mas a precarização não cumpre apenas com a função econômica de redução de custos para recuperação e ampliação das taxas de lucro do capital. Ela também estabelece novos mecanismos de controle e

27. Ver em <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/01/acidente-em-bangladesh-expos-a-falta-de-transparencia-na-industria-de-vestuario-4391473.html>. Acesso em agosto de 2015.

subordinação do trabalho, que, cada vez mais, tende a produzir valores ‘imateriais’ com base no conhecimento, o que não significa deixar de se materializar em objetos tangíveis. Apenas que o trabalho se concentra e se valoriza na sua dimensão cognitiva, realizado através da cooperação produtiva, fora do espaço próprio das empresas (fábricas, ateliês, escritórios) e que, além de produzir objetos, produz informação, conhecimento, serviços, valores. No processo – que é o próprio processo de precarização – o trabalho vivo se torna produtivo antes e fora da relação de capital (COCCO, 2012), ganhando assim certa autonomia na organização da produção. O que torna seu controle por parte do capital mais complexo, só possível com base na precariedade, ou seja, na insegurança de renda e ausência de outros direitos sociais, na pobreza e na desigualdade, que acorrentam os trabalhadores a rotinas extenuantes e intermináveis, dificultando que se organizem em lutas, que sequer tenham tempo de pensar. Ou seja, por um lado, o horizonte da liberdade se descortina pela aceleração, mobilidade, autonomia de aceitar ou recusar um trabalho; por outro lado, contrai-se em um presente estagnante, quase integralmente voltado à sobrevivência diária.

As lutas do trabalho propriamente ditas

Não é nossa proposta discorrer aqui sobre a história das lutas do trabalho, sobre a qual há vasta literatura. Apenas demarcamos que são contínuas, percorrendo a mesma trilha da submissão ao trabalho, e que antecedem o próprio sistema capitalista. E avançamos para o capitalismo maduro da segunda metade do século XX, os anos 60/70, quando jovens, estudantes e operários formulam a crítica ao trabalho submetido ao capitalismo industrial do tipo fordista e ao emprego assalariado com jornada de 8 às 17h, crítica direcionada não só ao poder constituído por governantes, patrões, forças de segurança, mas também a instituições da esquerda tradicional, defensoras do emprego assalariado e suas instituições representativas – sindicatos e partidos. É a recusa ao trabalho abstrato, alienado, e a

afirmação do trabalho vivo e criativo, produzido no cotidiano, e a defesa da autogestão que se traduz no lema “não mudemos de emprego, mudemos o emprego da vida”. Os rebeldes sabiam-se produtivos e capazes de criar valores sociais. Os jovens inventavam novas modas de vestir, que, logo em seguida, eram incorporadas como vetor de valor nas butiques da época e, a seguir, pelas grandes marcas. Afinal, o capital corre atrás de novidades – mesmo as trazidas pela rebeldia – para delas se apropriar, transfigurando o que é ameaça a seu processo de acumulação em mercadorias que o fortalecem. E, se necessário para conter as lutas do trabalho, transforma, de forma inovadora, seu processo de acumulação. O trabalhador – como figura social – foge da fábrica e ocupa as ruas; o capital corre atrás e o mobiliza como fonte de valor acumulativo nas ruas, nos espaços da cidade, que se torna uma grande “fábrica social”.

Os modos como os trabalhadores (comuns) lutam, se mobilizam e agem diferem no tempo e no espaço, e se relacionam às condições concretas de uso e exploração do trabalho pelo capital. Nos anos 2000, observamos múltiplas formas de lutas com seus sujeitos, demandas, espaços, meios de articulação específicos, sobre os quais é possível distinguir alguns traços gerais. Suas bases sociais são um proletariado precarizado e cada dia mais jovem e feminino, ou seja, segmentos de trabalhadores que não se reconhecem na estrutura tradicional associada ao capitalismo industrial e ao assalariamento. São os precários de todo o tipo, os sujeitos centrais das lutas de hoje.

E suas lutas apresentam novas formas de organização, articulação e mobilização, e se dão, majoritariamente, nas cidades e suas rotas de confluência, e no chamado mundo virtual da internet. Nele, as redes sociais têm a função essencial de mobilizar e horizontalizar os movimentos. Muitas manifestações iniciaram-se em páginas virtuais e depois ganharam as ruas. Os dispositivos móveis (principalmente, celulares), combinados a plataformas como Facebook e Twitter, propiciam acesso imediato, constante e simultâneo a uma quantidade nunca antes imaginada de pessoas. Além disso, a conexão e comunicação entre ativistas e

entre estes e demais usuários não se dá passivamente. O usuário eventual não é apenas um receptor de informação, mas também um potencial produtor e disseminador de conteúdo, contribuindo para a democratização da informação e horizontalidade da mobilização.²⁸

Citaremos, a partir daqui, alguns exemplos de maior repercussão e desdobramentos políticos desses movimentos do século XXI. De modo sintético, destacamos o 2001 dos Desocupados na Argentina (talvez o de maior relevância entre todos, dada a sua força de destituição do poder estabelecido e a de reconstruir, a partir de ruínas de fábricas abandonadas por seus proprietários, novas formas de trabalho cooperativo); o Occupy Wall Street nos Estados Unidos; os Indignados na Espanha – mais conhecido como 15-M, devido à data de sua primeira manifestação, 15 de maio de 2011 –, sendo que este logrou vitórias significativas do ponto de vista institucional, ao constituir partidos-plataformas, como o Podemos, e eleger prefeitos de cidades importantes como Madri e Barcelona, cujas candidaturas saíram das próprias lutas do comum; a revolta dos Aganaktismeni (Indignados) na Grécia, também de 2011 e igualmente alçada a uma breve institucionalidade através do governo Tsipras; as chamadas “Primaveras árabes”; os enfrentamentos ao redor do Parque Gezi na Turquia; e as manifestações dos anos 2000 no Brasil, com destaque para o grande levante popular de 2013, sobre o qual faremos algumas considerações adiante.

Ainda como exemplo geral, mas especialmente expressivo do caráter de luta do trabalho por direitos de vida, contra os modos contemporâneos de governabilidade do capital globalizado, neoliberal e predatório, citamos a manifestação de 2 de setembro de 2016 na Índia, quando 180 milhões de trabalhadores paralisaram fábricas, transportes públicos, universidades, escritórios, plantações, e ocuparam as ruas, na maior greve geral da história.²⁹ Eles são parte dos 90% dos pobres e precários do país, que vivem com um celular na mão (pelo qual pagam de

28. Sobre ativismo e redes sociais vide Cassiano (2011).

29. Ver em: <https://medium.com/democratize-m%C3%ADdia/na-%C3%ADndia-a-maior-greve-geral-do-mundo-180-milh%C3%B5es-cruzaram-os-bra%C3%A7os-53c12db71951>.

20 a 30% da renda que obtêm, porque, do contrário, terão renda zero) à espera da chamada “salvadora” para fazer um biscate qualquer, sem acesso à renda garantida, alimentação adequada, moradia, saneamento, educação ou qualquer segurança social.

É também em reação à condição de precariedade politicamente induzida (BUTLER, 2018) que emerge o Junho de 2013 no Brasil, mês marcante de lutas que surpreenderam atores de todos os matizes ideológicos por seu grau de mobilização, intensidade e repercussão, e mais ainda por seu caráter político-organizativo quase impossível de capturar pelos instrumentos usuais de análise. Tendo por gatilho o aumento da passagem, o eterno problema da mobilidade urbana – presente em toda a história das grandes cidades brasileiras a partir do século XX – foi capaz de aglutinar vários segmentos sociais na reivindicação por outros direitos, como educação e saúde de qualidade, seguridade social contra o custo de vida. No Rio de Janeiro, a indignação aproximou jovens precários das periferias de professores das redes de ensino público e de garis da Comlurb. No carnaval de 2014, os garis mobilizaram a população da cidade em um apoio espetacular à greve que decretaram, desfazendo o discurso manipulador que insistia em opor manifestantes pacíficos e cidadãos trabalhadores a ‘vândalos’ desocupados e predadores de bens públicos e privados. Entre o 13 e o 17 de junho de 2013 registrou-se um dos maiores volumes de tuítes da história, segundo estudo da PageOneX.com. Este registro – entre outros – nos dá a dimensão de uma explosão gigantesca, uma poderosa onda subjetiva e emocional nas chamadas mídias sociais.³⁰

Mas aqui interessa que junho foi marcadamente um movimento dos precários, dos que ascenderam à escola, ao celular, às redes sociais nos anos iniciais do século XXI. Os pobres, os negros, os cotistas, os endividados que, malgrado suas condições de trabalho e renda, querem consumir, circular livremente, usufruir das cidades e seus recursos. Eram

30. MORAES, A. et al. Junho: potência das ruas e das redes. Fundação Friedrich Ebert no Brasil. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11177-20150226.pdf>. Acesso em outubro de 2015.

os “filhos dos governos Lula da Silva” cobrando as promessas de ascensão social, seja através do emprego com atualizações salariais reais, seja através de rendas desvinculadas do trabalho (como o Bolsa Família, o Financiamento Estudantil - FIES, o acesso fácil ao crédito de consumidor); e querendo mais do que apenas sair da miséria. Por fim, mas não menos importante, junho é também demanda por auto-representação política e social por parte da gente comum. Junho de 2013 nos permite compreender as lutas contemporâneas do trabalho não como movimento de excluídos ou marginalizados, mas a partir das novas e heterogêneas formas produtivas e relações de trabalho, onde os precários de todo tipo são os sujeitos centrais.

Mais recentemente, somam-se a essas lutas as manifestações dos coletes amarelos na França, no final de 2018, e os protestos no Chile em 2019. Tendo por estopim também a questão da mobilidade, da circulação, a partir de uma reação aos preços determinados pelo Estado, seja o da tarifa do metrô, no caso do segundo, seja o da taxa de imposto sobre o combustível, no caso do primeiro, essas revoltas crescem e se agigantam contra o Estado extrativista e a mercantilização da vida, assim como evidenciam as atuais relações de trabalho em que se transfere para o trabalhador (agora tratado como um “empreendedor”, um “parceiro” ou “colaborador”) os riscos e custos da produção, nestes casos, os custos de circulação.

Na pandemia, os protestos tampouco se calaram, confrontando o risco da doença para além das redes virtuais. E vêm acontecendo em quase todas as partes do mundo. Nos Estados Unidos contra o genocídio do povo negro, num movimento que, desde o episódio do assassinato de George Floyd, em 25 de maio de 2020, por forças policiais, em Minneapolis, faz literalmente arder em chamas o país, tendo se estendido para outras cidades do país e do mundo, principalmente da Europa, mesmo depois dos responsáveis serem demitidos e as autoridades pedirem as desculpas de praxe. No Chile – onde os protestos se arrefeceram no início da pandemia – as pessoas voltaram às ruas a

partir de maio, levantando cartazes onde anunciam que preferem enfrentar a covid nas ruas a morrer de fome em casa. Em setembro de 2020, a população de Hong Kong promoveu uma manifestação contra o adiamento de eleições legislativas e uma nova lei de segurança nacional imposta pela China, que resultou em violência policial e inúmeros detidos. No Brasil, damos destaque às manifestações de repúdio à violência governamental praticada por Jair Bolsonaro, especialmente as ocorridas no 7 de julho último, de cunho anti-racista e antifascista, quando milhares de pessoas colocaram seus corpos em duplo risco: o de ser contaminado e o da repressão do Estado. E o fizeram porque entendem que lutar é atividade essencial, principalmente quando o povo negro e pobre das favelas e bairros populares, parcela majoritária da população,³¹ é obrigado a trabalhar. As pessoas foram às ruas afirmar o poder do povo porque convivem com perigos todos os dias, expostas que são à precariedade, à violência policial e, agora, ao risco de contágio.

Também há greves em vários países contra a exploração desenfreada dos trabalhadores de aplicativos, em especial, os das empresas de entrega, cuja precariedade e as más condições de trabalho se intensificaram com a pandemia. No Brasil, houve uma grande paralisação em São Paulo, no início de junho, dos trabalhadores da empresa Rappi, em sua maioria negros, chamando atenção para as precárias condições em que trabalham, sem direitos e correndo riscos de vida em meio à pandemia. Numa demonstração cabal de sua consciência política, desmascararam o mito do empreendedorismo, afirmando: “não somos empreendedores, somos força de trabalho”.³²

Nas lutas populares de contra-poder, para além dos confrontos diretos, manifestações e greves, incluímos as ações coletivas que produzem

31. Segundo levantamento de 2018 do IBGE, 75% dos mais pobres no país são negros.

32. http://www.esquerdadiario.com.br/Nao-tem-entrega-nao-A-nossa-vida-vale-mais-que-a-do-patrao-gritam-entregadores-em-ato-em-SP?fbclid=IwAR20IgNAfg0_ImvbfHyVzDd6d9FzfmEaTPNYkx36EYYM6rnqsgS-2xqP4s

formas de vivência e sobrevivência orientadas para a autogestão, auto-determinação, liberdade e o bem-viver. São lutas da reprodução social para mudar as relações de produção e valorizar a economia dos cuidados, estabelecendo modelos em que a gente comum tenha reconhecida sua potência produtiva e auto-protetiva. Potência que aparece na resistência dos povos indígenas, que, no início de 2021, contabilizavam mais de 47.000 casos e 900 mortos por covid-19,³³ a maioria na Amazônia, região extremamente vulnerável pela escassez e precariedade de serviços públicos essenciais, e habitada por uma população com a saúde já comprometida pelo desmatamento e pelos dejetos tóxicos dos garimpos ilegais. Mas esses povos seguem lutando através de medidas de cercamento à entrada de “brancos”, recusando a espoliação dos seus corpos e territórios, e exigindo dos poderes públicos que se responsabilizem por prover saúde e segurança.

Nas áreas urbanas, o autocuidado aparece nas redes formadas por comunidades e favelas, entre as quais destacamos Paraisópolis (São Paulo, capital), Maré, Rocinha, e Complexo do Alemão (as três no Rio de Janeiro, capital), que trocam entre si tecnologias de cuidados, planos de comunicação direta (via carros de som e cartazes) e até criam painel próprio de monitoramento de mortes por covid-19, contestando dados oficiais das autoridades de saúde no estado. É o caso da Maré, onde coletivos locais desenvolveram uma ferramenta para acompanhar a situação sanitária em 36 localidades. No mesmo sentido, Paraisópolis, uma das maiores favelas de São Paulo, dá um valioso exemplo de organização política, voltada a ações diretas de saúde: capacitou e equipou com insumos de proteção individual moradores para atuarem como socorristas em 60 bases comunitárias; contratou médicos e ambulâncias; distribuiu marmitas; transformou escolas em áreas de isolamento e

33. Conforme matéria publicada pela jornalista brasileira Flávia Milhorange, no jornal *The Guardian*, em 08/02/21. Disponível em: https://www.theguardian.com/global-development/2021/feb/08/covid-deaths-yanomami-children-indigenous?fbclid=IwAR1aSEZriNk-X2ELUo-WEE1GYp4hTuVp1GOHMRmmrd_cyQ4RstmMhq6G7Ik. Acesso em 08/02/21

atendimento de contaminados; articulou uma rede de apoio interna e externa, e uma campanha de financiamento coletivo na internet. Sendo que toda esta atenção não é destinada apenas aos moradores infectados pela covid, mas a qualquer pessoa que dela necessite.³⁴

Sem estas redes comunitárias de solidariedade, a população mais pobre estaria em condições muito piores de sobrevivência. É praticamente impossível manter isolamento social quando vivem muitas pessoas em uma mesma habitação, quando se é obrigado a sair para trabalhar, tendo que enfrentar o transporte público lotado e o descuido de medidas de higiene, quando o saneamento básico é precário e o acesso à rede pública de saúde dificultado. Diversos estudos e pesquisas mostram que, no primeiro semestre de 2020, quase metade das mortes registradas por covid ocorreram entre moradores dos bairros mais pobres do Rio e de São Paulo.³⁵ Mas, apesar da falta de assistência do Estado no enfrentamento à doença, os atores das favelas mostraram a potência de sua auto-organização, potência que antecede a pandemia e tem estado presente em lutas por moradia e saneamento, e pelo direito de existir sem sofrer ameaças e violências do Estado.

Para Butler (2018), habita em todos nós a precariedade inata de qualquer corpo: ao fim, todos morreremos. Tal condição nos aproxima do outro, iguala, constitui comunidade. E, para além, faz-nos perceber que somos vulneráveis, não apenas como mas também perante o outro, dado que nossa vida depende do poder (de cuidar ou descuidar, de matar ou deixar morrer) dos outros desde sua forma mais elementar. Mas a violência ou ausência de proteção social pública caracteriza uma situação que denomina precariedade politicamente induzida, que produz vulnerabilidades diferenciadas e hierarquizadas, a partir de marcadores sociais, tais como o gênero biológico, a cor da pele, a procedência de

34. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/06/paraisopolis-capacita-moradores-em-primeiros-socorros-e-cria-60-bases-de-emergencia.ghtml>. Acesso em maio de 2020.

35. Ver, por exemplo, o estudo do IPEA https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200731_nt_diset_n_72.pdf. Acesso em setembro de 2020.

origem, e outras que importam maior risco social. Entretanto, em meio a toda essa precariedade, é possível constituir um terreno mediador onde se fazem alianças de luta e resistência à violência, à exploração, à mercantilização e ao descaso com a vida dos considerados descartáveis. São alianças conjunturais nas quais singularidades se unem e formam um múltiplo (não um uno) em torno de demandas essenciais, como a de prover saúde em tempos de pandemia. E ocorrem, no mais das vezes, na dimensão do pequeno, do micro, mas passam uma mensagem forte aos poderes macros, a de que não se aceita desistir sem lutar.

Considerações finais

Não são muitas (afinal, já desenvolvemos bastante o tema), apenas dois pontos a serem destacados:

1. Podemos sobreviver para além do capitalismo sem perdas de qualidade de vida, muito ao contrário. Daí que devemos continuar a lutar de dentro dele e para além dele. Mas, antes de tudo, cabe dissolver a crença cravada em nossa subjetividade, a partir da máxima de Margaret Thatcher, de que “não há alternativa”, ou seja, de que ele seja o único sistema político-econômico viável.
2. Onde nós queremos o investimento do Estado? Na reprodução social, na garantia de renda para todos, na habitação, na educação, na expansão universal dos sistemas de saneamento, na saúde, cuja estrutura se mostrou precária durante a pandemia. (Apesar do esforço dos profissionais do SUS, milhares de pessoas morreram por falta de recursos de atendimento, desde leitos de UTI, medicamentos, equipamentos de proteção, profissionais, monitoramento). “Ah, mais a autoria da Renda Cidadã – ou o nome que tenha – vai ficar com o Bolsonaro”. Não importa, pois se vingar a proposta de uma renda social garantida e incondicional, nós teremos vencido, nós que defendemos o direito à vida.

Referências Bibliográficas

- BANCO MUNDIAL. Global Economic Prospects. Junho de 2020. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/33748/9781464815539.pdf>
- BRUNO, F. et al. (org). Tecnopólicas da vigilância: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BUTLER, Judith. Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- _____. O capitalismo tem seus limites. Em <https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2020/03/butle-r-coronavirus.jpg>. Acesso em 20/03/2020
- CASSIANO, Adrielle Machado. Ativismo a partir das redes sociais. Curso de Pós-Graduação em Mídia, Informação e Cultura/CELACC/ECA-USP, 2011.
- CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COCCO, G. Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.
- FEDERICI, Silvia. A crise da reprodução capitalista e a formação de um novo “proletariado ex lege”. Entrevista realizada por Francesca Coin em 23.07.2017, via Nazione Indiana, traduzido por Rafael Almeida Lemos. Disponível em <http://sentidosocial.com.br/crise-da-reproducao-capitalista-e-formacao-de-um-novo-proletariado-ex-lege/> Acesso em 23/08/2017.
- _____. O ponto zero da revolução. São Paulo: Elefante Editora, 2019.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- _____. Como se exerce o poder? Disponível em <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2015/12/05/como-se-exerce-o-poder-michelfoucault/> Publicado em 05/12/2015. Acesso em 05/10/2018
- GRAEBER, David: Importar-se demais. Essa é a maldição das classes trabalhadoras. Disponível em <http://baderna.cc/importar-se-demais/>. Acesso em maio de 2014.
- GUTIÉRREZ, Raquel. Debemos aprender a mirar el mundo en clave de interdependencia. Disponível em <https://www.revistaamazonas.com/2019/03/05/raquel-gutierrez-debemos-aprender-a-mirar-el-mundo-en-clave-de-interdependencia/#ancla1>
- HARVEY, D. Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. Política anticapitalista em tempos de coronavírus. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/david-harvey/>. Acesso em março de 2020.

HOLLOWAY, J. Fissurar o capitalismo. São Paulo: Publisher, 2013.

IBGE. PNAD Continua (relativa ao primeiro trimestre de 2020). Em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27534-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-2-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-4-no-trimestre-encerrado-em-marco-de-2020>. Acesso em 03/06/2020.

MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

MARX, Karl. Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

MORAES, A et al (Orgs.). Junho: potência das ruas e das redes. Fundação Friedrich Ebert no Brasil. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11177-20150226.pdf>. Acesso em outubro de 2015.

MURO, Ignacio. O feminismo e os cuidados oxigenam a economia. Publicado em 13 de março de 2019. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/587373-o-feminismo-e-os-cuidados-oxigenam-a-economia-artigo-de-ignacio-muro>. Acesso em janeiro de 2020.

SHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>. Acesso em março de 2017.

THOMPSON. E. P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. 1, A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. Disponível em PDF em <http://marxismorevolucionarioatual.org>.

VERCELLONE, Carlo. A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro. In: Fumagalli, Andrea e Mezzadra, Sandro (Orgs.). A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

WHITEHEAD, Mark J. Capitalismo de vigilância em tempos de covid-19. Disponível em <https://www.esquerda.net/dossier/capitalismo-de-vigilancia-em-tempo-de-covid-19/68302>

ZIBECHI, R. Territórios em resistência. Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro, Consequência, 2015.

2

AS (RE) CONFIGURAÇÕES DO PODER GLOBAL E O FLUXO MIGRATÓRIO: BREVES REFLEXÕES

Mariangela Nascimento

Apresentação

As atuais relações do poder global são expressões da nova força produtiva biopolítica, de uma nova configuração do mundo do trabalho que, cada vez mais, tem absorvido e subordinado, através das redes de exploração, a massa de trabalhadores/as. O capitalismo, ao se organizar a partir de redes de circulação, redesenha o território global e estabelece uma nova ordenação produtiva, promovendo a mobilidade do trabalho, ao mesmo tempo, edificando e fortalecendo novas restrições que impedem a circulação de pessoas. Em contraposição a esse impasse, um movimento plural de resistência em nível planetário coloca em evidência a precarização e superexploração do trabalho e a crise das instituições liberais, da democracia, da cidadania e dos direitos, desencadeando, desse modo, uma reação sem fronteira, para além da divisão nacional.

O fechamento das fronteiras tem sido reforçado e ampliado com o início da pandemia global, os países tomaram como medida de prevenção emergencial a proibição da entrada de estrangeiros, se apegaram ao velho recurso do Estado nacional soberano. Em pânico, os países voltam a erguer limites imunológicos e fortalecem as fronteiras, o que

já estavam fazendo com a população migrante e refugiados/as. Agora com a justificativa de salvar vidas.

Enfim, esse artigo é uma contribuição modesta para o debate acadêmico, traz algumas reflexões e análises das transformações das relações do poder global e do processo produtivo e sua interconexão e impactos com a atual explosão demográfica associada ao fluxo migratório, que tem se mostrado irreduzível aos mecanismos de aprisionamento do poder global.

Contexto global: novas configurações do poder

As relações de poder global mudaram e trazem uma nova configuração na qual o poder se coloca acima de todas as nações, organizado numa estrutura unitária e imbuída de uma noção comum de direito pós-colonial e pós-imperialista, afirmam Negri e Hardt (2006). Trata-se de um projeto original de produção de normas e de instrumentos legais de coerção que faz valer contratos e resolver conflitos. É a construção de uma noção de direito que passa a fundamentar e justificar esse novo projeto na sua capacidade de fazer uso da força, e passa, desse modo, a manter sob o seu total controle, os resultados políticos de qualquer acontecimento no âmbito global.

Uma das características dessa nova organização do poder é a celebração da força, da violência, como instrumento jurídico e legítimo para resolver conflitos no cenário global. Não se trata de recuperar o moderno conceito de soberania, em que o poder se assenta na tradição jusnaturalista e sob a conveniência de um pacto social. Trata-se do direito dos países dominantes da ordem mundial de intervir nos territórios alheios com a justificativa de prevenir ou resolver problemas humanitários, visando à instauração da paz (NEGRI e HARDT, 2006). As intervenções dos países dominantes em territórios alheios encontram sua base no direito de polícia e na capacidade de usar a força policial. A violência se revelou nas relações cotidianas como dispositivos de

controle e regulamentos que mantêm a vida individual e da espécie sob a vigilância total do poder.

Portanto, a novidade dessa nova ordem está, esclarece Agamben (2007), em anular radicalmente todo o estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, destarte, um ser juridicamente inominável e inclassificável. A estrutura constitutiva da autoridade se vale, para isso, dessas duas fontes de sustentação tornadas legítimas, o poder jurídico de reinar sobre a exceção e a capacidade de usar a força policial. A excepcionalidade da intervenção e o uso da força policial colocam em questão a própria noção de direito e de Estado moderno, ou seja, a própria democracia, por isso, exatamente no momento em que procuram dar lições de democracia às culturas e às tradições diferentes, de falar em nome dos valores universais e humanitários, a cultura política ocidental não se dá conta de haver perdido por inteiro os princípios que a fundam.

Torna-se uma ficção o próprio Estado de direito e perdem-se as referências ideais do Estado moderno. Essa situação-limite se estende aos princípios democráticos que, ao longo da modernidade, estruturaram e justificaram a divisão dos poderes dos Estados-nação, os limites de atuação entre os poderes foram enfraquecidos. O Brasil no governo de Bolsonaro tem deixado isso em evidência. Nesse contexto, torna-se um fato comum a todos os Estados dominantes a prática da legislação por meio de decretos governamentais, ficando nas mãos do Executivo muitas das atividades legislativas, principalmente em situações em que a emergência se tornou a regra e em que a própria distinção entre a paz e a guerra, o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito se tornou impossível. Na atual situação, em que o mundo vive uma crise sanitária com o surgimento da pandemia da covid-19, essas distinções se diluem mais ainda, promovendo um grau de incertezas e desordem institucional sem precedente.

A nova configuração do poder, no cenário do século XXI, utiliza-se de uma outra dimensão do jurídico e da moral, na qual o que conta mesmo é a eficácia desses instrumentos normativos para a montagem de uma rede de largo alcance para tentar envolver todas as relações de

poder dentro da ordem global e justificar a interferência invasora em territórios alheios, rompendo, assim, definitivamente com o caráter nacional e soberano, e estendendo o Estado de exceção, tudo isso em nome da paz, em nome da garantia de vida das pessoas.

Essa nova dimensão jurídica e moral reconduz as novas estratégias colonizadoras e controladoras de territórios alheios. Nesse contexto, o Estado-nação perde a sua função de instância protetora do capital nacional e aparece apenas como instrumento de registro do fluxo de mercadorias, dinheiro e populações que põe em movimento a nova estruturação biopolítica do mundo, configurando-se em uma instituição de repressão e restrição (NEGRI e HARDT, 2006).

Nessa perspectiva, a possibilidade de distinguir entre a vida e o direito passa a coincidir com a articulação da máquina do poder, de um poder de repressão e controle. A vida, do mesmo modo que o direito, passa a ser um produto da máquina biopolítica. Está em prática o grande alcance dessa máquina biopolítica por meio de redes flexíveis e flutuantes, abrangendo todas as dimensões, dentro e fora dos locais estruturados pelas instituições sociais, ou seja, esse poder se estende às práticas diárias e comuns, à vida cotidiana.

É por esse caminho, lembram Negri e Hardt (2006), que se pode identificar a realidade das redes de comunicação e informação como sendo uma relação orgânica com o desenvolvimento da nova ordem global e de toda a vida social. Essa é uma das bases da nova estrutura do poder global, que passa a não identificar nada do que possa estar fora do seu alcance, tornando, assim, os seus mecanismos de controle iminentes à vida social. Cada vez mais esses mecanismos são introjetados nos comportamentos e hábitos de todos/as nós, de toda a população. Por isso, o poder só pode adquirir comando sobre toda a população quando a vida se torna função integral do poder, ou seja, quando a vida passa a ser objeto constitutivo de poder.

Sendo assim, todo o corpo social integra-se à máquina biopolítica, e não há como escapar dessa estrutura de poder. Isso vai exigir, por parte

da estrutura do poder global, uma adequada tecnologia para a ordenação e sistematização da vida social, valendo-se não apenas do aparato tecnológico da comunicação e informação, mas também da nova natureza do trabalho e do seu desenvolvimento real da produção.

É a máquina da tecnologia da informação e comunicação que passa agora a organizar o movimento da vida social, expandindo e multiplicando as conexões em redes. O poder globalizado estrutura-se para dominar o sistema de produção e intervir nas situações que colocam em risco esse sistema. As suas relações de poder nada mais são do que expressões da nova força produtiva biopolítica e institucional que, cada vez mais, estende-se à sociedade mundial. Hoje, quase toda a humanidade é, em certa medida, absorvida pelas redes de exploração capitalista e a elas está subordinada.

A exploração e a dominação, na fase atual do capitalismo, têm se revelado mais intensas e brutais do que no passado; a concentração da riqueza mundial nas mãos de poucos acontece de modo muito mais nítido e violento. Isso faz crescer a população pobre e a mobilidade humana em todo canto do planeta, confirmando o fato de que as linhas geográficas e raciais de opressão, exploração e patriarcado, estabelecidas durante a era do colonialismo e do imperialismo, em muitos sentidos não declinaram; pelo contrário, aumentaram substancialmente, expressando um domínio sem fronteiras (NEGRI e HARDT, 2006).

A sociedade é totalmente absorvida pelo poder do Estado globalizado. Ela foi sugada totalmente pelas redes de controle, que mantêm a população em uma ordenação produtiva. Mas, ao mesmo tempo que esse comando envolve todos os elementos da vida social, depara-se, no entanto, com uma extensa pluralidade coordenada e mediada por essa mesma sociedade, revelando um novo lugar para as resistências, que, independentemente de serem tidas como marginais e excluídas, tornam-se ativas no centro de uma sociedade que se abre em redes, pelas redes de cooperação (NEGRI e HARDT, 2006).

Essa situação desencadeia uma reação sem fronteira, para além das divisões nacional, colonial e imperial, das massas revoltadas e excluídas, da população migrante, movida por seu desejo de libertação, exercendo o seu direito de fuga (MEZZADRA, 2012). Trata-se de um movimento espontâneo dos/as trabalhadores/as sem nenhuma organização externa, que surge diretamente das próprias condições materiais de luta encontradas pelos/as trabalhadores/as de todo o mundo, impulsionado pelo desejo de libertação que transforma a subjetividade no fundamento da organização revolucionária, produzida no próprio processo de trabalho e relacional.

Tal reação colocou uma multidão em movimento planetário, o qual passa a ser o *locus* da resistência da nova ordenação do poder global, pondo em evidência a crise das instituições liberais que sustentaram por tantos anos a ideia de democracia e de direitos.¹ A internacionalização das lutas ganha outra definição nessa nova abordagem analítica. A questão espacial, territorial é redefinida a partir da compreensão do local e do global como os dois lados da mesma moeda, em que o movimento local de reação, incide sobre o movimento global da dominação capitalista.

Uma análise acerca do fenômeno da migração no século XXI, que tem se constituído em um forte movimento de reação às políticas de restrição e controle, tem que levar em conta o contexto das novas relações do poder global, das transformações no mundo do trabalho e dos fluxos de gerações de diferenças e identidades como base teórica e empírica. Só assim é possível fundamentar o poder de fazer história dos movimentos migratórios, procurando identificar tanto a base ontológica alternativa que reside nas práticas criadora e produtiva desses novos sujeitos que resistem, como a condução dos processos da produção de

1. A pandemia da covid-19, colocou em xeque muitas instituições democráticas, do mesmo modo revelou a ineficácia de políticas sociais na área da saúde, principalmente nos países ricos. Os números de infectados e mortos foram assustadoramente grandes em alguns países ricos. Por não terem um sistema de saúde público, não conseguiram evitar o tamanho do desastre.

subjetividade para a constituição de uma alternativa social e política. Por conseguinte, identificar o momento em que a produção das subjetividades é também a construção, pelos novos sujeitos, de um novo poder constituinte, de resistência, construído numa condição livre das estruturas estabelecidas pelas fronteiras da territorialização e da luta contra as políticas de restrição, controle e suas estruturas de aprisionamento.

Em termos analíticos, não se trata de apontar uma nova racionalidade como alternativa à razão moderna para compreender a nova configuração do capitalismo e as implicações dela decorrentes e, sim, de buscar uma nova estratégia teórico-metodológica para apreender e compreender, a partir dessas mudanças globais, a realidade migratória como um fenômeno de resistência e transformação do capitalismo. Enfim, adotar uma metodologia que possa reconhecer a produção de novas subjetividades como possibilidades libertadoras, criadas com a globalização dos/as trabalhadores/as, da migração internacional, e capaz de perceber a constituição da potência transformadora dos novos protagonistas políticos.

Analisar o contexto global implica compreender a extensão que ganhou o movimento migratório. Este não é mensurado apenas pela quantidade do seu alcance, mas pela capacidade de deslocamento, pela fluidez do capital que passa a estar em todos os mercados globais e pela intensificação das políticas de restrição que tem intensificado a precarização do trabalho e suspenso o acesso da população migratória aos direitos.

Mudanças no processo produtivo

A natureza do trabalho mudou, hoje as relações produtivas envolvem uma massa de trabalhadores\ras em circulação e inseridos/as em redes de cooperação. Sua realização revela um novo campo de valorização que passa a eleger desde o elemento técnico ao afetivo no processo

produtivo. O trabalho na sua nova fase é intelectual, afetivo, comunicativo, técnico-científico, que abarca a interação e a cooperação social. O trabalho hoje, além de envolver a totalidade das atividades econômicas, se torna imaterial. Nessa nova fase, ele não se limita a sua materialidade como na fase industrial do capitalismo, nessa nova fase ele torna-se imaterial. Vejamos com Giuseppe Cocco:

A noção de imaterial diz respeito à dimensão relacional e linguística do trabalho e, portanto, ao seu tornar-se práxis, para além da dialética sujeito-objeto. [...] Trata-se de se dar conta de que[...] o produto deixa de ser criado pelo trabalhador individual imediato para ser resultado mais de uma combinação de atividades sociais que da simples atividade do produtor. Ora, como apontava Foucault, essas atividades sociais são uma produção biopolítica que implica, na relação social, a relação da hibridização entre o homem e natureza.[...] Dizer que o trabalho se tornou imaterial significa afirmar que, no pós-fordismo, são as relações relacionais do trabalho que determinam as dimensões objetivas [...] típicas do processo de trabalho industrial (COCCO, 2009, p.143-144).

Ou seja, a mudança de paradigma ocorre não na competição feroz, mas em um compartilhamento, não na sustentação de antinomias próprias da era industrial, como exemplo o trabalho e não trabalho, trabalho produtivo e improdutivo. Hoje toda atividade insere-se no processo produtivo, criando muito mais do que bens materiais, mas ativos imateriais incomensuráveis. Esse contexto de mudança se define com o conceito de sociedade pós-industrial ou fase pós-fordista, que diz respeito às transformações no capitalismo e se distingue, como analisa Sanson, pelo

fortalecimento do capital frente ao Estado – manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; na formação de blocos econômicos; na concorrência econômica global acompanhada pela

descentralização das empresas, com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; na erosão do Estado-Nação e o seu (re)direcionamento para desfazer o contrato do bem-estar social; na desintegração do mercado de trabalho associada a dois movimentos: a crise do chamado processo de produção padronizado e a irrupção da produção flexível e a desregulamentação do aparelho normativo das leis que sustentavam um determinado tipo de organização do trabalho; [...]na redefinição de valores culturais que colocam em crise as instituições (SANSON, 2009, p 63).

Nessa transição para a economia informacional,

a linha de montagem foi substituída pela rede como método de organização da produção alterando as formas de cooperação e comunicação dentro de cada lugar que produz e entre os lugares de produção. [...] De fato, a rede de cooperação no trabalho não requer território nem centro físico. (NEGRI e HARDT, 2006, p.316).

Cooperação que não é imposta e organizada de fora como foi nas épocas passadas do capitalismo, na sua fase industrial, mas uma cooperação que é imanente à própria atividade laboral e que desenvolve, ao mesmo tempo, o potencial e o antagonismo do trabalho vivo em um nível nunca antes experimentado, e que vai se configurar nas novas formas de resistência (NEGRI e HARDT, 2006).

Um antagonismo que sinaliza as transformações das relações de poder e o surgimento de novas subjetividades que indicam os novos sujeitos, no qual habita o espaço da liberdade, não mais identificado como a modernidade definiu, mas um novo campo de constituição da democracia radical resultante de inúmeras redes de trabalho social, de cooperação e de resistência. Daí que, retornando a Negri\Hardt, quando olhamos para “a nova qualidade dos processos de trabalho imaterial e da cooperação social nas suas diferentes formas, começamos a reconhecer os circuitos alternativos da valorização social e

as novas subjetividades que emergem desses processos”. (NEGRI e HARDT, 2004, p. 27).

O trabalho não pode ser visto apenas como uma atividade qualquer, produtora de bens, de coisas que não deixam rastro e desaparecem assim que surgem no mundo, como pensa Arendt (1987), mas como atividade específica, socialmente reconhecida como produtora de valores, uma força ativa de negociação, que está presente em todas as mercadorias e é substância comum de todas as atividades de produção.

O que significa afirmar que a relação de trabalho e valor não pode ser tratada apenas como fator constitutivo da sociedade capitalista, mas também como negação e resistência ao capitalismo e afirmação de outra sociedade. Mesmo na obra de Marx, lembra Negri e Hardt (2004), a teoria do valor é também apresentada de outra maneira que não a do “processo capitalista de valorização”. Apesar da sua teoria de valor-trabalho, diz Negri e Hardt (2004), Marx considera o valor como uma figura antagonística, como sujeito dinâmico de ruptura do sistema. A força-trabalho social é considerada, assim, um elemento valorizante da produção, que produz subjetividades e reproduz a sociedade, ampliando a sua capacidade de resistir e transformar. Trata-se de um mais-valor que é gerado pela cooperação e pelas relações sociais que consideram também o tempo de não trabalho, o tempo de aprendizagem, o tempo dos afetos, o tempo do consumo cultural, o tempo da vida. (NEGRI E HARDT, 2004)

Essa cooperação e relação social extratrabalho são não pagas pelo salário, obviamente, mas constituem uma força produtiva fundamental (SANSON, 2009). E isso acontece independentemente do funcionamento da clássica lei capitalista do valor, da medida do valor-trabalho, ou seja, daquele valor determinado pela relação da mercadoria e o tempo-trabalho socialmente necessário à sua produção, definido por Marx (NEGRI e HARDT, 2004).

Estamos falando do trabalho imaterial, que é criador de valores que afirmam a coletividade, capaz de impulsionar um movimento de resistência, de provocar novos processos de luta e de criar novas expressões

da potência constituinte. Nessa nova configuração do trabalho, na qual a indústria deu lugar aos serviços, à informatização e à comunicação, que colocaram homens e mulheres num emaranhado de redes e promoveram uma extensa cooperação social por toda a sociedade, tornou-se, de fato, o centro de toda a ação humana, está presente em todas as suas dimensões, desde a intelectual à fabricação, a afetiva à comunicação. Nesse caso,

Sob a hegemonia do trabalho imaterial, a exploração já não é primordialmente a expropriação do valor medido pelo tempo de trabalho individual ou coletivo e, sim, a captura do valor que é produzido pelo trabalho cooperativo e se torna cada vez mais comum através de sua circulação nas redes sociais. As formas centrais de cooperação produtiva já não são criadas apenas pelo capitalista como parte do projeto para organizar o trabalho, mas emergem das energias produtivas do próprio trabalho. O comum aqui, constitutivo ao trabalho imaterial, é a produção de comunicação, de relações sociais e de cooperação, aspectos esses de difícil mensuração, porque partilhados (SANSON, 2009, p.68).

A extensão conquistada pelo trabalho revela a sua substância comum que está em todas as partes. Todas as atividades que produzem valores são reconhecidas como trabalho. Nessa fase pós-industrial ou pós-fordista do capitalismo, as mudanças da natureza do trabalho podem ser verificadas também pelas alterações qualitativas e quantitativas do emprego. A fluidez do capital implicou a precarização e a redução dos tradicionais postos de trabalho. Tudo isso deixa claro que a classe operária perdeu o seu lugar central na sociedade e nas análises teóricas sobre o processo produtivo capitalista. E, com o advento da sociedade como uma grande fábrica, o trabalho se tornou, diz Negri e Hardt (2004), a substância comum da ação humana. Ele está em toda parte como realidade, determinando as redes da cooperação produtiva que criam e recriam a vida, contudo, salientam Negri e Hardt,

todas as formas de trabalho hoje em dia são socialmente produtivas, produzem em comum e também compartilham um potencial de resistir à dominação do capital. Podemos encarar essa realidade como uma igualdade de oportunidades de resistência. Isto não significa, queremos deixar bem claro, que o trabalho industrial ou a classe operária não sejam importantes, mas apenas que não detêm um privilégio político em relação às outras classes do trabalho (NEGRI e HARDT, 2005, p.147-148).

Diante das mudanças das relações do trabalho, o mundo pós-industrial não mais reconhece o sujeito “operário massa” – o tradicional agente das transformações capitalistas do século passado que esteve presente nas lutas emancipatórias. Esse deu lugar a um novo protagonista do mundo globalizado, envolto num mundo informatizado, que não mais se prende ao trabalho regulamentado da fábrica, mas agora é a imaterialidade do trabalho que se coloca como espaço para a recomposição política do antagonismo, como contínuo motor da história.

Tudo isso nos leva a afirmar que a crise da razão, da sua perda de credibilidade diante dos horrores que produziu no século XX, transformou a razão iluminista, nessa época chamada de pós-moderna, apenas como mais uma das muitas fontes geradoras de um processo produtivo que agora requisita e considera a imaginação, o afeto, a comunicação etc. como parte constitutiva do mundo do trabalho. Entretanto, isso não quer dizer que a nova composição do trabalho esteja menos sujeita às formas de exploração e opressão. Pelo contrário, as condições postas pelas novas relações produtivas tendem a estender com maior intensidade a precariedade e vulnerabilidade no mundo do trabalho. Essas mudanças fazem parte das transformações estruturais do capitalismo, que, em virtude da ampliação da sua capacidade de domínio e exploração, da subsunção da sociedade pelo capital, passam a exigir novos pilares teóricos e conceituais diferentes daqueles que sustentaram muitas correntes analíticas da era moderna.

As interpretações são muitas, cada uma a seu modo aponta os efeitos da transformação que o capitalismo tem passado nas últimas décadas, na direção da supremacia da cultura sobre a economia, ou do sepultamento da metalinguagem, da acumulação flexível, todos evidenciam de certa forma o enfraquecimento da base valorativa e normativa que deu origem ao projeto moderno e que culminou na crise da soberania, no esvaziamento histórico e político da tradição jusnaturalista e da herança contratualista e no surgimento de novos dispositivos e novas tecnologias de controle do Estado.

É preciso entender as novas relações de poder que foram estabelecidas e o novo formato das lutas dos/as trabalhadores/as diante dessas transformações estruturantes, principalmente diante do crescente movimento migratório e das modificações provocadas pela pandemia global. Ou seja, é preciso identificar os dispositivos de controle que ampliam a capacidade de domínio do poder do Estado na nova realidade global e a emersão dos novos formatos de reação à essas transformações. Principalmente no mundo pós pandemia, que vai exigir uma nova dinâmica para combater o controle que o Estado vai exercer sobre a população, que, como deixou claro os países asiáticos, agora deve se valer de um sistema biopolítico digital, só assim é (e foi) capaz de combater a pandemia, ou seja, com o total controle digital das pessoas. Temos agora a pandemia redefinindo um conceito de soberania pautado em quem melhor dispõe de dados e sistema de controle digital total das pessoas. Esse certamente será o cenário político global a ser enfrentado pelos trabalhadores/as, migrantes e nativos.

Contexto de mudanças e os novos protagonistas

A revolução informática em curso provocou o surgimento de muitas tendências analíticas com o propósito de compreender os efeitos dessa revolução no processo produtivo e nas relações sociais capitalistas. É o caso de algumas análises que sustentam a ideia de que o

desenvolvimento e as crises do capitalismo têm como ponto de explicação a nova realidade tecnocrática, por isso dão ênfase à perda do papel central das classes sociais no processo de luta contra o capital e tratam as relações sociais como um somatório de múltiplos casos setoriais, envoltos às suas temáticas pontuais, capazes de ocupar o lugar vazio da classe trabalhadora como foi no passado.

As transformações do processo produtivo capitalista foram impulsionadas, segundo alguns estudiosos, como por exemplo Habermas (2003), pelas novas tecnologias de informação e comunicação e pela entrada de novos atores no cenário das lutas sociais. Ou seja, grupos organizados em torno de temas específicos e que não necessariamente tinham vínculos entre si, ocuparam o cenário das lutas sociais e de resistência ao capital, distanciando-se, assim, do formato classista da ortodoxia marxista. Tais grupos não traziam (e não trazem) uma proposta de transformação do capitalismo, mas colocaram em xeque muitos valores e instituições da sociedade, e, na medida em que suas lutas ganharam dimensão global, formaram um ciclo de lutas que revelaram o esgotamento da herança moderna.

A hierarquia disciplinar da ordem fabril, desse modo, não se articula apenas a partir das funções de comando capitalista, mas também dentro das relações sociais de gênero, raça, etnia, sexualidade etc. Portanto, o capitalismo como um sistema de dominação depende da discriminação que passa por gênero, raça, etnia, sexualidade, mobilidade humana, classe social, para estabelecer suas hierarquias de controle e restrição.

As mudanças no sistema capitalista significaram a alteração das relações no mundo do trabalho fora dos parâmetros da organização fordista, e isso significou a inserção de outros componentes no processo produtivo que comprometeram o uso das tradicionais categorias marxistas como referência analítica, aquelas fundadas na separação da base estrutura e supra estrutura, mais-valia, trabalho produtivo e improdutivo, por exemplo. O novo tipo de capitalismo emergente e globalizado exigiu novas categorias de análise para dar conta das mudanças estruturais

do trabalho e da natureza dos conflitos protagonizados pelos novos atores sociais e, principalmente, para entender os efeitos da crescente mobilidade humana.

O novo contexto laboral trouxe, destarte, novas formas de relações sociais, que vão além daquela esboçada pelas tradicionais configurações do capital. Os avanços tecnológicos contribuíram com a reconfiguração do trabalho, e o maior deles é a diluição da fronteira entre a fábrica e a sociedade, a fábrica e a casa. Isso foi um facilitador da inserção crescente da mão de obra feminina e dos serviços no centro do processo produtivo, bem como o fim da separação secular entre trabalho manual e intelectual.

Muda toda a composição da força de trabalho e suas relações com o capital e cresce uma maior reação do/a trabalhador/a à sujeição ao capitalismo. Novas formas de resistências passam a ser praticadas. Sendo assim, podemos afirmar que o fim do modo de regulação que predominou no século XX significou o fracasso do capital em impor uma determinada forma de organização do trabalho diante da resistência dos atores sociais. É o momento em que a entrada de novos sujeitos nas lutas transforma a sociedade num campo fértil para criar e conquistar novos direitos, de afirmar identidades.

Nessa era pós-industrial, a figura do/a trabalhador/a surge com características subjetivas de difícil sujeição ao capital, e a nova leitura da dinâmica do capitalismo coloca de lado as ideias das leis inexoráveis da economia como vetor das contradições entre capital e trabalho. O que significa a recusa da análise economicista e a eleição dos elementos subjetivos das relações sociais como indicadores da nova natureza das lutas sociais.

Os novos enfrentamentos promovem mudanças na composição política e na dinâmica das lutas dos/as trabalhadores/as. E nessas modificações da força de trabalho no processo de reprodução social, que o antagonismo político se manifesta e atribui ao trabalho industrial, papel secundário na organização capitalista, apontando um novo campo em que as lutas se manifestam e revelam os novos protagonistas.

São esses momentos de composição, recomposição e decomposição que, adverte Altamira (2009), caracterizam os ciclos de luta e a emersão do sujeito antagonico. Ciclos de lutas que, como dito antes, em decorrência dos avanços da tecnologia, da informação, estendem-se a todos os campos de ação da sociedade, envolvendo seus vários segmentos sociais e identitários. Isso implica dizer que todos os movimentos da sociedade estão inseridos no processo produtivo. A fábrica não mais se restringe a um espaço físico em que se concentra a produção fabril. As operações laborais se estendem a toda a sociedade, descentralizam-se e se difundem aos múltiplos campos sociais. A sociedade passa a ser um celeiro de todo tipo de serviços, adaptando-se às transformações do capital e se configurando em um campo de luta e resistência.

A fábrica do passado deu lugar à fábrica sem muros, dizem Negri e Hardt (2004), as fronteiras são ressignificadas, a exploração e a mais-valia se expandiram a toda sociedade, a uma extensa rede da qual os/as trabalhadores/as foram imersos e conectados para manter o capital em movimento. Os/as trabalhadores/as passam a ser explorados/as na sua capacidade de cooperação para produzir. E a atualidade oferece redes comunicacionais provenientes da tecnologia avançada da informação que possibilitam ao capital apropriar-se, cada vez mais, da capacidade comunicativa do/a trabalhador/a em qualquer canto do mundo.

O avanço tecnológico não tem promovido apenas a subjugação do/a trabalhador/a, mas, na medida em que essa tecnologia se torna global, o capital é impelido a difundir esse conhecimento a todo o processo produtivo, promovendo uma crescente sociabilidade do trabalho através de formação de redes comunicacionais e criando possíveis barreiras à cooptação do capital. Por isso é que a comunicação representa hoje para o mundo do trabalho, o que a relação salarial foi para o operário industrial, ou seja, os recursos de informação fazem parte do conjunto de bens e serviços que o capital deve oferecer aos/as trabalhadores/as para o seu desenvolvimento (ALTAMIRA, 2009). Passando a incluir, na composição e na ideia de classe, todo tipo de trabalhador/a,

desde donas de casa a cientistas, dos empregados aos desempregados, imigrantes aos trabalhadores autóctones. Ou seja, a todas as categorias sociais (identitária, grupo urbano e rural, classista) encarregadas de reproduzir o capital e resistir a ele.

Essa é a base paradigmática das análises que procuram identificar e compreender os atuais movimentos de libertação dos trabalhadores e trabalhadoras, e as novas formas de resistências às políticas de controle, exploração e exclusão, principalmente pela população migrante. Neste período de reestruturação capitalista, crescem as tensões sociopolíticas e o nível de contradições, trazendo para o cenário das lutas um novo protagonista que tem causado turbulência no capitalismo: o/a trabalhador/a sem fronteiras.

Novas relações produtivas e mobilidade humana

O poder, como já referimos, instrumentaliza-se com novas estratégias e mecanismos de controle. Para isso, o Estado, além do uso do aparato jurídico e policial, lança mão da “circulação do medo”, promovendo uma guerra global em nome do combate ao terrorista, potencial ou real, e desencadeia um poder de polícia em escala global, fazendo circular por todos os cantos do mundo o medo como sentimento de contenção das pessoas. Agora, em 2020, anos da pandemia, a “circulação do medo” tende a se intensificar, promovendo uma maior desigualdade social e a seleção cruel de quem vive e quem morre.

Essa tem sido a forma encontrada pelo poder do Estado de promover a instabilidade e insegurança no meio da população, principalmente para tornar ainda mais vulnerável o crescente deslocamento de trabalhadores/as pelo planeta. Essa vulnerabilidade permite ao poder manter a população numa rede de circulação, reativando e garantindo a sua capacidade de aprisionamento e controle, respondendo, dessa forma, aos desafios postos pela crescente expansão e mobilização da população pobre no mundo.

O sentimento do medo é desencadeado pela afirmação da guerra global permanente, ou seja, de um poder de polícia para conter a potência dos novos protagonistas que emergem das novas relações produtivas. O que torna diferente essa nova modalidade de controle é, como já referimos, a utilização dos vários recursos tecnológicos da informação e comunicação, que possibilita, em tempo veloz, disseminar o medo em todas as partes do mundo. O que torna a rede de comunicação o alvo de fortes competições e fusões das corporações transnacionais. A síntese política do novo espaço social (des) territorializado é fixada no espaço de comunicação. É por isso que as indústrias de comunicação assumiram posição central. Elas não apenas organizam a produção numa nova escala e impõem uma nova estrutura adequada ao espaço global, mas também tornam imanente sua justificação. “O poder, enquanto produz, organiza; enquanto organiza, fala e se expressa como autoridade. A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as. As indústrias de comunicações integram o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico, não simplesmente colocando-os a serviço do poder mas integrando-os, de fato, em seu próprio funcionamento” (NEGRI e HARDT, 2006, p.52).

Além dessas estratégias para disseminar o medo, o capitalismo, ao se organizar a partir de redes de circulação, redesenha o território global e estabelece novos espaços do ciclo de produção do capital, do mesmo modo promove uma mobilidade do trabalho nunca antes vista e estabelece “contenções mediante redes de condicionamento, e não mais de organização” (COCCO, 2004, p.9). Redes que não têm um centro e nem são hierarquizadas, são verdadeiras teias espalhadas pelo mundo, interconectadas por extensas rotas, promovendo e intensificando o processo de desterritorialização. São também redes que sofrem fortes pressões e disputas entre as corporações para mantê-las sobre o seu controle.

A nova dinâmica da produção, que agora incorporou na sua estrutura à interação e à difusão das redes, promove e controla a circulação e mobilidade de pessoas e redefine, por sua vez, novas composições geopolíticas e expressa a nova natureza da resistência, que passa a ter papel constitutivo, estabelecendo a dimensão constituinte do processo de luta dos/as trabalhadores/as. As formas de resistência, do contrapoder, foram, nesse contexto histórico, se modificando, e foi isso que impôs ao capital a necessidade de buscar novos mecanismos de controle e de contenção da mobilidade humana.

Um dos fatores que melhor explica as mudanças no processo produtivo e de configuração do poder global é a emergência da potência dessa grande multidão flutuante, que reagiu aos impedimentos e controles que lhes foram impostos ao longo do século XX e continua no século XXI. A partir dessa reação, novas formas de resistir apareceram e novas subjetividades surgiram no cenário das lutas sociais que redefinem o papel desse sujeito político. E isso afronta a capacidade do sistema capitalista de manter sob controle essa multidão fruída, mutante e imprevisível. Essa reação ocorre por meio da disseminação e difusão de novos valores e comportamentos no âmbito global e das redes consolidadas que resistem ao controle, graças a sua estrutura interativa e descentralizada de cooperação.

Mobilidade humana e resistência

Nesse contexto de transformações globais, é importante analisar os processos migratórios não apenas como fluxos de trabalhadores/as, mas como movimentos sociais de luta e resistência, o que vai permitir olhar o/a migrante como um ser singular e individualizado, identificando-o/a como protagonista político capaz de ressignificar os processos de produção e reprodução do capital e do modo de vida. Dessa forma, o/a migrante passa a ser reconhecido/a como promotor/a das novas lutas e resistências, isso faz com que seja desconstruída a imagem de sujeito passivo, subalterno e carente de cuidados.

Nessa perspectiva, a subjetividade ganha lugar central nas análises, o que nos permite identificar as reais possibilidades e limites das pessoas em situação de mobilização e tornar mais perceptíveis as contradições geradas pelas tensões entre o desejo de liberdade e mobilidade das pessoas, e as políticas de controle e restrições por parte dos Estados, bem como as tensões geradas pelas políticas de restrições da mobilidade humana, que crescem ao mesmo tempo que se expande a livre circulação do capital e de mercadorias.

O movimento migratório tem se confrontado com essas medidas de restrições que são centrais para o funcionamento exitoso das novas relações produtivas e reprodutivas do capital. Por outro lado, tais medidas trazem grandes desafios à produção capitalista em escala global ao se defrontarem com a turbulência e conflitos advindos do crescente fluxo migratório (MEZZADRA, 2012). A migração, ao causar turbulência no mundo capitalista, coloca em xeque as instituições liberais, a democracia, a cidadania, os direitos humanos e evidencia o impasse em que a economia financeira se encontra com suas medidas perversas de superação, através de superexploração e precarização do trabalho.

O/a imigrante, ao chegar ao lugar de destino como força de trabalho, torna-se um problema a ser enfrentado pelo Estado, já que a necessidade do mercado de trabalho é circunstancial, e o migrante é tratado como um ser provisório e descartável, mesmo que esta provisoriedade dure mais do que o previsto e desejado. Ele ou ela não deixará nunca de ser um/a estrangeiro/a nas terras dos autóctones, e, em muitos casos, isso se aplica ao retornarem ao lugar de origem.

A ideia do retorno, segundo Sayad (2000), acompanha, na maioria dos casos, a população migratória que mantém laços duráveis com a família e a comunidade de origem. Entretanto, ao retornar, o/a migrante leva o estigma de não pertencer a lugar nenhum, mesmo na sua terra de origem. Um dos impactos da crescente movimentação migratória é a desconfiguração do sentido de “pertença”, um sentimento de não pertencer a lugar nenhum, o que tem provocado repercussão sobre a

configuração objetiva da cidadania, atuando, desse modo, para o enfraquecimento da sua circunscrição nacional (MEZZADRA, 2012). Isso significa que os movimentos migratórios, ao se expandirem em um contexto de mudanças do capitalismo, decorrente das transformações do processo produtivo e do recrudescimento da perda de direitos, acabam por afetar determinado modelo de cidadania, aquele fundamentado na cultura nacional, que elegeu o indivíduo enquanto cidadão portador de direitos, imagem que expressa a racionalidade do Estado moderno. Os/as migrantes tornam-se aqueles/as que melhor expressam as contradições e o enfraquecimento dos valores que legitimaram historicamente a relação Estado e sociedade. Essa condição é possível na medida em que os/as migrantes se revelam sujeitos ativos capazes de ultrapassar as restrições impostas pelas políticas de controle da mobilidade humana. (NASCIMENTO, 2018)

As migrações são fenômenos constitutivos da dinâmica do desenvolvimento capitalista e cabem aos Estados a criação e a execução das políticas de controle e restrição. Através dos enfrentamentos do modo de produção capitalista diante do fluxo migratório, é que são definidas as políticas disciplinares e regulatórias dos/as trabalhadores/as inseridos/as no mundo do trabalho. No mundo pós pandemia esses instrumentos serão extensivamente utilizados como estratégia de salvar vidas, o que significa, salvar a economia capitalista de novo desastre pandêmico, e, certamente, o controle da população migratória será prioridade.

A relação de tensões e conflitos entre o desejo de libertação e a prática opressora é o elemento estruturante do modo de produção capitalista. Vistas nessa perspectiva, as migrações são referências paradigmáticas na construção dessas políticas, que mantêm sob controle a massa trabalhadora, estruturando e movimentando as relações no trabalho. O resultado dessas tensões e conflitos é o fortalecimento das fronteiras e a expansão da política de restrição e, apesar da manifestação de muitos governos em querer expulsar os imigrantes, tais medidas não têm sido capazes de conter a crescente onda de mobilidade humana

no âmbito global, colocando homens e mulheres em confronto com as novas transformações no mundo do trabalho baseado em princípios de flexibilidade e precarização.

No contexto de reconfiguração do poder global e de transformação da relação capital-trabalho, a questão a ser enfrentada é a relação entre cidadania, Estado e migração, principalmente quando se pensa a cidadania para além do status jurídico-legal circunscrito na nacionalidade. A dimensão teórica e prática da cidadania é uma ferramenta analítica que nos ajuda a mensurar a crise institucional e avaliar as condições da vida pública, e isso nos permite mensurar, com mais critérios teóricos e empíricos, a relação entre o universalismo dos direitos, como os chamados direitos humanos, e o particularismo de pertença, que é identificado pela inserção nacional da cidadania (MEZZADRA, 2012).

Essas questões trazem desafios à tradicional configuração da cidadania quando confrontada com a realidade global, que dá sinais evidentes do enfraquecimento do vínculo “naturalizado” dessa relação codificada na cultura nacional, que sempre manteve e reproduziu a linha divisória entre a inclusão e a exclusão, o legal e o ilegal. O que define os códigos de inclusão/legalidade nos espaços da cidadania e os mecanismos de regulação da inclusão e exclusão é um desafio que cabe ao Estado responder e repensar diante da realidade da migração. Pensar a migração, diz Sayad, significa pensar o Estado, e é o Estado que se pensa a si próprio quando pensa a migração (SAYAD, 2000). E, pensando a si mesmo, o Estado promove a inclusão do migrante enquanto excluído, enquanto força de trabalho vulnerável às condições de precariedade e degradantes. Mesmo aqueles/as que conseguem benefícios assistenciais do Estado, estão privados de muitos direitos, e isso coloca em questão a base do Estado de direito e das relações democráticas. Essa é a realidade que a população migrante está enfrentando nessa época de pandemia global. Não há suporte humanitário por parte da maioria dos países, principalmente no Brasil, as iniciativas estão sendo tomadas por parte das organizações civis e instituições religiosas e não pelo governo.

Essa realidade problematiza e exige um modelo não nacional de direitos, que garanta e redefina a universalidade dos direitos humanos. O acesso dos/as migrantes a alguns direitos específicos definidos pela condição cidadã não se traduz, na verdade, em obtenção de status de cidadania. Dessa forma, a inclusão do/a migrante é um “dispositivo de sujeição que conduz à reprodução de uma multiplicidade de regimes de trabalho caracterizados por vários graus de coerção” (MEZZADRA, 2012, p.14).

A frágil relação entre direitos de cidadania e o seu estatuto jurídico-legal é também enunciado pela falência do Estado social e pelas transformações do modo de produção capitalista já mencionadas. São mudanças que não apenas realçam a socialização conflitiva dos/as trabalhadores/as migrantes, mas também tornam a posição laboral um critério exclusivo de acesso à cidadania, mesmo que seja uma cidadania restritiva e não passe de um dispositivo de sujeição.

A inserção da força de trabalho migrante no mercado de trabalho é a sua única garantia de acesso a alguns direitos, dentro das condições previstas de migração requeridas pelo país de destino. Na verdade, estamos tratando aqui de mais uma contradição do quadro migratório: se, de um lado, há as restrições de mobilidade da migração constituída de força de trabalho, do outro, temos a inscrição dessa força de trabalho no processo produtivo como condição única ao acesso a alguns direitos. Nesse caso, a codificação da pertença com base nacional passa a operar circunstancialmente e oportunamente, atendendo às exigências laborais locais. (NASCIMENTO, 2018)

Os recentes estudos que têm identificado essas contradições e paradoxos da relação Estado, trabalho e migração, vêm se deparando com as dificuldades de classificar as chamadas causas “objetivas” do fenômeno migratório; afinal, como apontar as causas “objetivas” diante de um fenômeno carregado de elementos de imprevisibilidade e que se expressa através da multiplicação e aceleração das interconexões que caracterizam o mundo da globalização? Ou seja, como analisar o fenômeno

migratório sem necessariamente centralizar a questão econômica e eleger como referência analítica os fatores subjetivos? Questões que se estendem, principalmente a migração feminina. Por exemplo: como identificar a subalternidade da mulher migrante e associar a sua mobilidade a fatores que não sejam a família, mas que possam ser interpretados como libertação de uma condição opressora, racista e machista.

Nesses termos, a migração não representa simplesmente uma resposta forçada pela necessidade, é possível pensar o/a migrante a partir de sua decisão consciente de buscar uma nova experiência de vida, imprimindo, assim, na sua mobilidade, um processo autônomo, afirmando as suas determinações subjetivas que estão na origem de suas decisões.

Considerações finais

A migração é um tema que tem sido constante nos debates acadêmicos e nas análises das ciências sociais, e os/as estudiosos/as desse tema têm procurado novas estratégias teórico-metodológicas para conhecer e compreender os impactos que esse fenômeno tem causado ao capitalismo globalizado e às novas formas de resistência desse movimento em relação às políticas de controle e restrições. Têm procurado também analisar o movimento migratório no contexto de reconfiguração do poder global e das mudanças das relações produtivas.

Hoje a migração acontece em todos os cantos do mundo, os motivos que levam os/as migrantes a saírem do país de origem não se explicam e se resumem apenas a péssimas condições de vida, guerra, catástrofes ambientais, trabalho, perseguição política, cultural etc. O processo migratório é também um momento de resistência e produção através da luta, da criação de estratégias de sobrevivência. Essas formas de resistência promovem a subversão de barreiras e exigem mudanças; ou seja, a presença do/a migrante cria e transforma, nos lugares onde chega, as formas de relação, modos de estar e ser no mundo, em um processo constante de produção de novos laços intersubjetivos.

Os migrantes revelam-se extremamente potentes através de seus pequenos e cotidianos movimentos, em suas lutas diárias por direitos e cidadania. Esse movimento pelo reconhecimento enquanto ser de direitos tem colocado em evidência a precarização e superexploração do trabalho e o enfraquecimento da democracia, que se revela incapaz e desinstrumentalizada institucionalmente para lidar, de modo humanitário, com a população migratória. Nesses termos, a condição da população migrante desencadeia uma grande tensão subjetiva, principalmente nesse momento, em que o mundo vive a maior pandemia do século XXI, as fronteiras se fecham drasticamente para salvar vidas e nenhuma política social específica para essa população é apresentada. No Brasil, os dados revelam total desamparo a essa população por parte do governo, os impactos negativos são crescentes pela situação de distanciamento social, principalmente a parcela de imigrantes em situação irregular que enfrentam a dura burocracia para conseguir a documentação e reconhecimento. Nesse caso, são colocados à margem, sem o direito de ter auxílio humanitário.

Os desafios são muitos diante das mazelas crescentes, crise sanitária, crise econômica, crise política, e no caso do Brasil, isso se agrava, estamos enfrentando um necrogoverno que a lógica é “fazer morrer” e “deixar morrer”.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Homo Sacer** – o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALTAMIRA, C. **Os Marxismos do Novo Século**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

COCCO, G; GALVÃO, A. P.; SILVA, G.; (Orgs). **Capitalismo cognitivo**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

COCCO, G. Democracia e Socialismo na era da subsunção real: a construção do comum. In GENRO, T. et al. **O Mundo Real** - socialismo na era pós-neoliberal. Porto Alegre: L&PM, 2008.

_____. **Trabalho e cidadania**. Produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

_____. A riqueza dos pobres contra a pobreza dos ricos. *Jornal Le Monde Diplomatique*. São Paulo, abril, nº 21, 2010.

_____. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In COCCO, G. e SILVA, G. (org.). **Territórios Produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. São Paulo: DP&A Editora e Brasília-DF: Sebrae, 2006.

_____. **MundoBraz** – O devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 2009.

CORSINI, Leonora. Êxodo Constituinte: multidão, democracia e migrações. 2007. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, A. P. **O migrante na rede do outro**. Rio de Janeiro: TeCorá Editora, 1999.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Organizado por Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LAZZARATO, Maurizio. Para uma definição do conceito de bio-política. *Revista Lugar Comum*. n. 5-6, 1998.

LAZZARATO, M. e NEGRI, T. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

LYOTARD, J. **A Condição Pós-Moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

MEZZADRA, S. **Direito de Fuga** – migrações, cidadania e globalização. Portugal: EdUnipop, 2012.

_____. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade Dossiê: Migrações e Fronteiras - *Revista REMHU* ano XXIII, n.44. Brasília, 2015.

MOULIER-BOUTANG, Yann. Les chaînes de la migration en Europe. *Multitudes* n.19, pp 31-40. Paris, dez. 2004.

NASCIMENTO, Mariangela. O que nos autoriza a falar da universalidade dos direitos humanos. Revista Lugar Comum, n.51. Rio de Janeiro, 2018.

NEGRI, T.; COCCO, G. *Glob(AL)*. **Biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, T.; HARDT, M. **O trabalho de Dionísio** – Para a crítica ao Estado pós-moderno. Juiz de Fora/MG: Editora UFJF, 2004.

_____ **Multidão** – Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2005.

_____ **Império**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

OLIVEIRA, Antônio T. R. Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil. Cadernos OBMigra, v.1, n.3. 2015.

PERES, Roberta Guimarães. Os dois lados da fronteira: a imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços. Iforme Gepec, v.15, n° especial. Toledo, 2011.

SANSON, Cesar. Trabalho e subjetividade: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. 2009. Tese de Doutorado Universidade Federal do Paraná. Curitiba/Paraná, 2009.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____ O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. Travessia Revista do. Migrante ano XIII, número especial. São Paulo, jan. 2000.



3

SHARING ECONOMY E O CAPITALISMO DE PLATAFORMA: SALVAMENTO E SELVAGERIA NA NOVA ECONOMIA

Bruno Tarin

Introdução

Marx em 1867, em sua obra *O Capital - Livro I* (2013), demonstra como o desenvolvimento da indústria moderna forçou, inclusive através da violência, a generalização de suas lógicas por todas as esferas produtivas, inclusive a social, ao mesmo passo emergiam novos conflitos. Basicamente, esse processo decorreu, pelo ponto de vista econômico, do fato de que a indústria moderna subjugou outras formas produtivas pois estas não possuíam a capacidade de dispêndio de capital necessária, nem o apoio do Estado, para competir com a maquinaria industrial e seus modos de organização do trabalho – formas mais “bem acabas” do capital na época. Dessa maneira, as manufaturas e outros empreendimentos menores se viram coagidas a adotarem a forma fabril, ao ponto que a grande maioria daquelas que assim não o fizeram – ou puderam – foram levadas a ruína ou foram engolidas. Perante esse esquema pode-se questionar: diante de que tipo de maquinário, organização do trabalho, conflitos e/ou forma produtiva tendencial nos encontramos hoje?

O final do século XX e início do XXI foi um período histórico-social marcado pela ideia de transição, disrupção ou, ainda, de revolução – ao menos aquela da digitalização. As estruturas abrangentes que antes

atuavam simultaneamente nas mais variadas esferas sociais, institucionais e esquemas de pensamento foram colocadas em cheque com o advento de novas formas de produção, comunicação e informação em rede e da exacerbação da dimensão coletiva e difusa dos modos de vida contemporâneos. Foram muitos os nomes e análises que buscavam dar conta das transformações operadas no diagrama rede¹ ou na passagem de uma economia baseada nos processos industriais para uma ‘nova economia’². Como exemplos de tentativas de apreender esse período, evidenciando prioritariamente o papel das novas tecnologias da informação e comunicação na valorização de capital e nos modos de vida e trabalho associados a elas, pode-se citar as ideias de: sociedade de controle (DELEUZE, 1992); sociedade em rede (CASTELLS, 1999); trabalho imaterial (LAZZARATO; NEGRI, 2001), capitalismo cognitivo (MOULIER-BOUTANG, 2008) e capitalismo maquínico (PASQUINELLI, 2011; RAUNING, 2016). Dialogando com esse conjunto de análises, mais recentemente, vem ganhando espaço o conceito de capitalismo de plataforma.

Pretende-se no presente artigo realizar um estudo sobre dinâmicas de um ramo da nova economia denominado *sharing economy*, normalmente apresentado como baseado na produção colaborativa ou no compartilhamento em rede, observando-o a através da lente teórica do capitalismo de plataforma. Sublinha-se que reconhecemos a recorrência de narrativas apologéticas em diversos âmbitos, destacando-se a literatura do pensamento econômico e artigos do mundo digital dos negócios, onde as plataformas são ressaltadas somente como um grande progresso econômico, social e até ambiental por conta de seus méritos

1. Para acesso a problematização, a partir de Foucault, sobre diagrama e rede, Cf. Negri (2003, p. 248-9).

2. O termo ‘nova economia’ foi cunhado ainda nos anos 1990 para descrever a transição de um regime de acumulação industrial para uma miríade de atividades econômicas, especialmente de serviço e logística, fortemente atravessadas pelos processos de globalização e financeirização alavancados pela digitalização dos modos de valorização e captura de capital.

no incremento da produtividade, pela eficiência no uso dos recursos, inovação tecnológica, fomento de práticas de compartilhamento comunitárias, geração de riqueza etc. É nosso objetivo mobilizar um feramental teórico, a partir de uma leitura crítica, que auxilie na emergência de alternativas a estas narrativas apologéticas, bem como no seu deslocamento enquanto referências para análises e interpretações. Para tal, primeiro, destacaremos a emergência do capitalismo de plataforma como um novo regime de acumulação. Depois delinearemos a *sharing economy* apresentando suas características gerais. Em seguida, apontaremos como as dinâmicas da *sharing economy* se materializam através da captura e processamento dos dados informacionais e enquanto um devir rentista do compartilhamento em rede. Por fim, realizaremos uma problematização, a partir do caso de uma plataforma da *sharing economy* e da ideia de acumulação primitiva, sobre como a nova economia opera diretamente na relação entre inclusão e exclusão apresentando-se simultaneamente enquanto salvamento e selvageria.

Um novo regime de acumulação: capitalismo de plataforma

No universo da computação, do digital e das redes, a ideia de plataforma é, e foi, utilizada para descrever uma infinidade de coisas, que vão desde hardwares, tais como videogames, celulares, computadores etc, passando por sistemas operacionais, sítios na Web, sistemas de gerenciamento de conteúdo (CMS), jogos eletrônicos etc. De forma geral, as plataformas:

juntam as coisas em agregações temporárias de ordem superior e, a princípio, geram valor tanto ao que é trazido para a plataforma, quanto para a plataforma em si. Elas podem ser aparatos técnicos físicos ou sistemas alfanuméricos; elas podem ser software ou hardware ou, ainda, várias combinações. [...] Plataformas são simultaneamente formas organizacionais que são altamente técnicas, e formas técnicas que permitem a

emergência de extraordinária complexidade organizacional. (BRATTON, 2015, ebook, tradução nossa).

Como pode-se perceber, a ideia de plataforma serve para descrever uma ampla e variada gama de coisas e processos, hoje, sendo utilizada também para descrever empresas, iniciativas e softwares/aplicativos da chamada nova economia. Neste contexto, um uso bastante singular vem rapidamente ganhando força. A ideia de plataforma tem sido utilizada para descrever uma nova forma do capitalismo, um novo regime de acumulação, identificada como: capitalismo de plataforma.

Segundo Srnicek (2017), o capitalismo de plataforma seria a mais nova etapa histórica do capitalismo. Sobre a retórica de que “cidades devem se tornar inteligentes/espertas³, negócios devem ser disruptivos, trabalhadores devem se tornar flexíveis, e governos devem ser enxutos e inteligentes” (SRNICEK, 2017, ebook, tradução nossa), o capitalismo de plataforma vem se tornando um modelo de produção tendencial ou, ainda, a plataforma como uma das mais novas formas empresa – capitalista. De maneira sintética, o capitalismo de plataforma pode ser visto como uma virada capitalista em direção aos dados informacionais como o meio de manter o crescimento econômico e a vitalidade do mercado. Essa virada tem como fundamento a longa redução da lucratividade de empreendimentos indústrias. Segundo o economista Christian Marazzi (2011), ocorre entre os anos 60 e 70 uma queda dos lucros industriais em torno de 50%, decorrente do esgotamento das bases técnicas, econômicas, políticas, sociais e culturais do fordismo, e apesar de haverem posteriores recuperações das taxas de lucro associadas ao industrialismo, estas sempre foram contingenciais e localizadas, nunca atingindo os patamares anteriores. Dessa forma, o capitalismo de plataforma se volta em direção aos dados, reconhecidos como um material bruto que, assim como o

3. Em inglês: *smart*.

petróleo, são extraídos, minerados e refinados, tratados, para daí por diante poderem ser utilizados para os mais diversos fins. Pasquinelli (2011) em sua proposta de sociedade do metadado, baseada e atualizando a concepção de sociedade do controle ou da comunicação de Deleuze (1992), nos auxilia a ilustrar essa questão quando nos aponta que os metadados são a produção de informação sobre informação e é a partir dessa dinâmica que, hoje, se melhora os produtos, serviços e a organização do trabalho pois os metadados: “representam a ‘medida’ da informação, o cálculo da sua dimensão ‘social’ e a sua imediata tradução em valor.” (PASQUINELLI, 2011, p. 22). Nesse sentido, de acordo com Srnicek (2017), é a partir do tratamento de grandes quantidades de dados que novas indústrias estão se consolidando, onde os dados são utilizados: para otimizar processos produtivos, ao servirem como subsídios para a inovação tecnológica ou, ainda, para o melhoramento de algoritmos e máquinas inteligentes⁴, gerando enormes vantagens competitivas; os dados vêm sendo utilizados, também, para vigiar e controlar os trabalhadores precarizados, o trabalho flexível e móvel, que se encontra, distribuído, espalhado, por toda sociedade e espaços; servem, ainda, para gerar informações sobre preferências do mercado consumidor; e, finalmente, para gerar novos produtos e serviços. Dentre essas novas indústrias encontra-se a denominada *sharing economy* que, pode-se argumentar, vem se configurando como um proeminente modo de produção ou, ainda, uma tendência no capitalismo de plataforma⁵. É especificamente sobre esta indústria da nova economia que nos debruçaremos a partir deste ponto, como uma maneira de nos relacionarmos mais profundamente com aspectos específicos desse regime de acumulação.

4. Como máquinas inteligentes nos referimos à sistemas computacionais que percebem, aprendem e agem de forma relativamente autônoma.

5. Quando aludimos a ideia de tendência estamos em conformidade com o método da tendência proposto por Marx. Para acesso Cf. ‘Método da economia política’ no Grundrisse (MARX, 2011) e ‘Excurso I’ no Multidão (HARDT; NEGRI, 2005).

Delineamentos da *sharing economy*

O termo *sharing economy* – economia do compartilhamento – é bastante controverso e serve como um guarda-chuva para uma ampla gama de práticas e teorias denominadas diversas vezes por outros nomes, três termos mais usados são: ‘gig economy’; ‘on-demand economy’ e ‘collaborative economy’. Desconhecemos a existência de um consenso em torno do que seria a *sharing economy*, quais seriam seus principais atores, atividades etc. A título de curiosidade, pode-se citar o fato de que a empresa Uber, que é amplamente vista como o grande “modelo de sucesso” da *sharing economy*, não se identifica com esse termo, e em diversos momentos negou participar desse “movimento”. Ademais, é possível contestar a ideia de que a palavra *sharing* – compartilhar – seria a mais adequada para descrever as práticas, quase sempre comerciais e orientadas a micro-aluguéis, que normalmente estão associadas ao guarda-chuva: *sharing economy*. Nesse sentido, o termo ‘on-demand economy’ poderia ser mais adequado. Entretanto, esclarecemos que optamos por utilizar, mesmo diante de tantas controvérsias, a ideia de *sharing economy*, pois é o termo mais utilizado tanto para descrever as práticas, quanto nas teorias, que estamos nos relacionando e, dessa maneira, tem o maior alcance comunicacional. Optamos também por utilizar o termo em inglês, visto que esse segue sendo o termo mais utilizado, inclusive em conteúdos de língua portuguesa, apesar de haver um relativo consenso em torno da tradução para ‘economia do compartilhamento’, que tem sido cada vez mais utilizada.

A *sharing economy* só começou a ganhar maior densidade a partir, pelo menos, de 2009, entendemos que isso se deu por dois principais motivos. O primeiro motivo é que, exatamente nesse período, comecem a se popularizar os smartphones, o primeiro iPhone da Apple data de 2007 e em 2008 a Google lançou o Android. Soma-se que em 2010 há uma gigantesca ampliação do acesso à computação em nuvem com a expansão do Amazon Web Services (AWS), tecnologia que permite o escalonamento das atividades digitais das plataformas de acordo com

o aumento da demanda, ou seja, sem a necessidade de planejamento anterior e nem montagem de grandes estruturas em termos de servidores. Ao afirmar isso, não pretendemos defender um determinismo tecnológico, muito pelo contrário, o que nos interessa é observar os agenciamentos – sociais, maquínicos – que se constituem a partir desse ponto. Os smartphones, combinados com os servidores na nuvem, possuem uma poderosa capacidade de computação, e acesso à rede, em formato móvel, que conjuntamente com os sensores de geolocalização (GPS), rodando através de Apps, constituíram-se um instrumento indispensável e fértil para a emergência da *sharing economy* e seus novos modelos de produção, trabalho e extração de valor. O segundo motivo é que, também nesse mesmo período, entre 2007 e 2008, emergiu uma das piores crises do capitalismo, primeiro com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos da América, depois com a crise da dívida soberana europeia, e daí por diante assumiu caráter global e sistêmico. Diante desse cenário de retração econômica generalizada, e de políticas de austeridade somadas ao desemprego estrutural, que é nutrida a esperança da *sharing economy* enquanto: a) um meio de baratear o acesso a produtos e serviços, assim como torná-los mais eficientes; b) um meio de acesso a trabalho e renda, num cenário de rápido aceleramento do desemprego; c) um novo produto para o mercado financeiro ou, ainda, para o capital de risco⁶, com enorme potencial de lucratividade.

Apesar de não haver uma definição consensual sobre o universo de atuação da *sharing economy*, esquematicamente, pode-se afirmar que, esta é dividida em torno de, pelo menos, três principais eixos que têm como práticas centrais:

1. Recirculação de bens
2. Troca ou venda de serviços
3. Intensificação da utilização de bens duráveis

6. No inglês: *venture capital*.

O primeiro eixo pode ser identificado a partir de iniciativas como o eBay e Craigslist, que são plataformas dedicadas principalmente à venda de produtos de segunda mão, apesar de ser possível encontrar serviços também. A presença deste eixo no escopo da *sharing economy* é fruto de debates. Por exemplo, enquanto Sundararajan (2016) diz que ele não faria parte da *sharing economy* propriamente dita, pois suas iniciativas, apesar de conterem alguns dos elementos essenciais e pioneiros da *sharing economy*, carecem dos desenvolvimentos mais atuais, sendo somente reconhecidas como precursoras, ancestrais, do que hoje se convencionou chamar de *sharing economy*, Schor (2014), em sua definição, o coloca como fazendo parte. Optamos, assim, acompanhando Schor, colocá-lo aqui, contudo, seguindo Sundararajan acreditamos que hoje a *sharing economy* extrapola bastante essas iniciativas e, portanto, nos centraremos nas práticas e teorias relacionadas com o segundo e terceiro eixo, já que estes constituem o “coração” da *sharing economy* atualmente. O segundo eixo pode ser identificado a partir de iniciativas tais como a TaskRabbit ou a Handy que são dedicadas a conectar um prestador de serviços a alguém que necessite daquele serviço, funcionando como uma espécie de agência de trabalho temporário e precário. O terceiro eixo, relacionado a intensificação da utilização de bens duráveis, tem como plataformas mais famosas o Uber, o Airbnb e o WeWork que propõem que bens, tais como carros e espaços de habitação e trabalho, sejam melhor e mais eficazmente aproveitados, majoritariamente através de “micro-aluguéis”. Ressalva-se que mesmo que na maioria dos casos o terceiro eixo seja atravessado pela prestação de serviços, afinal o carro vem com um motorista, e os espaços de trabalho e habitação são limpos e preparados especificamente para participarem dos circuitos da *sharing economy*, optou-se por separá-lo do segundo eixo devido a sua característica específica de envolver um bem durável.

Neste ponto ressaltamos que apesar de reconhecermos a destacada importância de iniciativas que não buscam a monetização ou mercantilização em suas práticas, e que podem ser identificadas com a ideia de

sharing economy, em função de nossos objetivos não nos concentraremos nelas neste artigo. Gostaríamos de ressaltar também que a *sharing economy* está em franco desenvolvimento, dessa maneira, há uma constante expansão das “fronteiras” de sua abrangência. A despeito disso, encontramos frutífero apresentar o esquema, proposto, da divisão por três principais eixos, assim como algumas poucas e mais famosas iniciativas e “unicórnios”⁷, com o intuito de ilustrar e definir melhor o escopo das práticas e teorias que estamos tratando, mesmo sabendo que certamente esse esquema não abarca toda a variedade de atividades desenvolvidas sob o guarda-chuva *sharing economy*.

A ideia de *sharing economy*, assim como as plataformas que lhe são associadas, vêm rapidamente se espalhando por todo o globo, abrangendo as mais variadas indústrias e atividades comerciais, indo desde a produção de conhecimento e aprendizado, passando pelos seguros, empréstimos, saúde, habitação, transporte e mobilidade, logística, serviços domésticos etc⁸. Os impactos econômicos e sociais, dessas atividades, são enormes, e estes parecem ainda ser somente a ponta do iceberg, visto que a *sharing economy*, como já dito, só começou a ganhar corpo a partir de 2009/2010. A impressão é que Uber, Airbnb etc são para a *sharing economy* o que o AltaVista ou o Yahoo Search foram para a Web, isto é, são apenas “protótipos” do que ainda está por vir.

O devir rentista do compartilhamento em rede

Baseada fortemente sobre a retórica da flexibilização da propriedade e das relações de trabalho, a *sharing economy* vem operando como um poderoso vetor de monetização e mercantilização de práticas antes vistas

7. Nome dado as *startups* de tecnologia, ou plataformas, que tem um valor no mercado financeiro acima de um bilhão de dólares.

8. Para acesso a uma ampla lista de iniciativas, plataformas e categorias da *sharing economy* ou, ainda, da economia colaborativa, Cf.: <http://www.web-strategist.com/blog/2016/03/10/homeycomb-3-0-the-collaborative-economy-market-expansion-sxsw/>.

como “sociais” ou “comunitárias”, isto é, a *sharing economy* vem expandindo o mercado para novas esferas. Na *sharing economy* dar carona, fazer um jantar em casa, emprestar a bicicleta, receber uma visita, instalar uma prateleira para um vizinho etc, se tornam atividades comerciais. Nesse cenário, a esmagadora maioria das iniciativas e plataformas operam como se fossem empresas de logística. Sem grandes infraestruturas físicas, essas plataformas, se propõem a concretizar os lemas, repetidos tais mantras: ‘acesso sobre propriedade’, ‘o que é meu, é seu’ e ‘partilha é a nova propriedade’⁹, ao se centrarem em realizar a conexão, o ‘*match*’, através de seus aplicativos e algoritmos, entre pessoas que buscam um bem ou um serviço, os consumidores, e pessoas que têm bens disponíveis ou que podem prestar determinado serviço, correntemente chamados de provedores¹⁰. Com isso, a *sharing economy* vem reconfigurando a ideia de propriedade particular, ao propor transformar objetos ou bens, mas também serviços, antes amplamente restritos ao universo pessoal ou individual, em recursos passíveis de exploração comercial – ao menos potencialmente. É nesse contexto que a ideia de compartilhamento é mobilizada, onde a flexibilização da propriedade e das relações de trabalho caminham juntas com a ideia de eficiência, ou melhor, de aproveitamento mais inteligente e ecologicamente sustentável, dos bens materiais, mas também do tempo – de vida, de objetos e pessoas.

Apesar da ideia de flexibilização da propriedade em favor do acesso ser bastante cativante, o que aparece na *sharing economy*, de fato, é um sistema altamente baseado nos micro-aluguéis, tanto pelo lado dos provedores, que alugam suas propriedades ou posses e/ou tempo, quanto pelo lado das plataformas que capturam uma porção da renda recebida do aluguel. Pelo lado das pessoas que participam de circuitos da *sharing economy* como provedores, interessante observar que em inúmeros casos estes não são de fato proprietários dos bens que alugam temporariamente. Podemos

9. Em inglês: ‘*access over ownership*’; ‘*what’s is mine is yours*’; ‘*sharing is the new owning*’.

10. Em inglês: *providers*.

observar esta dinâmica de forma privilegiada nos casos do Airbnb e do HomeAway, onde a prática da sublocação é a regra. Este processo provoca efeitos diretos nos mercados imobiliários locais, especialmente em cidades turísticas, onde a prática de aluguel por temporada acaba por se tornar mais rentável do que os alugueis de longo prazo. Isso realiza uma pressão gigantesca sobre os preços dos imóveis, que se tornam demasiadamente caros e inacessíveis aos residentes fixos¹¹. Já pelo lado das plataformas, o discurso de desintermediação, amplamente utilizado para justificar os benefícios da *sharing economy*, se mostra frágil diante do fato que essas plataformas se baseiam fortemente em “tirar um quinhão” das atividades realizadas em suas redes, ou seja, ao passo que derrubam antigos intermediários, elas se tornam um novo tipo de atravessador.

Por esse ângulo, a grande inovação da *sharing economy* é trazer à tona, através do uso intensivo de tecnologias comunicacionais e informacionais, numa escala sem precedentes, o aluguel, fazendo-o transbordar as fronteiras do social, comunitário ou pessoal. Compartilhar, aqui, é sinônimo de arrendar. Vale ressaltar que a maior parte das empresas da *sharing economy* tem como modelo de negócios a captura do valor gerado fora de suas competências, isto é, a vida e trabalho das pessoas implicadas em suas iniciativas, afinal essas empresas não fornecem nem os meios, bens, capitais, necessários para participar dessa economia – carro, apartamento, bicicleta, furadeira, celular, computador etc – e nem mesmo se responsabilizam por fornecer os saberes, expertises ou, ainda mesmo, treinamentos, necessários para realizar os serviços. O que essas empresas detêm, em realidade, são marcas, patentes, copyrights e, principalmente, o controle sobre fluxos de dados informacionais. O que elas detêm é o controle sobre o acesso às suas

11. O caso de Barcelona é emblemático e acabou por se tornar uma guerra judicial entre o governo municipal e plataformas da *sharing economy* voltadas para o aluguel de habitação. Fonte: http://www.elconfidencial.com/tecnologia/2016-12-12/airbnb-generalitat-economia-colaborativa_1301300/.

plataformas, às suas redes, isto é, quem estará incluído ou excluído de seus domínios – e por qual preço.

Nesse ponto, gostaríamos de fazer algumas observações sobre a relação entre a *sharing economy* e o chamado ‘efeito de rede’. Como dito anteriormente, a *sharing economy*, após a crise da economia global superavitosa, emergiu rodeada pela esperança de ser um novo produto para o mercado financeiro com enorme potencial de lucratividade. O que vemos testemunhando, desde então, é uma espécie de “nova corrida do ouro” onde o objetivo dos investidores de risco, ao apostar nas *startups* do Vale do Silício¹², é obter rendimentos estratosféricos das iniciativas com potencial de produzir ou, melhor dizendo, extrair, minerar, expropriar o famoso e cobiçado efeito de rede. Na prática, os unicórnios da *sharing economy* são exatamente aquelas plataformas que prometem, e realizam, o efeito de rede, afinal estas: “funcionam melhor e melhor através de redes maiores e maiores, pois efeitos de rede são uma das características definidoras das plataformas” (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2017, e-book, p.179).

Em poucas palavras, a ideia de efeito de rede remonta a introdução da tecnologia de telefonia nos E.U.A, e descrevia a ideia de que quanto mais usuários e linhas telefônicas houvessem, mais útil e valiosa seria cada linha individualmente. A questão é que mesmo que um usuário não tenha interesse, direto, em criar valor para os outros usuários, ao ingressar na rede, isso acaba por acontecer de qualquer maneira. Nesse sentido, o efeito de rede, por vezes, é descrito, na economia, como externalidade positiva. Yann-Moulier Boutang nos auxilia a esclarecer o raciocínio das externalidades:

Quando uma operação econômica, entre dois agentes A e B, tem efeitos sobre um terceiro agente C sem que haja uma transação monetária ou

12. O Vale do Silício, pode-se dizer, assim como Hollywood, não se trata somente de um espaço físico, pelo contrário, trata-se principalmente de um conjunto de ideias, crenças e práticas que são desenvolvidas em escala global.

acordo de troca entre A e C, ou entre B e C, então se diz que se criou uma externalidade. Se a externalidade criada prejudica C, ou seja, se diminui seu bem-estar atual, ou o impede de desfrutar de um bem, um serviço potencial, então se diz que é uma externalidade negativa ou uma deseconomia externa. Se, devido à transação entre A e B, o agente C vê seu bem-estar, sua riqueza, suas possibilidades de ação, de conhecimento, de melhorar seu ambiente, então se diz que há criação de uma externalidade positiva. (MOULLIER-BOUTANG, 2000, site, tradução nossa).

A ideia de externalidades permite que observemos as relações econômicas e sociais por uma espécie de lente grande-angular, ao focar de maneira ampla os benefícios, mas também os custos, decorrentes da interação e colaboração, difusa, “oculta”, em sistemas complexos ou, no nosso caso, em redes digitais.

Um dos pontos neurálgicos quando se trata do efeito de rede nas plataformas é a extração e manipulação dos dados informacionais digitais ou, em outras palavras, a mineração de dados. Paul Sonderegger, um dos estrategistas de *big-data* da Oracle, empresa que domina o mercado de bancos de dados corporativos, argumenta que os: “dados serão a derradeira externalidade: nós iremos gerar eles em tudo que fazemos”¹³. O ponto é que as plataformas já acumulam gigantescos volumes de dados sobre virtualmente tudo o que se manifesta em suas redes, já que os custos de armazenamento são muito baixos se considerado os retornos potenciais. Um dos usos destes dados acumulados é exatamente a alimentação do efeito de rede. Por exemplo, os dados sobre as escolhas e atividades das pessoas que já estão inseridas numa determinada rede são explorados com o intuito de atrair novos usuários, os ingressantes geram mais e novos dados que são combinados com os anteriores e novamente processados para atrair mais novos usuários, e

13. Tradução nossa, fonte: <https://www.economist.com/briefing/2017/05/06/data-is-giving-rise-to-a-new-economy>.

assim por diante. Soma-se a isso que uma pessoa ao escolher em qual plataforma, rede, ingressar tenderá normalmente a ingressar naquela que já lhe oferece o maior número de conexões, acessos, nós, possíveis. Este processo, resultante da exploração das externalidades e dados, é denominado nas escolas de negócios da nova economia como ‘*winner takes all*’, em português, o ‘vencedor leva tudo’. A questão por trás é simples: a produção de retornos crescentes tende ao monopólio pois quanto maiores as redes são, maiores ainda elas tendem a ser.¹⁴ A mineração dos dados, como pode-se observar, não se restringe de forma alguma ao processo de acumulação, de fato o valor é extraído quando os dados são “refinados”. Destaca-se, como atividade de refino, a produção de máquinas inteligentes com o aprimoramento de algoritmos por meio de *machine-learning* – aprendizado das máquinas sem serem explicitamente programadas – e o desenvolvimento de inteligências artificiais, duas tecnologias que necessitam de volumes incontáveis de diversificados dados para serem desenvolvidas e que são utilizadas, entre outros fins, na própria atividade de mineração e refinamento de dados. Acrescenta-se ainda que, de forma geral, os dados não têm muito valor quando são apreendidos de forma individualizada. Os dados, especialmente para as plataformas, são valiosos quando combinados em grandes volumes. Por exemplo, para treinar uma máquina inteligente, a partir de *machine-learning*, é necessário de 10.000 à 100.000 vezes mais dados que um trabalhador humano sozinho gera durante todo o curso de sua vida profissional (HOFHEINZ, 2018). A mineração de dados vem emergindo, assim, no século XXI como um dos principais vetores de desenvolvimento e acumulação de capital da nova economia digitalizada, assim como a extração avassaladora de elementos naturais da

14. Faz-se necessário realizar uma ressalva sobre este ponto. O efeito de rede não é algo ilimitado: novas tecnologias, interesses, desejos, modos de produção, em suma, relações sociais, podem surgir para desafiar as preexistentes. Diante desse cenário, uma das maneiras que as plataformas encontram para tentar manter seus monopólios, e/ou ter vantagens comparativas, é comprar possíveis competidores, outras plataformas que têm potencial de efeito de rede – prática bastante usual no universo da economia digital.

terra, ou seja, exteriores à produção, tal como o petróleo, foi para o capitalismo industrialista durante o século XX.

O fato das externalidades serem essenciais para o funcionamento e crescimento das plataformas, faz vir à tona que o valor e utilidade que decorrem desse funcionamento é gerado em comum, isto é, não é produto da atividade, do trabalho, individualizado ou, mesmo, de determinados grupos, corporações ou relações. Resumidamente, entende-se aqui o comum¹⁵ como um movimento espiralado das forças materiais e imateriais, natureza e cultura, onde a cooperação vigora pela partilha. Nesta acepção o comum não se resume a ‘natureza dos bens’, perspectiva economicista, tampouco aos regimes de propriedade, perspectiva jurídica, nem seria uma terceira via diante do privado e do público. O comum é aquilo que é produzido constantemente pelas coletividades ao mesmo tempo que constitui as coletividades, isto é, a produção sem causalidade externa pois no comum a causa é imediatamente ato. Saliar o caráter comum das redes nos permite constatar que o objetivo de atingir o efeito de rede, na *sharing economy*, é, em realidade, uma tentativa de captura do comum. E mais do que isso, a questão é que se trata de tentativa de tornar o comum no negócio. Afinal, as plataformas da *sharing economy* ingressam, de fato, no ciclo do valor depois que a cooperação social já possibilitou a valorização de seus domínios, de suas redes. O caso da Uber ajuda a exemplificar; seu valor no mercado não se baseia, pelo menos não principalmente, em oferecer corridas de táxi baratas. Se atualmente seu valor está estimado em 70 bilhões de dólares, sendo que em 2012 estava na casa de 350 milhões¹⁶, é porque, em boa parte, detêm hoje o maior armazenamento de dados sobre

15. O conceito de comum concentra um enorme debate com posições e perspectivas muito diversificadas e inclusive por vezes antagônicas. Não é um objeto desse artigo sistematizar esse debate, até por conta do que isso implicaria em termos de empreitada. Para acesso à algumas das principais perspectivas contemporâneas Cf. Dardot; Laval, 2017; Bollier; Helfrich, 2012; Hardt; Negri, 2011; Hess; Ostrom, 2007.

16. Fonte: <https://www.marketwatch.com/investing/stock/uber>.

motoristas e passageiros de transporte pessoal. Além disso, suas atividades se fundamentam sobre as tecnologias de geolocalização móveis e estas também são um bom exemplo do que viemos tratando, afinal, o que gera valor e utilidade não é, principalmente, o melhor software de posicionamento geoespacial ou de mapas, mas, sim, a capacidade de selecionar o melhor trajeto, apreender o posicionamento mas também prever o comportamento de cada ator da rede. Isso só é possível quando há um gigantesco número de escolhas já feitas, de trajetos traçados e, em última instância, de dados digitais passíveis de serem acessados e então minerados, processados, analisados, selecionados, para no final serem explorados no sentido de realizar previsões, inovações e até mesmo persuasão, isto é, modulação de comportamentos. Pode-se argumentar que o compartilhamento aqui não tem nada de idílico ou altruísta se configurando, em realidade, em acumulação de capital através do extrativismo de dados de sensores GPS que os smartphones geram, ou seja, de boa parte da vida de todos que têm internet móvel, visto que os smartphones hoje são praticamente próteses: aonde vão os corpos, vão também os celulares.

É certo que o ato de se apropriar de informações externas à empresa e sua produção não é algo inventado e nem restrito às plataformas da *sharing economy*, afinal como coloca VIRNO (2003, p.34):

Desde sempre, um recurso da empresa capitalista, foi o denominado “roubo da informação operária”. Vale dizer: quando os trabalhadores buscavam o modo de cumprir o trabalho com menos fadiga, fazendo uma pausa, etc., a hierarquia empresarial explorava esta mínima conquista, inclusive cognitiva, para modificar a organização do trabalho

Da mesma forma, Pasquinelli (2011) – retomando as análises de Marx no Fragmento sobre as Máquinas no Grundrisse (2011) e Tronti em Operários e Capital (2006) – afirma que no próprio surgimento da industrialização e proletarização, já se inicia um processo de captura

por parte das empresas capitalistas da potência dos trabalhadores que não se limitava a exploração da força mecânica dos corpos para a produção de mais valia. Isto é, o capitalismo sempre esteve atento e buscou formas de explorar as capacidades cognitivas e afetivas dos trabalhadores. É bem verdade que até os anos 70, marcados pela ascensão das políticas neoliberais, essa atenção do capital, a informações geradas em comum, não era seu foco principal sendo a maior base de exploração decorrente das relações disciplinares expressas na relação salarial (valor-trabalho) e na subordinação ao trabalho – quase sempre orientado aos processos industriais. Pode-se ir além inclusive marcando que outras formas de compartilhamento em rede ou de produção colaborativa, que emergiram anteriormente a *sharing economy*, como a produção de softwares livres e as redes sociais, já se baseavam sobre o efeito de rede. Entretanto, a *sharing economy* radicaliza esse movimento e lhe dá novos contornos ao torná-lo a exata morada de sua capitalização. Inclusive aprofundando a captura do comum ao mobilizar algoritmos baseados em *big-data* e *machine-learning*, com a vida e bens daqueles que participam dessas redes, para cruzar e borrar as fronteiras entre o imaterial e o material. Plataformas que aproveitam-se de suas posições colocam os fluxos de informação e comunicação em rede em domínios murados sob o controle rentista, o que, inclusive, alude a modos produtivos com base na servidão¹⁷. Com efeito, a *sharing economy* se lança sobre as relações interpessoais, sobre a colaboração difusa, ou seja, aquele tipo de atividade que é incomensurável e que se dá no entrecruzamento da produção/criação com a vida. Gerar renda através de aparelhos de captura do comum, e de seu valor, são a promessa, e o que se tenta criar, para e com o mercado financeiro, ou o capital de risco. Pode-se afirmar que não se trata, assim, como se busca propagandear, de um movimento que tem prioritariamente como objetivo ser disruptivo em termos

17. Para acesso a uma bela e extensa análise sobre servidão, e a relação débito-crédito, no capitalismo contemporâneo, Cf. Signos, Máquinas, Subjetividades (LAZZARATO, 2014).

de desenvolvimento tecnológico e/ou capacidade produtiva para colaborar no fortalecimento de comunidades solidárias ou dos ecossistemas. Constatase que a *sharing economy*, troca os sinais, caminha sobre a ambiguidade, ao levar a cabo um devir rentista do lucro, mas também um devir rentista do compartilhamento em rede.

Na história do pensamento econômico um critério fundamental para distinguir lucro de rentismo é a questão da produtividade e sua coordenação. O lucro seria obtido a partir dos retornos obtidos em se coordenar a produção e se destinaria, obviamente em parte, ao reinvestimento com o objetivo de manter e aprimorar a gestão do trabalho, bem como alavancar a inovação e a capacidade produtiva. Já o rentismo assumiria uma posição de exterioridade em relação à produção não contribuindo assim para a sua organização e desenvolvimento, ou seja, o rentismo não seria produtivo. Seguindo essa linha de pensamento, seria possível chegar a conclusão de que o rentismo seria uma espécie de herança pré-capitalista que bloquearia o desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo. Entretanto, como ressalta Vercellone (2011), hoje assistimos, ao mesmo tempo, uma multiplicação das formas de rentismo que funcionam como motor das dinâmicas de valorização e acumulação contemporâneas do capital, bem como de controle do trabalho, provocando uma indistinção da fronteira entre renda e lucro. Em suma, há uma tendência geral do capital de transformar o lucro em um dispositivo rentista. Ainda segundo Vercellone (*idem*, p. 119), as formas do rentismo são sempre emaranhadas “à privatização das condições sociais de produção e à transformação do comum em mercadoria [...]”, sendo assim desde os grandes cercamentos – *enclosures* – de terras no século XV, XVI e XVII, essenciais para os processos de acumulação primitiva, até os cercamentos contemporâneos baseados nos saberes e na vida. Acrescenta-se ainda que “a existência do rentismo está baseada na forma de propriedade e de posições de poder de tipo monopolista que permitem criar escassez” (*Idem*, p. 121) e que o rentismo não necessita de uma posição demiúrgica sobre a produção

e a cooperação social para controlar o trabalho e extrair capital. Essas formulações nos auxiliam em ressaltar dois mecanismos de extração de mais-valia, explicitadas neste artigo, relacionadas especificamente com a *sharing economy* onde há um esvaziamento da distinção entre renda e lucro ou, em outros termos, um devir rentista do compartilhamento em rede. Por um lado, a criação de uma escassez artificial através da expropriação e cercamento dos dados e fluxos informacionais, frutos do comum, isto é, não se restringem de forma alguma ao circuito gerencialista do trabalho realizado nas/pelas plataformas. Por outro lado, a expropriação de bens, expertises e atividades, totalmente extrínsecos as plataformas, por meio do seu posicionamento enquanto monopólios, assim como da generalização da precarização e micro-aluguéis.

Salvamento e selvageria

Diante do conjunto de elementos e questões que percorremos até o momento, gostaríamos de citar, para ilustrar o modo de funcionamento do capitalismo de plataforma, o caso, que nos chamou particular atenção, da Homejoy, plataforma na nova economia que tinha como ramo de atuação a limpeza doméstica. A Homejoy foi uma das plataformas pioneiras e mais bem sucedidas de limpeza doméstica dentro do guarda-chuva da *sharing economy*. Essa plataforma, agora falida, foi o centro de uma grande controvérsia nos EUA em 2014, depois que foram publicadas informações sobre *homeless*¹⁸, em sua maioria negros e latinos, serem provedores na Homejoy. Entre as diversas matérias jornalísticas escritas na época a de Kevin Roose, para

18. Existe uma dificuldade na tradução de *homeless*, dada as enormes discrepâncias das condições sociais e econômicas entre EUA e Brasil. Uma tradução literal para *homeless* seria desabrigado, sem casa, contudo pode-se afirmar que o significado de *homeless* extrapola essa possível tradução. Além disso, a ideia de desabrigado no Brasil não é muito utilizada. *Homeless*, assim, poderia ser traduzido para mendigo ou morador de rua, mas esse também não parece ser o caso. Diante desta dificuldade optamos em utilizar neste artigo a palavra em inglês.

o New York Magazine, se destaca por ser baseada em um relato pessoal, como se vê:

Enquanto o faxineiro arrumava seus utensílios, batemos um papo, e eu perguntei onde ele morava. Ele respondeu: “Bom, atualmente, estou ficando em um abrigo para moradores em situação de rua em Oakland.”. Fiz uma pausa, sem saber se o ouvi direito. Um abrigo? Era meu faxineiro - aquela que contratei por meio de uma empresa que arrecadou US \$ 40 milhões em fundos de capital de risco de empresas respeitadas como o Google Ventures, aquela que estava prestes a realizar trabalhos manuais árduos em minha casa usando produtos químicos potencialmente tóxicos. Um sem-teto? Sim, ele era. E enquanto eu contava essa história para amigos da Bay Area, ouvi algo ainda mais surpreendente: vários dos faxineiros da Homejoy também eram moradores de rua.¹⁹

O relato fala por si, nele vemos a íntima relação entre a violência da precarização extrema e o funcionamento das plataformas. Entretanto, uma matéria publicada no Washington Post, sobre o mesmo tema e na mesma época, evidencia essa relação, mas também um outro aspecto dos circuitos da nova economia. Destacamos o trecho da matéria onde Walker, um provedor na Homejoy, que havia estado em um abrigo com sua filha pequena após ter sido demitido, fala sobre as possibilidades, mas também dificuldades, de trabalho pela plataforma:

Trata-se sempre de ‘Se’. Se eu conseguir duas faxinas por dia, são \$ 2.000 por mês”, diz Walker, 35 anos. Isso é muito melhor do que nada, que é o que ele ganhou desde que foi demitido de seu emprego em uma empresa de mudanças no ano passado. Depois disso ele e Cheyenne [sua filha] acabaram passando um tempo em um abrigo para moradores em situação de

19. Fonte: <http://nymag.com/daily/intelligencer/2014/09/silicon-valleys-contract-worker-problem.html>. Tradução nossa.

rua. Mas é imprevisível ter um dia inteiro de trabalho; hoje sua faxina da tarde foi cancelada. Segundo ele: “Esta é a pior semana que tive.”²⁰

Já a resposta da Diretora Executiva (CEO) do Homejoy tenta enfatizar os aspectos positivos que haveriam em se trabalhar a partir da plataforma. Em especial, Cheung aponta que a média dos rendimentos dos provedores na Bay Area²¹ era bem acima da média do salário mínimo local, que girava em torno de US\$ 10 por hora na época. Como se verifica:

Nossos parceiros são livres para criar sua própria disponibilidade e abrangência de trabalho”, diz a CEO Adora Cheung em uma entrevista por e-mail.” Essa flexibilidade é um dos principais atrativos da plataforma.” (Quanto aos faxineiros sem-teto, a Homejoy diz que seus provedores na Bay Area ganham, em média, entre US \$ 17 e US \$ 20 por hora, bem acima do salário mínimo.²²

A partir dessa controvérsia²³ pode-se observar como o capitalismo de plataforma opera diretamente sobre a relação entre inclusão e exclusão. Essa relação se explicita, por um lado, na miséria resultante da precarização e fragmentação experimentada pelo trabalhador pois se trabalha por conta própria e sem emprego e, portanto, sem direitos – no caso da Homejoy inclusive sem casa. Soma-se ainda a discriminação racial que aparenta ser endêmica ao funcionamento das plataformas da *sharing*

20. Fonte: https://www.washingtonpost.com/news/storyline/wp/2014/09/10/at-the-uber-for-home-cleaning-workers-pay-a-price-for-convenience/?utm_term=.2e9de4dfc6f0. Tradução nossa.

21. Região que abrange a malha urbana de São Francisco e entornos.

22. Fonte: <http://nymag.com/daily/intelligencer/2014/09/silicon-valleys-contract-worker-problem.html>. Tradução nossa.

23. Utiliza-se controvérsia aqui no sentido empregado por Venturini (2010), baseado na sociologia da mobilidade de Latour (2012), como uma maneira de acessar os embates sociais em seu ‘estado magmático’.

economy. Após sete anos de pesquisa sobre a *sharing economy*, realizada entre 2011 e 2018, utilizando uma grande variedade de métodos, tanto qualitativos, quanto quantitativos, Schor (2018) confirma que o impacto das plataformas e dos algoritmos na condução da economia, até o momento, aponta para a competição extrema entre os trabalhadores das plataformas e o aumento das desigualdades econômicas, o que acaba por privilegiar os já privilegiados. Quando abordada a questão do racismo, nesta mesma pesquisa, se concluiu que:

A economia da plataforma está promovendo o racismo por meio da estrutura de trocas P2P. Isso está ocorrendo em ambos os lados dessas plataformas – os clientes estão discriminando os provedores e provedores estão discriminando os clientes. Em nossa pesquisa descobrimos que em áreas com altas proporções de residentes não brancos os preços são mais baixos, os rendimentos são menores e as avaliações são piores. (Idem, p. 168, tradução nossa).

Por outro lado, a relação entre inclusão e exclusão também é explicitada no fato de que, diante do cenário atual marcado por sucessivas crises e recessões econômicas e que tem como promessa o aprofundamento do desemprego estrutural e do desmantelamento de políticas sociais, o trabalho através das plataformas se mostra como uma opção de geração de renda – por vezes até desejada e perseguida pelos trabalhadores. A questão é que esses dois lados não são uma oposição, pelo contrário, estão mais para duas faces da mesma moeda.

A proposta conceitual realizada por Sandro Mezzadra (2011), com base no capítulo XXIV do livro I do *O Capital de Marx* (2013), nos traz aportes para chavear melhor esta questão. Ao expor a atualidade do tema e conceito de acumulação primitiva, Mezzadra, desloca a ideia de que este serviria somente para analisar o momento histórico da aurora capitalista, para apresentá-lo como uma importante chave para analisar

os modos de funcionamento do capitalismo, inclusive no presente. Segundo o autor a acumulação primitiva se conformaria como:

uma fronteira que se coloca, ao mesmo tempo, como selvagem [savage], na medida em que sua primeira lei é a violência, e como fronteira de salvamento [salvage], na medida em que a destruição das condições sociais “tradicionais” acaba por apresentar o capitalismo (as especificidades capitalistas) como o único agente possível de desenvolvimento das características de emergência. (MEZZADRA Apud MENDES, 2012, p.95).

Neste sentido, o capitalismo, em um mesmo e único movimento, a partir da violência, produz a miséria, constrói os muros e amarras, destrói as condições para a vida em comum, as condições sociais “tradicionais” ou aquilo que é externo ao capital; para se mostrar como uma necessidade, como a liberdade, a estrada a ser percorrida, com efeito, o único horizonte possível. É nesse sentido que o capitalismo, incluindo as plataformas na nova economia, se apresenta enquanto simultaneamente “salvamento” e selvageria.

Essa dupla dimensão se apresenta no funcionamento das plataformas da nova economia não como uma especulação teórica, mas, sim, como um dilema concreto e prático. Afinal, um dos elementos fundamentais da acumulação primitiva é a constante transformação, através de violências materiais e subjetivas, das bases socioeconômicas com vista à sempre gerar altos graus de dependência dos circuitos de geração de renda do próprio capital. Isto é, há uma constante renovação e amplificação das formas de exploração e cercamentos ou, como formula Luxemburgo (2003), um processo que é uma espiral em *loop* em expansão sem fim, com o intuito de colocar os trabalhadores diante da miséria em potencial – que no limite significa fome e morte. Miséria que o próprio capitalismo produz e necessita para alavancar a constante tentativa de colocar os trabalhadores na posição onde a escolha em aceitar a sujeição e os mecanismos de acumulação de capital seja ‘óbvia

demais para ser questionada' ou, ainda, numa posição de 'servidão voluntária'. Uma das manifestações mais explícitas dessa questão, hoje, se concretiza, como vimos, na fragmentação e precarização generalizada que alimenta a competitividade extrema entre os trabalhadores das plataformas, já que conseguir trabalhar pelas plataformas, mesmo sem direitos e até sem acesso a uma renda digna, se apresenta como uma espécie de salvação. Pode-se argumentar também que outra forma de manifestação da acumulação primitiva hoje é a assimetria radical de poder, bem como a escassez, que emerge da mineração de dados, das máquinas inteligentes e, mais em geral, do devir rentista do compartilhamento em rede, ao concentrar a riqueza gerada em comum nas redes, ou seja, aquilo que excede, que é externo às plataformas, nas mãos de seus proprietários e no capital de risco.

Conclusão

No artigo a observação das práticas e discursos da nova economia, especificamente da *sharing economy*, no contexto do capitalismo de plataforma, nos demonstra algumas das facetas dos conflitos do capitalismo contemporâneo. Realizamos uma breve conceituação do capitalismo de plataforma, o que permitiu contextualizar a análise de práticas e teorias ancoradas no guarda-chuva intitulado *sharing economy*. Ressaltamos a centralidade do efeito de rede, externalidades, da mineração de dados e das máquinas inteligentes na *sharing economy*, bem como esta se lança sobre o intercruzamento da produção com a vida operando uma captura do comum e levando a cabo um devir rentista do compartilhamento em rede. Logo após é realizada uma reflexão com base no conceito de acumulação primitiva que nos permitiu problematizar o capitalismo de plataforma, especificamente a *sharing economy*, por sua materialização ao mesmo tempo enquanto selvageria e salvação. Isto se dá já que, se por um lado, as plataformas geram miséria e escassez. Por outro, o

trabalho através das plataformas se torna uma, talvez a única, opção viável para a sobrevivência e que, por vezes, é até desejada.

Por fim, resta esclarecer que afirmar a dimensão de selvageria e salvamento do capitalismo de plataforma, não significa afirmar também compulsoriamente que tudo que se desenvolve em seu seio é constrangimento, miséria e destruição. Não se pretende aqui: “derrubar a casa tentando se livrar do rato”. Afinal, se estamos diante de um processo extremamente dinâmico quando se trata das plataformas, isso significa que os conflitos e lutas também se encontram em enérgico movimento. Soma-se, ainda, que como vimos ao longo deste artigo, o motor e combustível das plataformas, baseadas no compartilhamento em rede, se encontra no comum. Assim, estas ensejam, para além do horizonte proposto pelo capitalismo de plataforma, a possibilidade de uma posição política do comum ou, ainda, da reinternalização pelas coletividades da objetividade de que o valor e a utilidade das plataformas é gerado lá onde meios e fins não se separam e, portanto, por lá devem ficar. Tema de destacado interesse e que pode ser objeto de estudos posteriores.

Referências Bibliográficas

BOLLIER, D; HELFRICH, S. (Org.). **The Wealth of the Commons: a world beyond market and state.** Levellers Press, 2012.

BRATTON, B. **The Stack on Software and Sovereignty.** Massachusetts: The MIT Press, 2015.

BRYNJOLFSSON, E; MCAFEE, A. **Machine, Platform, Crowd: harnessing our digital future.** New York: W.W. Norton & Company, 2017.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, G. **Conversações (1972-1990).** São Paulo: Ed. 3, 1992.

HARDT, M; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

- _____. **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- HESS, C; OSTROM, E. (Org.). **Understanding Knowledge as a Commons**: from theory to practice. Cambridge: MIT Press, 2007.
- HOFHEINZ, P. Value Creation In The Data-Driven Economy. *In*: NEUFEIND, M; O'REILLY, J; RANFT, F. (Org.) **Work in the digital age**: challenges of the fourth industrial revolution Identifying the challenges for work in the digital age. Rowman & Littlefield Internationa, 2018.
- LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LAZZARATO, M. **Signos, Máquinas, Subjetividades**. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- LAZZARATO, M; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- LUXEMBURGO, R. **The Accumulation of Capital**. Routledge, 2003.
- MARAZZI, C. A violência do capitalismo financeiro. *In*: FUMAGALLI, A; MEZZADRA, S (Org.). **A crise da economia global**: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. 31ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. **Grundrisse - manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MENDES, Alexandre. Para Além da “Tragédia do Comum”: conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. 2012. Tese de Doutorado em Direito. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MEZZADRA, S. Attualità della preistoria. Per una rilettura del capitolo 24 del primo libro del Capitale, «La cosiddetta accumulazione originaria». 2011. Disponível em: <http://www.uninomade.org/per-una-rilettura-del-capitolo-24-del-capitale/> Acesso em: 15 dez. 2017.
- MOULLIER-BOUTANG, Y. Las externalidades. 2000. Disponível em: <http://www.sindominio.net/arkitzean/multitudes/multitudes2/boutang1.htm> Acesso em: 10 dez. 2017.
- _____. **Le Capitalisme cognitif**. Paris: Editions Amsterdam, 2008.
- NEGRI, A. **Cinco Lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

PASQUINELLI, M. Machinic Capitalism and Network Surplus Value: towards a political economy of the turing machine. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/nljAVo> Acesso em: 10 dez. 2017.

RAUNING, G. **Dividuum**: Machinic Capitalism and Molecular Revolution. Massachusetts: The MIT Press, 2016.

SCHOR, J. Debating the Sharing Economy. 2014. Disponível em: <http://www.great-transition.org/publication/debating-the-sharing-economy> Acesso em: 10 fev. 2018.

_____ The Platform Economy: Consequences For Labour, Inequality And The Environment. In NEUFEIND, M; O'REILLY, J; RANFT, F. (Org.) **Work in the digital age**: challenges of the fourth industrial revolution Identifying the challenges for work in the digital age. Rowman & Littlefield International, 2018.

SRNICEK, N. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.

SUNDARARAJAN, A. **The Sharing Economy**: the end of employment and the rise of crowd-based capitalism. Massachusetts: The MIT Press, 2016.

TRONTI, M. **Operai e capitale**. Roma: DeriveApprodi, 2006.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*, 19(3), 258–273. 2010.

VERCELLONE, C. A crise da lei do valor e o tornar-se rentista do lucro: apontamentos sobre a crise sistêmica do capital cognitivo. In FUMAGALLI, A; MEZZADRA, S. (Org.). **A crise da economia global**: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIRNO, P. **Gramática da multidão**: para uma análise das formas de vida contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2003.



4

ANTAGONISMOS BIOPOLÍTICOS NAS FRATURAS DO DESENVOLVIMENTO

Renan Nery Porto

A biopolítica neodesenvolvimentista no Brasil

Em linhas muito gerais, podemos dizer que o capitalismo é uma forma de produzir e de organizar a produção, extrair riquezas e gerar valor. A forma como isto se deu não foi a mesma nos diferentes lugares em que o capitalismo se instalou. Afinal, há uma divisão internacional do trabalho e ainda mais depois da globalização percebemos como a produção se distribui por todo o globo terrestre numa grande rede. Por exemplo, o telefone celular que usamos tem sua tecnologia pensada num país, sua montagem feita em outro país e as peças usadas para montá-lo podem ser pensadas e produzidas ainda em outros países. Considerando esta distribuição da produção em escala global e pensando não só a partir da realidade brasileira, mas também latino-americana, existem duas palavras-chaves para caracterizar o funcionamento do capitalismo na América Latina. Essas duas palavras são desenvolvimentismo e extrativismo e são vizinhas se tratando deste debate. As economias dos países latino-americanos são baseadas, principalmente, na extração e exportação de commodities e isso é base para os modelos de desenvolvimento destes países.

A história do desenvolvimento econômico do Brasil passa por diferentes debates desde a década de 40. A primeira fase entre os anos 40 e 50 passa principalmente por uma ideia de desenvolvimento nacional

pensado a partir da consolidação do estado nacional e sua soberania. É o nacional-desenvolvimentismo, que teve como um de suas cabeças-chaves o economista brasileiro Celso Furtado. E este foi um período de intensificação da industrialização do país. Esse debate vai evoluindo passando, por exemplo, pelas teorias da dependência que foram geradas principalmente entre os anos 60 e 70, tendo como referência o trabalho de intelectuais vinculados à Comissão Econômica para a América do Sul e Caribe – CEPAL, como, por exemplo, o argentino Raúl Prebisch. Houve aí uma preocupação principalmente com a consolidação de um processo de desenvolvimento autônomo e independente dos países da América do Sul. E mais umas duas décadas depois, principalmente depois do fim da Guerra Fria, da queda do Muro de Berlim, do fim do socialismo real, e com o fenômeno cada vez mais intensificado da globalização, da expansão de uma rede de mercado mundial e de produção que cada vez mais englobava toda a Terra, da chegada ao poder de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher na Inglaterra, começa a se espalhar mais o debate sobre o neoliberalismo e nos países do Sul, o neodesenvolvimentismo, que é o modelo de política econômica que quero focar mais nesse debate.

No neodesenvolvimentismo me parece que a grande preocupação é menos a consolidação de um Estado nacional independente e mais a inserção do país no mercado global, a construção de boas relações com parceiros, a manutenção de uma boa imagem do país diante dos interesses de investimento estrangeiro, as posições que o país ocupa em organizações e acordos internacionais etc. Portanto, para que esse processo de inserção na rede mundial aconteça, existe uma preocupação com a forma como o país se apresenta e é capaz de atrair os interesses estrangeiros. No Brasil sempre existiu esse sonho do país ser uma grande potência entre as nações mais ricas do mundo, de querer se inserir nesse quadro, enfim, se é que isso não é o sonho de todo país. Daí, vemos, principalmente, nas duas últimas décadas, um conjunto de políticas orientadas por uma política econômica baseada na intensificação

do crescimento e na expansão econômica desenfreada. Surgem, então, projetos que, inclusive, foram velhos projetos do período da ditadura, tal como o avanço industrial Amazônia adentro com a construção de estradas e hidroelétricas. Assim, investe-se nas grandes indústrias e em grandes hidroelétricas para essas indústrias; há um apoio cada vez mais forte do governo ao agronegócio e às mineradoras para manter ativa e intensa o processo de extração de commodities e devastação dos territórios, das florestas e das comunidades que dependem desses ecossistemas para continuarem vivendo; e nos anos mais recentes, a construção de obras superfaturadas para a realização de grandes eventos mundiais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. É uma política toda pensada a partir dos grandes personagens nacionais, os “campeões nacionais”.

O neodesenvolvimentismo realiza tudo isso com uma promessa de recompensa nacional vindoura. E tudo isso tem como estratégia de articulação política e discursiva o populismo. O neodesenvolvimentismo com sua retórica populista convoca o povo a se integrar às cadeias de produção e consumo – sendo o consumo hoje uma das principais formas de se integrar às comunidades capitalistas – e é um sistema que se sustenta em toda uma lógica moral e ética orientada pelo trabalho como princípio que organiza a vida. Pois além de transformar o espaço, as políticas econômicas também transformam os modos de vida das sociedades. Além de produzir infraestruturas e commodities, produzem-se também subjetividades, modos de viver, se relacionar, desejar, sonhar, se indignar etc. E os marxistas sabem que trabalho aqui é trabalho assalariado submetido ao capital. A forma política para tensionar essa dialética entre capital e trabalho será o sindicato, e com ele encontramos vários outros problemas como as relações promíscuas entre líderes e patronato. E se o povo trabalhador se revoltar por seus próprios meios, terá a sua lei antiterrorismo encomendada pelo próprio partido dos trabalhadores.

Um grande dilema do desenvolvimentismo em toda sua história é que nunca conseguiu integrar e organizar as comunidades faveladas, ribeirinhas, sertanejas e indígenas e sempre produziu muita violência

contra esses povos. Vemos em todos esses grandes projetos nacionais uma preferência pelos grandes personagens nacionais e todo um modo de governar pensado a partir do Estado e da perpetuação de suas oligarquias no poder. O slogan da nação muda de “Brasil, um país de todos” no governo Lula para “País rico é país sem pobreza” no governo Dilma, porém, parece que o caminho escolhido é o de eliminação dos pobres. Pois para essa grande ideia de nação se realizar, o Estado tem que atropelar um conjunto de povos que não couberam nesse projeto. Então, para construir a Usina de Belo Monte foi necessário remover milhares de famílias de comunidades ribeirinhas. Para construir estádios e outras obras para grandes eventos mundiais, foi necessário remover comunidades de favelas. Por que construir teleféricos em favelas, quando nunca se cuidou nem do saneamento básico daquele mesmo lugar? Sem contar outros problemas, como o caso de 8 trabalhadores que morreram em obras da Copa do Mundo, entre os meses de março e abril de 2014, e outros 11 que morreram em obras das Olimpíadas em 2016. Podemos lembrar aqui também de um acordo do governo Brasileiro com a Bolívia em 2008 para a construção da estrada que atravessa o parque Tipnis, que é o Território Indígena, e Parque Nacional Isiboro-Secure, passando por cima das comunidades indígenas que ali viviam.

Diante disso devemos considerar que o capitalismo, e aqui, no caso, sua forma neodesenvolvimentista, não é apenas uma forma de organizar a produção e extração de riquezas, mas também é uma forma de governar, de repartir as terras, de gerir os deslocamentos das populações sobre essas terras, de povoá-las, de distribuir titularidades sobre seus quinhões, de repartir os agrupamentos populacionais, cada um aos seus lugares e adequar estas populações aos modos de produção e consumo da sociedade capitalista. Ou seja, um modo de gerir as populações como um corpo produtivo, que para produzir também precisa ter direitos. Para esse modo de governo das populações, Michel Foucault cunhou o conceito de biopolítica.

Transformações do trabalho e precarização da vida

Se antes, no nacional-desenvolvimentismo, os direitos sempre estavam muito atrelados ao trabalho e a proteção da figura do trabalhador, no neodesenvolvimentismo vemos uma ampla tendência de flexibilização das relações de trabalho e de terceirização de serviços. Além disso, concomitante com a precarização dos serviços públicos, também percebemos uma expansão cada vez maior do setor de serviços privados, tais como os serviços de educação, saúde, transporte, segurança, comunicação etc. Serviços estes que, inclusive, são consumidos amplamente pela nova classe média, a classe C¹, que surge também nesse mesmo ciclo produtivo.

Com a expansão do setor de serviços, há então um deslocamento do trabalho do chão de fábrica da indústria, localizada em um setor determinado da zona urbana ou fora da cidade, para uma distribuição do trabalho pela metrópole. E aí temos uma experiência que nos parece cada vez mais próxima do nosso cotidiano, que é essa passagem da figura do trabalhador ao empreendedor. Não que o trabalhador assalariado desapareça, mas há uma proliferação intensa desse sujeito empreendedor e do discurso sobre empreendedorismo. Esse tipo de trabalho que é menos disciplinado no espaço confinado, se confunde cada vez mais com o próprio tempo de vida. A jornada de trabalho já não tem mais limite bem demarcado na nossa rotina. Nossa vida toda passa a ser um processo produtivo em que temos que estar numa constante autoformação, a objetividade do emprego dá lugar a uma subjetiva empregabilidade, a renda deixa de ser fixada no salário para ter múltiplas fontes como contratos temporários, bicos, trabalhos freelancer etc. A nossa vida nesse capitalismo contemporâneo vai sendo marcada cada vez mais pela ansiedade, por um desejo de acúmulo, por uma insegurança, pela constante necessidade

1. A classe C ou nova classe média foi um termo criado pelo economista Marcelo Neri para se referir à parcela da população que durante o governo do PT teve uma melhoria de renda, maior inclusão no consumo, acesso à universidade, saindo da faixa da pobreza ou da classe D.

de autoformação, pelo endividamento, e o desejo de eliminação do outro enquanto uma ameaça. Essa nova situação demanda novos direitos.

Este novo sujeito empreendedor não só tem que trabalhar para ter direitos, mas também tem que ter direitos para trabalhar. Ele precisa circular pela cidade, criar pessoas jurídicas (vide o surgimento da lei do microempreendedor individual), ele precisa se comunicar, fazer propaganda de si, criar redes de contatos. A comunicação tem um papel muito importante nesse novo contexto, porque esse novo modo de trabalhar depende cada vez mais do conhecimento, da criação de relações, de uma gestão de afetos e produção de desejos. Parece que o próprio corpo passa a ser uma mercadoria que precisa sempre se apresentar como algo que precisa produzir um certo imaginário em torno de si. Os produtos também passam a depender do mundo de afetos e desejos que o valoram. Por exemplo, o valor pago por uma peça de roupa, um relógio ou óculos, depende mais da etiqueta, do desejo de consumo que ele suscita, do que do tempo de trabalho gasto para produzi-lo ou mesmo do material usado e das despesas de fabricação. A medida do valor passa a ser uma desmedida.

Esse trabalho, que é cada vez mais flexível, dinâmico e inseguro, demanda que pensemos novos direitos. Num livro publicado em 2016, intitulado *Inventing the Future*, há uma interessante análise desse cenário contemporâneo. O livro foi escrito por dois cientistas políticos ingleses, Nick Srnicek e Alex Williams, que ficaram conhecidos principalmente depois de escrever o *Manifesto Aceleracionista*: um manifesto que tenta pensar esse processo de aceleração cada vez mais intenso do capital e as formas de intervenção e de ação política a partir de potências que o capitalismo produz, como as tecnologias e as possibilidades que elas permitem, mas ao mesmo tempo restringe esse potencial gerado. No livro supracitado, os autores apontam algumas tendências, um prognóstico sobre o capitalismo atual, que não parece nada otimista. São as seguintes tendências:

- a) A precariedade da classe trabalhadora das economias desenvolvidas irá se intensificar devido à oferta do excedente de mão-de-obra global (resultado tanto da globalização quanto da automação);
- b) Recuperações sem emprego continuarão a aprofundar e aumentar, afetando, predominantemente, aqueles cujas funções podem ser automatizadas de imediato;
- c) Populações de favelas continuarão a crescer devido à automação de trabalhos que exigem baixa qualificação, e serão exacerbadas pela desindustrialização prematura;
- d) Marginalidade urbana em economias desenvolvidas crescerá em tamanho, enquanto empregos de baixa qualificação e baixos salários serão automatizados;
- e) A transformação da educação superior em treinamento profissional será antecipada em uma tentativa desesperada para aumentar a oferta de trabalhadores qualificados;
- f) Crescimento permanecerá baixo e tornará improvável empregos de substituição;
- g) As mudanças para o “workfare”, controles de imigração e encarceramento em massa irão aprofundar enquanto aqueles sem emprego são cada vez mais subjugados ao controle coercivo e a economias de subsistência (SRNICEK e WILLIAMS, 2016, p. 104, tradução minha).

Com o avanço dessas tendências de precarização da vida nas cidades, muitos de nós que queremos uma transformação do estado de coisas em direção a uma vida com mais autonomia e equidade nas relações sociais, acabamos sendo muito afetados pelo ceticismo na política. E talvez até cultivamos esse ceticismo, damos espaço para isso e deixamos que isso pautasse nossa perspectiva da situação. Vemos os

comportamentos e discursos de militantes nas redes sociais, nas universidades, nas ruas, e de repente percebemos que não acreditamos mais naquilo. Ouvimos e não nos vem mais aquela fagulha de possível que nos faz enxergar um novo caminho.

Porém, o ceticismo não é de todo negativo e é possível perceber consequências positivas a serem extraídas desta perspectiva. Ele permite que nos desvencilhemos de velhas expectativas em formas, práticas e discursos que já não funcionam mais. Há uma desidentificação expandida e, talvez em decorrência disso, temos que lidar com a sensação de vazio que se apresenta a nós. E é muito difícil desapegar de referências e caminhar sobre o caos, de modo a reorganizá-lo numa outra forma possível de estar no mundo. A liberdade é sempre experimental e meio desajeitada até que se acerte o passo. É muito mais fácil aderir a uma outra identidade estabelecida e seguir seu fluxo. Sabemos da dificuldade temporal que todos temos para explorar informações sobre novas possibilidades e fazer apostas em caminhos alternativos. Principalmente quem encara diariamente uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, mais algumas horas de transporte, tem que cuidar de filhos, dar conta de estudar etc. Assim, parece impossível a construção deste outro mundo que queremos. Desconhecido, porém, possível. Considerando que as possibilidades nunca estão dadas por meros determinismos conjunturais, mas se atualizam através dos acontecimentos que reconfiguram a percepção da realidade.

As redes de produção e reprodução do capitalismo colocam toda sua rede global para trabalhar diariamente em longas jornadas, cada vez mais próximo de um funcionamento em 24 horas diárias nos 7 dias da semana. Quando não estamos trabalhando, estamos buscando mais qualificações para trabalhar, já que hoje a formação é permanente e infinita. Nossos próprios sonhos muitas vezes coincidem com as linhas de reprodução do nosso próprio lugar de servidão. Até a produção pré-individual das nossas subjetividades, as dimensões inconscientes do nosso corpo, as associações semióticas que fazemos sem perceber, os desejos

incitados que podem ou não vir a constituir novos hábitos, toda essa virtualidade pré-subjetiva está em constante relação com aparelhos e dispositivos que se conectam com toda a engrenagem capitalista que explora nossas faculdades de modo *dividual*. Nossos gostos estéticos, nossa libido, nossos sonhos e curiosidades, tudo pode ser explorado e convertido em bancos de dados. Há um investimento na subjetivação dos indivíduos, que são constantemente bombardeados por informações, propagandas, ordens que lhes conformam ao mundo a que devem sua submissão. Todo este modo de viver se tornou subsumido ao capitalismo e não há mais um “fora”, de maneira que o tempo de trabalho vai muito além da jornada de trabalho. As relações que estabelecemos nas redes sociais, digitais ou não, passam a compor este novo modo de produção capitalista, que investe, cada vez mais, na produção de linguagens, captura de identidades e produção de imaginários. E nós, que na maioria das vezes só temos basicamente nosso corpo para investir, mesmo que sob disputa, sabemos o quão é difícil achar tempo no meio de tudo isso para organizar espaços onde podemos compartilhar diversos afetos, inventar nossos instrumentos de resistência, manifestar coletivamente nossas indignações e desejos etc. Com o tanto de pautas e acontecimentos e tragédias nos interpelando o tempo todo, não dá para dar conta de tudo. A urgência nos paralisa.

Da renda básica universal ao outro lado da biopolítica

Diante desse contexto, Srnicek e Williams (2016) apresentam quatro demandas mínimas para enfrentar estes problemas: automação total, a redução da semana de trabalho, a provisão de uma renda básica universal e a redução da ética do trabalho. Essas seriam políticas que, segundo os autores, criariam mais condições de enfrentamento ao capitalismo, catalisando um contexto potencialmente pós-capitalista, diminuindo as assimetrias de poder e deflagrando melhores condições para o exercício da liberdade, como a possibilidade de não ser constrangido a empregos

indignos ou trabalhos subordinados apenas para ter que sobreviver. Já que o capitalismo é cada vez mais acelerado e nosso tempo integrado intensivamente no ciclo 24/7 de seus giros maquínicos, uma das condições para a organização coletiva e a luta política seria liberar mais tempo desde dentro desse ciclo, digo, libertar a subjetividade da permanente modulação pelos dispositivos disseminados de controle. Sendo que para ter mais tempo, também precisamos de dinheiro, valendo, aliás, a sinonímia que, nas atuais condições, reconquistar o tempo é reconquistar a renda, para alcançar um maior potencial interno de fabricar subjetividade para além do Controle. A luta pela renda universal é assim a luta pela retomada do tempo subsumido na axiomática capitalista: são dois polos – renda e tempo – da mesma luta que se dá no regime intensivo da produção de subjetividade. Disso, a importância de conjugar as outras demandas com a renda básica universal, pois ela é um intensificador para as demais lutas, a condição mesma de uma redobra do tempo no capitalismo.

Aqui é necessário dar um giro de perspectiva no conceito de biopolítica. Pensá-lo não apenas como domínio, ordenação e disciplina da população, mas como tecido em que se tecem resistências desde uma perspectiva imanente à experiência da vida nas cidades. Tal como notou Judith Revel:

A noção de biopolítica levanta dois problemas. O primeiro está ligado a uma contradição que se encontra no próprio Foucault: nos primeiros textos onde aparece o termo, ele parece estar ligado ao que os alemães chamaram no século XIX de *Polizeiwissenschaft*, isto é, a manutenção da ordem e da disciplina por meio do crescimento do Estado. Mas, em seguida, a biopolítica parece, ao contrário, assinalar o momento de ultrapassagem da tradicional dicotomia Estado/sociedade, em proveito de uma economia política da vida em geral. É dessa segunda formulação que nasce o outro problema: trata-se de pensar a biopolítica como um conjunto de biopoderes ou, antes, na medida em que dizer que o poder investiu a vida significa

igualmente que a vida é um poder, pode-se localizar na própria vida - isto é, certamente, no trabalho e na linguagem, mas também no corpo, nos afetos, nos desejos e na sexualidade - o lugar de emergência de um contra-poder, o lugar de uma produção de subjetividade que se daria como momento de desassujeitamento? [...] (REVEL, 2005)

As resistências ao capitalismo requerem uma luta por novos regimes de temporalidade, o que não se separa da corporalidade e de uma disputa diretamente ligada a produção dos modos como se vive. Afinal, é pelo corpo que o tempo se constitui para nós enquanto dimensão perceptiva da experiência e é contra outras temporalidades que resistimos a nos submeter que experimentamos nossos corpos.

Talvez seja necessário dizer que a experimentação do corpo pode tratar-se de quase tudo que fazemos, seja estudar, dançar, operar computadores, aprender tocar um instrumento, ir ao cinema, protestar nas ruas, enfim, toda experiência passa em alguma medida pelo corpo. Sendo o corpo um sintetizador do conjunto de relações, forças e afetos que nos atravessam, agem sobre nossa subjetividade e sobre as quais também podemos agir. E este corpo-tempo está cada vez mais imbricado nos circuitos capitalistas e nossa sobrevivência também depende disso. Não é simples aderir a uma prática ascética e “sair” destes circuitos. Pior ainda quando esse ascetismo vira uma moralidade sob custódia de santos guardiões do progressismo. Tampouco isso é pragmaticamente capaz de transformar as formas institucionais que organizam a sociedade, se for uma prática meramente individual.

Ao analisar o capitalismo contemporâneo, para encontrar as melhores estratégias de subvertê-lo, é contraproducente nos pensarmos exteriores aos problemas que criticamos nesse sistema de produção e trocas que é cada vez mais global. Corremos o risco de inconscientemente nos cobrirmos com uma espécie de membrana que falsamente dá-nos a impressão de imunidade à contaminação das relações capitalistas. Um equívoco gerado por esta posição é a expectativa de que tal sistema

poderia ser destruído sem grandes dores para os sujeitos, que não se percebem implicados nessa rede. Ao contrário, é mais interessante buscar perceber que destruir as relações que sustentam o capitalismo é também destruir nossas próprias vidas como estão configuradas e conectadas a esta rede – nossos desejos, necessidades, sonhos etc. Assumindo a responsabilidade por isso – responsabilidade aqui num sentido positivo enquanto demanda de responder às situações contingentes.

Para que uma nova forma de organização social possa surgir e se instituir, é necessário não só quebrar as resistências dos diferentes elementos que ela correlaciona, que não são convergentes em seus pontos gravitacionais, mas também superar a inércia destes elementos que são fundadas em necessidade vitais, hábitos e sentimentos de conexão com outros modos de vida, instituições e – de uma forma ainda mais ampla e não por isso menos verdadeira – forças sociais ou hábitos coletivos. Um dos motivos da dificuldade que se encontra para uma nova organização social se articular é que seus componentes sempre estão inseridos nas várias relações estabelecidas costumeiramente, em razão do funcionamento da ordem social presente. Afinal, os componentes da ordem social, em especial as pessoas, têm que responder a outras demandas decorrentes da necessidade de provimento de suas condições de subsistência em um mercado competitivo. Intencionalmente ou não, fato é que essas necessidades (e seus geradores) não deixam tempo suficiente, ou mesmo ânimo o suficiente, para o engajamento por parte da pessoa naquela nova atividade. As organizações capitalistas – Estados, mercado e suas simbioses – manipulam forças, a do dinheiro entre elas, para facilitar a tarefa de organizar os corpos humanos e não humanos em diferentes dispositivos, inclusive deslocando-os geograficamente. Mas essas forças não são postas em movimento para atuar apenas negativamente, coercitivamente. Elas também produzem subjetividades com desejos e necessidades de se inserir nessa teia.

Como pensar a produção do comum e de comunidades que subvertam as redes capitalistas que agenciam nossos corpos e desejos? Com

exceção de casos como os dos zapatistas, dos curdos, e de outros grupos, indígenas e não-indígenas, que estão territorialmente e culturalmente menos envolvidos na cadeia de reprodução das formas capitalistas, produzir comunidades, principalmente para os habitantes das cidades contemporâneas, dificilmente se dará de modo exterior às redes capitalistas. Mas é possível produzir redes sociais capazes de criar formas de se relacionar e trocar diferentes daquelas baseadas na extração de valor, criando ambientes onde seja possível produzir outras subjetividades, memórias e experiências através da própria produção dos modos de subsistência dos sujeitos envolvidos. Ao mesmo tempo, no entanto, elas terão que lidar com as inércias divergentes dos corpos que elas tentam envolver.

Uma política de renda básica universal incidiria diretamente nas condições de possibilidade da ação política e de novos processos sociogenéticos, irrigando o terreno de produção biopolítica e potencializando sua fertilidade para se disputar a composição de novos modos de viver. Mais do que possibilitar uma liberação de tempo para organização e ação coletiva, a renda básica universal permitiria a reconfiguração do regime que distribui a uns o lugar de sujeitos da ação, criação e produção da história, enquanto outros permanecem invisibilizados como meros reprodutores da rotina diária, da jornada de trabalho e de todos os bastidores que produzem o espetáculo dos grandes acontecimentos. Ou seja, a renda básica reorganizaria a repartição de algo que sempre foi desigual na história das civilizações: o uso do tempo e do ócio.

Referências bibliográficas

- COCCO, G.; CAVA, B. **New Neoliberalism and the Other**: biopower, anthropophagy and living money. New York: Lexington Books, 2018.
- COCCO, G. **Korpobraz**: por uma política dos corpos. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2018.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. Capitalismo Cognitivo e Renda Universal: do igualitarismo transcendental ao direito biopolítico. *Revista Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v. 12, n. 26, pp. 109-134. 2017.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAZZARATO, M. **Signos, Máquinas, Subjetividade**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PORTO, Renan. Ciborgues sonham com britadeiras? *Revista Lugar Comum: estudos de mídia, cultura e democracia*, n. 50, pp. 50-68. Rio de Janeiro, 2017.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SRNICEK, N; WILLIAMS, A. **Inventing the Future: postcapitalism and a world without work**. New York: Verso Books, 2016.

5

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO NO BRASIL

Marcelo Martins da Silva

Esse texto parte de uma hipótese: de que houve e há uma histórica e estrutural divisão racial do trabalho na sociedade brasileira. Na tentativa de afirmar nossos argumentos, nos valem de uma literatura que trata dos aspectos históricos e estruturais do mercado de trabalho racializado no Brasil e de alguns indicadores disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na pesquisa amostral dos Censos Demográficos dos anos de 2000 e de 2010 e na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios de 2014, 2015, 2016 e 2017.

O texto está estruturado em quatro partes: na primeira discorremos sobre a divisão racial do trabalho no Brasil do ponto de vista histórico e estrutural. Na segunda parte tratamos da integração subordinada do negro na sociedade de classes no Brasil, argumentando que o negro foi inserido no mercado de trabalho no pós-abolição vinculado à economia de subsistência ou em ocupações subalternas, mais desvalorizadas, e que não possibilitavam um rearranjo na estrutura racial da mobilidade social do país, ainda que consideremos que de maneira geral, a força de trabalho brasileira, até 1940, era majoritariamente rural, predominando de forma clara o setor primário em relação aos setores secundário e terciário. As atividades econômicas tipicamente urbanas eram ainda relativamente pouco diversificadas e o próprio ambiente citadino ainda

não se havia imposto na quase totalidade do país (SILVA, 2013). Na terceira parte, argumentamos que a racialização do mercado de trabalho no país, em certo momento, foi ressignificada no campo discursivo com a emergência do mito da democracia racial que preconizava a não existência de barreiras para a ascensão da população negra no país. Este mito vai ser questionado por pesquisas e indicadores socioeconômicos que demonstram o contrário (HASENBALG, 2005). Na quarta parte, argumentamos que apesar dos resultados positivos nos indicadores de renda, educação e trabalho na década de 2000, no que diz respeito às desigualdades raciais, a divisão racial do trabalho permanece. Por último, faremos algumas breves considerações finais.

Uma divisão racial do trabalho no Brasil?

As desigualdades raciais no mercado de trabalho não configuram um fenômeno recente no desenvolvimento das relações sociais no Brasil. O mote das clivagens raciais tem sido, historicamente, o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a inserção dos grupos discriminados na dinâmica de uma sociedade que cada vez mais se complexifica (MOURA, 1988). A divisão social do trabalho tem correlação direta com a divisão espacial do trabalho, considerando que algumas regiões se desenvolveram mais que outras.

No entanto, no que diz respeito à inserção e à participação da população negra no mercado de trabalho, rural ou urbano, as barreiras concretas e simbólicas do racismo estão presentes em todas as regiões. A especificidade de cada região, sua configuração produtiva e demográfica, pode determinar o grau de inclusão-exclusão da população negra no mercado de trabalho, mas a especificidade regional por si só não é suficiente para sobrepor-se ao nexo interrelacional racial, caracterizado por uma divisão racial do trabalho, difusa pelo território brasileiro.

Segundo Mário Theodoro (2008, p.15), são os “desdobramentos ocorridos no século XIX...” que vão colocar “...a questão racial como

elemento central na formação atual do mercado de trabalho brasileiro”. Segundo o autor, na época de formação do mercado de trabalho brasileiro, em que o trabalho escravo vai gradativamente sendo substituído pelo trabalho livre, foram criados mecanismos para afastar o negro liberto ou já livre do acesso à terra, como a Lei de Terras (Lei nº 601/1850) que tornou a compra a única forma de aquisição de propriedade; e a política de incentivo à imigração europeia no final do século XIX (Decreto nº 528/1890) que estabeleceu como “inteiramente livre a entrada nos portos da República” de imigrantes válidos e aptos para o trabalho, excetuados os indígenas, asiáticos ou africanos, cuja admissão no país dependia de autorização do Congresso Nacional – remetendo-os à condição de força de trabalho excedente.

Até 1850, data da Lei de Terras e da Lei Eusébio de Queirós, a força de trabalho era majoritariamente escrava, inclusive em setores mais especializados como metalurgia e artesanato. Portanto, existia uma significativa mão-de-obra negra qualificada nestas atividades, principalmente nos aglomerados urbanos nordestinos (Salvador, Recife e São Luís), mas também no Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XIX é que a situação urbana começa a se alterar com o aumento da população liberta e mestiça e a imigração europeia, especialmente no Sudeste. (THEODORO, 2008, p.19-20).

O imenso contingente de trabalhadores negros libertos encontrará um ambiente seletivo e segregador, que colocava barreiras para a inserção destes trabalhadores em um mercado de trabalho em construção. O perfil de ocupação da força de trabalho assumirá, então, nova conformação. Enquanto a mão-de-obra imigrante chega e ocupa-se cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população de ex-escravizados, então libertos, vai se juntar ao contingente de homens livres dedicados à economia de subsistência e a alguns ramos ligados aos pequenos serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, dito de outra forma, a ascensão do trabalho livre como base da economia foi acompanhada pela entrada crescente de uma população

trabalhadora negra no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, viria a ser denominado “setor informal”, no Brasil (THEODORO, 2008, p.24-25).

Clóvis Moura (1988), nessa linha de raciocínio, aponta que, mesmo no seio do que viria ser o proletariado brasileiro, havia discriminação racial. A integração social dos negros e pardos ex-escravizados, segundo o autor, não ocorreu e nem os negros compuseram automaticamente a classe operária incipiente nas regiões mais desenvolvidas, notadamente no Sudeste.

Por outro lado, em áreas menos desenvolvidas, de natureza rural, onde se concentrava a maioria dos negros, os ex-escravizados foram absorvidos com certa facilidade por um sistema de relações sociais, caracterizado por práticas senhoriais e clientelistas (HASENBALG, 2005, p.171).

Como vemos, se de um lado os negros egressos das senzalas não foram automaticamente incorporados a esse proletariado nascente, compondo, historicamente, sua franja marginal; de outro, surgiam, como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor, com um papel selecionador dentro do proletariado (MOURA, 1988, p.65).

Para Moura, a representação do negro como sendo incapaz de trabalhar como assalariado, baseada em suposições como as de que os negros possuem desenvolvimento mental rudimentar, uma forte preferência pelo ócio, e tantos outros estereótipos, contribuiu para que a massa de trabalhadores negros à disposição não fosse aproveitada em ocupações mais valorizadas e nos setores mais dinâmicos da economia. E no lugar dessa massa priorizava-se o trabalhador estrangeiro, tido como mentalmente superior e mais produtivo em face à suposta ociosidade do negro ou do mestiço.

Considerando a grande parcela de trabalhadores negros qualificados para as atividades de então, o alto investimento no trabalhador

estrangeiro numa economia de mercado em desenvolvimento seria explicável tanto pelo aprofundamento do ideal de embranquecimento, quanto pelo perigo potencial de que os negros confrontassem as novas aspirações dos antigos senhores, que pendiam para um liberalismo republicano racista e segregador.

O racismo, como racionalidade, por meio da qual a população discriminada é menos recompensada, reconcilia a necessidade de máxima acumulação de capital com o mínimo de distúrbios sociais (possíveis insurgências). Com o elevado excedente, este contingente seria aproveitado nas décadas que se seguiriam em trabalhos precários, caracterizando o início da segmentação racial do trabalho livre no Brasil.

A integração subordinada do negro na ordem social competitiva

A integração do negro na sociedade de classes¹ como sujeito e não apenas subordinado aos processos de desenvolvimento, por todos os mecanismos, barreiras e clivagens supracitados, não se consolidou. A coletividade negra conquistou espaços, produziu instituições contra-hegemônicas e se autoconstruiu resistindo à práxis social dominante. Não foi integrada por políticas de Estado, ao contrário, construiu sua história em um ambiente adverso. A (baixa) mobilidade social ascendente, que no capitalismo tem no mercado de trabalho seu principal instrumento de superação, tendia a sua manutenção no que diz respeito à população negra, mesmo em períodos de desenvolvimento econômico. Osório (2004, p.14) aponta que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu acima de 4% ao ano entre 1950 e 1980 (exceto nos anos de 1956; e de 1963 a 1965), apesar disso, Carlos Hasenbalg (2005), utilizando técnicas para análise de mobilidade social intergeracional, demonstra com uma série de dados e argumentos "...que os brasileiros

1. A esse respeito vide Fernandes (2008).

de cor experimentam um déficit substancial de mobilidade social ascendente.” (HASENBALG, 2005, p.215).

A participação da população negra na economia, como bem observou Florestan Fernandes (2007, p. 69) se deu e se intensificou justamente em ocupações e serviços vinculados à economia de subsistência ou a setores econômicos que não possibilitavam um rearranjo na estrutura racial da mobilidade social do país. Em grande parte, a marginalização imposta aos negros no período posterior à abolição, seletivamente substituídos a partir do ideal de branqueamento (HOFBAUER, 2003; DOMINGUES, 2002) corroborou para que a identidade étnica desta população não alcançasse níveis que possibilitassem articulação e emancipação dos valores que a relegava a uma posição subalterna no processo histórico. Em vez de uma contra-ideologia que fatalmente redundaria em conflitos políticos, ocorreu a acomodação aos valores racistas vigentes² (MOURA, 1988, p.70) que possibilitaria a naturalização da baixa mobilidade social da população negra.

O processo de urbanização e complexificação de um mercado de trabalho incipiente no período da escravidão e que se consolidou após a abolição foi o principal fator de diferenciação que redundou em baixa mobilidade social ascendente da população negra. Homens livres, inclusive mulatos, se valiam de mecanismos de diferenciação econômica para a manutenção do *status quo*. Na medida em que se valorizavam determinadas ocupações, estas eram reguladas de modo a excluir o trabalhador negro.

A imigração branca europeia não foi causa, mas a consequência de práticas e ideologias racistas. O ideário de branqueamento no Brasil atuou como suporte ideológico das relações de poder patrimonialistas estabelecidas no país desde os tempos da Colônia, e no final do século XIX, de parte da elite brasileira:

2. Que não implica em assimilação total. Insurgências pontuais de escravizados e contra-hegemonias permearam a história do negro no Brasil na escravidão e no pós-abolição. Ver: Silva, Jacino e Silva (2019).

O ideal do “branqueamento” – como aparece nos discursos de importantes abolicionistas e cientistas brasileiros –, traduzir-se-ia em medidas políticas concretas. As “teses” do branqueamento, agora já mais naturalizadas do que na época colonial, transformar-se-iam em discurso e prática da política oficial. No Congresso, debatiam-se não apenas formas de incentivar a imigração europeia; foram também apresentados projetos que propunham a proibição da imigração de asiáticos e africanos (HOFBAUER, 2003, p. 89).

Por esta razão, o elemento branco era desejável e, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, estes possuíam a prerrogativa nos processos de mobilidade social, pois foram, neste sentido, o “progresso desejado”.

A análise da mobilidade social intergeracional é particularmente importante para avaliar os processos de reprodução do racismo na sociedade. Os pobres, de maneira geral, experimentam pouca mobilidade social ascendente ao longo de gerações, mas para a população negra existe uma particularidade: por ser a parcela mais pauperizada da população, acaba sendo o para-raios de qualquer medida ou dinâmica que afete a parte de baixo da pirâmide social. Em tempos de desenvolvimento econômico os negros ficaram menos pobres, porém em relação a si mesmos, porque, quando comparadas à da população não-negra, as desigualdades pouco ou nada se alteraram, e os dados relativos à renda de negros e não-negros comprovam isto³. E esta é a chave da nossa argumentação que, se de maneira geral há uma melhora nas condições de vida da população negra em determinados contextos, as desigualdades entre os grupos raciais tendem a se manter.

Rafael Osório (2004), partindo dos estudos sobre mobilidade social de Carlos Hasenbalg, Nelson do Valle Silva e José Pastore, analisa o grau de mobilidade social dos negros no Brasil e constata, como os autores citados, que a educação e a origem social são os fatores que mais

3. Ver TELLES (2003); PNUD (2005) e IPEA (2014).

pesam como determinantes na posição das pessoas na estrutura social, e o elemento racial é somado às desvantagens intra e intergeracional:

...quando são tomados dois pais, um negro e um branco, ambos com exatamente a mesma condição social, se esta for baixa, o filho do branco terá melhores chances de ascender na estrutura social; se for elevada, o filho do negro correrá maior risco de descender na hierarquia. Observa-se que tal situação ocorrerá mesmo se esses dois filhos hipotéticos atingirem o mesmo nível educacional, o que pode não ocorrer, visto que há diferenças raciais na realização educacional que prejudicam os negros, para a vantagem dos brancos. (OSÓRIO, 2004, p.21).

Osório, no entanto, discorda de Pastore e Silva no que diz respeito à hipótese de alta mobilidade social na sociedade de classes brasileira, seja para negros, seja para brancos. Por esta perspectiva, numa sociedade dinâmica, que rapidamente crescia e se urbanizava com a consolidação do trabalho livre, a baixa mobilidade social dos negros era fruto de barreiras discriminatórias e de um regime de mobilidade diferenciado (OSÓRIO, 2009, p.37). Para o autor, esta é uma perspectiva que diz respeito a uma determinada forma de entendimento de mobilidade social que argumentava pela existência de “... um volume alto de mobilidade, porém de curta distância...”, isto é, um contexto em que as pessoas mudam de patamar socioeconômico, porém para um degrau imediatamente superior aqueles ocupados por seus pais. Conclui:

Quando a mobilidade é de curta distância, a posição final é fortemente associada à posição original. Se se entende a mobilidade social como algo que varia de forma inversa ao grau de associação entre origem e destino, a mobilidade social no Brasil é baixa (OSÓRIO, 2009, p.38).

Portanto, a mobilidade social é baixa, o que significa pouca alteração da estrutura social e manutenção das desigualdades, sociais, raciais, de

gênero etc., ao longo do tempo e em diversas áreas como educação, mercado de trabalho, saúde, habitação e outras.

Racialização e desracialização da força de trabalho no Brasil

A força de trabalho é racializada na medida em que se criam mecanismos de diferenciação entre os trabalhadores. A diferenciação pode ser entendida como processos de conflitos sociais disciplinados por uma ordem – ainda que anárquica e competitiva – subjacente. O capitalismo (historicamente pensado) tanto divide os trabalhadores nas bases das opressões específicas dentro da classe, como os força a se organizarem a partir de uma experiência comum de opressão, e a união se dá enquanto classe, mas com pressupostos diferencialistas (BAKAN, 2016, p. 53-54). Neste sentido, trabalhadores e trabalhadoras negras não se “diluem” na classe trabalhadora, mas apresentam particularidades no interior dessa que são mais ou menos relevantes a depender de formações nacionais específicas.

Na sociedade colonial brasileira os explorados foram, primordialmente, os africanos escravizados. Mas, na lógica de uma sociedade ocidental que se modernizava a partir de princípios como o de igualdade, liberdade, como se justificaria a exploração de determinados grupos sociais com base em critérios adscritos socialmente (cor, origem, raça, gênero etc.)?

Segundo Wallerstein (1991), isso ocorre porque o universalismo deriva da própria forma mercado, enquanto racismo e sexismo (particularismos) respondem a uma estratégia para a superexploração da força de trabalho. Enquanto o mercado responde melhor à expansão padronizada e a noções abstratas de direitos que alcancem a maior parte das pessoas como consumidoras, a diferenciação hierárquica da força de trabalho, que se converte em uma exploração cada vez maior de parcelas dos trabalhadores, é oriunda de particularismos como o racismo e o sexismo. Ao se “etnizar” a força de trabalho – e Wallerstein não diferencia, nesse sentido, racismo ou sexismo – foram criados trabalhadores com características

peculiares que compuseram a massa trabalhadora, de modo a rebaixar a totalidade dos salários e aumentar as taxas de lucro. Esse foi durante muito tempo a condição da “dona de casa” ou do “agregado” que exerceram e exercem um papel fundamental para a reprodução do capital, e, no entanto, sequer são considerados trabalhadores.

A partir da década de 1930, no Brasil, a perspectiva de desracialização e despolitização do trabalhador ganha força com aquilo que vai, em período posterior, ser chamado de “democracia racial brasileira”, uma perspectiva desenvolvida a partir da ascensão do Vargasismo e do Nacional-Desenvolvimentismo, e que pode ser pensada como o contexto brasileiro na diáspora em que a inexistência de barreiras legais para a ascensão do negro numa sociedade multirracial de classes remeteria a uma democracia social e a um consenso racial democrático em que a meta-raça brasileira (a síntese do branco, negro e indígena) equilibraria as tensões ainda presentes sob a forma de preconceitos e discriminação individuais em relação à população negra. É, portanto, uma perspectiva assimilacionista, na medida em que propõe diluir as particularidades culturais e socioeconômicas em uma universalidade nacional.

O assimilacionismo das relações raciais brasileiras foi consubstanciado ao ideal de “nação” brasileira e, conseqüentemente, mensagens de insubordinação não foram bem-vindas. A negação do conflito racial, urbano ou rural, foi institucionalizada a partir da ideologia do nacional-desenvolvimentismo, que assumiu o mito da democracia racial e a formulação Freyreana⁴ da especificidade social e cultural do Brasil dentre elas o lusotropicalismo⁵ como elementos integradores

4. Para Gilberto Freyre, o equilíbrio dos antagonismos é um fator constitutivo da formação e desenvolvimento histórico brasileiro. Não há uma relação de negação, e sim de integração entre a casa-grande e a senzala; entre o senhor e o escravo; entre o dominado e o dominador; este equilíbrio, segundo o autor, se deve às características civilizadoras dos dominados (FREYRE, 2003, p.107). No entanto, essa é a perspectiva do colonizador que reconhece o valor do colonizado desde que este não ameace sua posição.

5. Lusotropicalismo é a tese de Gilberto Freyre segundo a qual os traços de caráter recorrentes dos portugueses: a plasticidade social, a valorização da mestiçagem, a ausência de orgulho

importantes, capazes de produzir um inimigo comum: os estrangeirismos que negavam a nossa “fluidez” racial (CARDOSO e CONCEIÇÃO, 2011, p. 93-94).

A promoção do imigrante como trabalhador ideal se estende até o final dos anos 1920, e a partir de 1930 a estratégia assimilacionista seria fundamental para desenvolver uma força de trabalho nacional por meio de migrações internas (HOLSTON, 2013, p.161), força de trabalho essa, em grande parte, negra e miscigenada.

Com a ascensão de Getúlio Vargas, parte das demandas dos trabalhadores urbanos foi absorvida pelo aparelho estatal que, ampliado, englobava novos contingentes populacionais, novas áreas geográficas e servia a novos grupos sociais. A ampliação de uma legislação trabalhista e previdenciária foi o fator que, junto com o Decreto nº 20.291, de 12 de agosto de 1931 – conhecida como a Lei dos 2/3, que regulamentava o artigo 3º do Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, e tinha como objetivo garantir que no conjunto do quadro de funcionários nas empresas, dois terços fossem brasileiros natos – ajudou a conformar, tanto o mercado de trabalho, quanto o território nacional do ponto de vista de suas composições étnicas.

A Lei dos 2/3, ainda que de forma parcial, foi positiva – em termos de empregos – para o conjunto dos trabalhadores negros que emigravam de regiões mais pobres, rurais, fora do alcance da legislação trabalhista, rumo a setores industrializados do mercado de trabalho em regiões urbanas. A inserção do trabalhador negro no mercado formal de trabalho urbano significou o recebimento dos direitos condizentes com um regime de trabalho com carteira assinada, o que não significou a emergência de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, já que o

racial etc., constituíam numa vocação desse povo para a colonização dos trópicos, deslocando a mera extração de riqueza para a criação de um mundo novo ancorado no amalgama de povos, raças e culturas. Apesar das teses constituintes da noção de lusotropicalismo apresentarem-se espalhadas pelas obras do autor, será em “O mundo que o português criou” de 1940 que serão delineadas sistematicamente abrangendo todas as áreas da colonização portuguesa.

percentual de formalização e consequente proteção social foi historicamente baixo no país⁶.

O salário-mínimo fora essencial a esse trabalhador negro, pois possibilitou não só o direito de rendimentos iguais, como a estabilidade de um ordenamento fixo, até então impensável. Contudo, isso não significa que o negro passou a ocupar postos de trabalho de altíssimo nível, problema que ainda é presente nos dias de hoje. (ARAÚJO, 2013, p.114-115).

A proposta de integração do negro na sociedade de classes caminhava *pari passu* com a perspectiva de desracialização e despolitização do trabalhador brasileiro, sem, contudo, alterar as relações de dominação de brancos sobre negros (ARAÚJO, 2013, p.113). A essa proposta, Antônio Sérgio Guimarães chamaria de “...pacto político de participação das massas urbanas...”, na qual a subordinação garantiria certas benesses junto ao Estado. Ocorre que apenas parcialmente, e principalmente no campo da cultura, é que a população negra se integrará à nação, e ainda com o pressuposto do papel subordinado de práticas religiosas de origem africana e o caráter sincrético da contribuição dos negros à cultura nacional: não havia lugar para direitos a identidade ou singularidade (GUIMARÃES, 2001, p.157); e no mercado de trabalho o subemprego torna-se o ponto de partida para a grande maioria das famílias negras, compondo um contingente de mão-de-obra barata e subqualificada que se reproduz por décadas. Desracializar o trabalhador significa, portanto, abstrai-lo de suas características fenotípicas socialmente determinantes. Por essa perspectiva, o trabalhador “desracializado” não é mais ou menos explorado, enquanto grupo social, que outros trabalhadores, contrariando os indicadores que demonstram o lugar “de fato” dos trabalhadores quando avaliados por cor ou raça. Na sequência apresentaremos alguns desses indicadores, argumentando que no século XXI a segmentação racial do mercado de trabalho brasileiro permanece.

6. Ver Pochmann (2014).

O século XXI

Se é possível afirmar a existência histórica e estrutural de um mercado de trabalho segmentado racialmente no Brasil, ou, em outras palavras, da existência histórica de uma divisão racial do trabalho na sociedade brasileira, essa proposição vale também para o século XXI? Argumentamos que sim e para reforçar essa argumentação vamos recorrer a alguns indicadores das décadas iniciais desse século a partir das informações dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010 (Microdados da Amostra) e outros indicadores sociais da PNAD, também do IBGE⁷.

Segundo dados do IBGE referentes aos Censos Demográficos de 2000 e 2010, quando considerados indicadores de renda, educação e trabalho, pode-se perceber que nesta década o avanço foi importante, mas a diferença entre os grupos de cor permanece. O quadro 1 nos mostra o quanto ainda distante estão os rendimentos domiciliares *per capita* e os rendimentos em todos os trabalhos entre os grupos raciais. Apesar do aumento real, o incremento dos rendimentos dos não negros foi mais significativo.

Quadro 1 – Rendimentos (em R\$ de 2010) por grupos raciais no Brasil (2000-2010)

Rendimentos	2000		2010	
	Não negros	Negros	Não negros	Negros
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (em reais de 2010)	794,12	321,94	1.063,41	492,90
Rendimento do trabalho principal (em reais de 2010)	585,35	250,11	741,09	362,28
Razão rendimento domiciliar <i>per capita</i> (Não negros / Negros)	100 %	40,5 %	100 %	46,4 %
Razão rendimento do trabalho principal (Não negros / Negros)	100 %	42,7 %	100 %	48,9 %

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (Resultados Gerais da Amostra). Elaboração própria.

Nota: Valores atualizados pelo IPC-A (IBGE), datas de referência 07/2000 e 07/2010.

7. Utilizaremos as categorias definidas pelo IBGE (Branco, Preto, Pardo, Indígena e Amarelo) agrupadas em Negros, para a somatória de Pretos e Pardos e Não negros para Brancos e Amarelos.

No ensino superior, quando comparado o ritmo de crescimento de estudantes negros nas universidades em relação aos já formados, é possível especular sobre os efeitos positivos das cotas nas universidades e dos programas de financiamento universitário para população negra e não negra, considerando que o acesso à universidade ainda é dificultado para todos. Porém, se em termos de efetividade o objetivo era a diminuição das desigualdades raciais, este ainda não foi alcançado, pois, se considerarmos a dinâmica demográfica dos grupos raciais na década, a distância aumentou.

Quadro 2 – Curso superior por grupos raciais no Brasil (2000-2010)

	2000		2010	
	Não negros	Negros	Não negros	Negros
Não estudantes com curso superior concluído (em relação às pessoas com 21 anos ou mais)	11,1%	2,7%	16,1%	5,4%
Estudantes cursando o ensino superior (em relação às pessoas com 18 anos ou mais)	4,0%	1,2%	6,9%	3,7%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (Resultados Gerais da Amostra). Elaboração própria.

Nos grupos de ocupação, a média salarial dos negros foi bem inferior nos dois momentos em grupamentos ocupacionais teoricamente mais homogêneos. Lembrando que no quadro 3 a distribuição é no interior de cada grupo, isto é, no ano de 2010, por exemplo, 2,3% dos negros ocupados eram diretores e gerentes.

Quadro 3 – Grupos de ocupação por cor ou raça no Brasil (2000-2010)

Grupos de ocupação	2000		2010	
	Não negros	Negros	Não negros	Negros
Diretores e gerentes	6,0%	2,0%	5,5%	2,3%
Profissionais das ciências e intelectuais	8,1%	2,8%	13,2%	6,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (Resultados Gerais da Amostra). Elaboração própria.

Nota: Percentuais em relação aos ocupados de cada classificação.

A distribuição na posição na ocupação também pouco se alterou, mas as diferenças mais acentuadas são em relação aos empregados sem carteira de trabalho assinada (incluindo os empregados domésticos), os trabalhadores por conta-própria e empregadores. A diferença entre empregados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria é que nesta última categoria se encontram profissionais liberais, geralmente com uma situação previdenciária melhor e maior remuneração. Por conseguinte, os negros apresentam maiores percentuais nos primeiros.

Quadro 4 – Posição na ocupação por cor ou raça no Brasil (2000-2010)

Posição na ocupação	2000		2010	
	Não negros	Negros	Não negros	Negros
Empregado com carteira de trabalho assinada	39,9%	29,9%	47,1%	41,4%
Empregado doméstico com carteira de trabalho assinada	2,0%	2,7%	2,0%	2,7%
Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros e funcionários públicos.	6,3%	5,2%	6,1%	4,7%
Empregado sem carteira de trabalho assinada	17,5%	21,6%	13,4%	23,4%
Empregado doméstico sem carteira de trabalho assinada	4,3 %	7,%	3,4%	5,7%
Conta própria	25,4%	22,9%	23,2%	19,6%
Empregador	4,5%	1,2%	3,1%	0,9%
Não remunerado	6,3%	9,4%	1,7%	1,8%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 (Resultados Gerais da Amostra). Elaboração própria.

Nota: Percentuais em relação aos ocupados de cada classificação.

Em pesquisa realizada pelo Instituto ETHOS (2010), em parceria com o IBOPE, sobre o perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil, a composição por cor ou raça dos cargos de executivo, gerência, supervisão e funcional apresentaram resultados que demonstram o grau de segmentação racial nestas empresas.

Nota-se no quadro 5 que a proporção de negros nos quadros mais prestigiados cresceu em sete anos, com mais representatividade nos

cargos de supervisão, porém ao olharmos para o todo, a distância ainda é considerável. De fato, é uma evolução que deve ser considerada e refletida, já que, segundo o relatório (ETHOS, 2010, p.27), as ações das empresas são em sua grande maioria pontuais e específicas sem um plano de ação a médio e longo prazo. Ao que parece, dois são os aspectos que incidem sobre este avanço: negros com maior escolaridade e o efeito social das ações afirmativas, portanto, é principalmente por iniciativa do Estado que as desigualdades raciais foram e podem ser reduzidas.

Quadro 5 – Composição (%) dos quadros das 500 maiores empresas do Brasil por cor ou raça (2003-2010)

Cargos	2003		2010	
	Não negros	Negros	Não negros	Negros
Executivo	98,2 %	1,8 %	94,7 %	5,3 %
Gerência	91,1 %	8,8 %	86,6 %	13,2 %
Supervisão	86,4 %	13,5 %	74,3 %	25,6 %
Funcional	76,4 %	23,4 %	68,6 %	31,1 %

Fonte: Instituto ETHOS de Empresas e Responsabilidade social (2010, p. 14).

Nota: Não foram considerados os indígenas, por esta razão a somatória eventualmente não perfaz 100 %.

Apesar dos aspectos positivos, devemos tecer algumas considerações: i) mesmo nos quadros funcionais a proporção de negros ainda é bem menor que a dos brancos, o que significa que o negro é sub-representado nestas 500 maiores empresas do país em 2010 e; ii) deve-se levar em conta que o incremento da população negra no Brasil foi proporcionalmente muito maior do que o aumento da participação em postos de comando, e aí o elemento racial faz a diferença, seja no acesso dificultado à educação superior, seja nos mecanismos discriminatórios velados presentes no mercado de trabalho. É interessante a observação feita no referido documento:

Registre-se ainda a coleta, pela pesquisa, de dois fatores com poder de interferir na composição por cor ou raça. O primeiro é a grande proporção

de empresas que dizem não ter medidas para incentivar a participação de negros em cada nível – nem políticas com metas e ações planejadas, nem ações pontuais ou específicas. O segundo fator, relacionado ao primeiro, é a percepção dos gestores que, também em grande parcela, consideram adequada a proporção de negros em cada nível. (ETHOS, 2010, p. 15).

Considerar adequada a proporção de negros em cada nível significa naturalizar a segmentação e a exclusão. São os resquícios ideológicos da noção de uma democracia racial que seria alcançada aos poucos; bem lentamente. Acelerar o processo com políticas específicas é fundamental para mitigar os danos seculares causados à população negra.

No que diz respeito à década atual, alguns indicadores sistematizados pelo IBGE são particularmente importantes para avaliarmos a resiliência das desigualdades raciais no mercado de trabalho. Na “Síntese de Indicadores Sociais” (IBGE, 2016, p. 96), há uma importante observação sobre a desigualdade de rendimentos entre negros (pretos e pardos) e brancos:

...observando a desigualdade de renda que, apesar de arrefecimento nos últimos anos, mantém-se consequente, a população permanece segmentada por cor ou raça. Pretos ou pardos representavam, em 2015, 54,0% do total da população, mas 75,5% das pessoas com os 10% menores rendimentos (contra 23,4% de brancos), ao mesmo tempo em que eram apenas 17,8% das pessoas no 1% com os maiores rendimentos, contra 79,7% de brancos.

Considerando que a maior parte dos rendimentos é proveniente do trabalho ou da previdência social (principalmente de aposentadorias), a constatação de uma divisão racial do trabalho no que diz respeito aos rendimentos é evidente. Segundo a PNAD CONTÍNUA DE 2017 (IBGE, 2018), o rendimento médio de todos os trabalhos no ano dos brancos foi de R\$ 2.814, dos pardos, R\$ 1.606, e dos pretos, R\$ 1.570.

Os graduandos entre 18 e 24 anos em 2015, quando considerados grupos de cor ou raça e em relação à população da mesma idade que não concluíram o ensino superior e estavam fora do ensino superior, eram em sua maioria brancos. Graduandos brancos representavam 26,5 % do total da população branca dessa faixa etária contra 12,8 % de pretos e pardos. Mesmo considerando que a população preta e parda mais que dobrou esse percentual em relação a 2005 (5,5 %), é ainda um percentual menor que dos graduandos brancos em 2005 (17,8 %). (IBGE, 2016, p.62). É um dado bastante importante na medida em que parte da classe dirigente, seja na hierarquia ocupacional, seja no campo político-estatal, é oriunda dessas graduações. O que obviamente influencia políticas públicas e privadas na sociedade.

Em relação ao trabalho informal, mais precário, pois com menor rendimento, estabilidade e segurança, 48,4 % da população negra (pretos e pardos) com 16 anos ou mais estavam nessa condição, contra 35,3% da população branca com 16 anos ou mais (IBGE, 2015, p. 72).

Em relação a taxa de desocupação, os brancos apresentaram no 4º trimestre de 2017 um percentual de 9,5 % contra 14,5 % dos pardos e 13,6 % dos pretos. Das crianças entre 5 e 7 anos que trabalhavam, 35,8 % eram brancas e 63,8 % eram pretas e pardas; indicadores bastante contundentes, ainda que se considere a variável território na análise (IBGE, 2018).

Esses dados ajudam a corroborar a hipótese de que, mesmo com as políticas em prol do desenvolvimento da população pobre e negra levadas a cabo nesse século, a divisão racial do trabalho resiste. Sem essas políticas, o aprofundamento de uma situação pauperizante do trabalhador (a) negro (a) é inevitável.

Considerações finais

A hipótese de uma divisão racial do trabalho no Brasil, histórica e estrutural, parece se afirmar a partir das considerações e dados apresentados. Nessa divisão, a população negra aparece como subordinada a um

processo de reprodução orientado por mecanismos históricos e sutis de discriminação (CHADAREVIAN, 2009). Há uma direção velada aos negros para um determinado lugar subalternizado no mercado de trabalho e na sociedade.

Dentre as especificidades do mercado de trabalho brasileiro, uma leitura possível diz respeito a como os grupos raciais se estabelecem nas posições ofertadas do ponto de vista do emprego. Verificamos que a segmentação ocupacional é a tônica da diferença entre os grupos raciais e que esta dialoga com outros aspectos, direta ou indiretamente, interligados com o mercado de trabalho, como a educação ou a renda.

Historicamente, a sociedade brasileira, hierarquizada e autoritária, estruturou-se a partir de assimetrias raciais. Esta é a base sobre a qual todas as outras se ergueram, a saber, a base do projeto de nação que se pretendia num período que o país se consolidava enquanto estado-nação. E, considerando o longo percurso das desigualdades raciais enraizadas no tecido social, entendemos que apenas a intervenção do Estado pode produzir algum efeito no sentido de reduzir as assimetrias raciais, ainda que esta proposição vá de encontro às perspectivas neoliberais atuais, para as quais, quando reconhecidas, essas assimetrias seriam resolvidas pelo mercado, e na melhor das hipóteses, por políticas universalistas. A redução da pobreza, a melhoria das condições de vida e proteção social da classe trabalhadora são importantes para melhoria das condições de vida da população negra, mas pouco eficaz para a redução das desigualdades raciais.

Para finalizar, partindo desta última observação, entendemos ser necessário que as políticas públicas para o mercado de trabalho sejam pensadas levando em conta a variável racial com toda sua historicidade e contradições. Caso contrário, a divisão racial no mercado de trabalho brasileiro permanecerá e os negros estarão sempre à margem dos avanços, isto é, avançando em uma proporção que não vislumbra a equidade, e, por isso mesmo, sendo os maiores penalizados nas crises.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ariella S. A incorporação dos negros no mercado de trabalho: um estudo de 1930 a 1945. (2013) 159 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara. São Paulo, 2013.

BAKAN, Abigail B. Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença. Revista Outubro, n. 27, p. 45-76. 2016.

CARDOSO, Lourenço e CONCEIÇÃO, Jéssica. G. O Estado e as influências teóricas antirracistas de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e um possível diálogo com os estudos pós-coloniais. Bauru/SP: Rehutec, n.1, vol.2, p. 88-105, dez. 2011.

CHADAREVIAN, Pedro C. Existe uma teoria econômica da discriminação? Texto para Discussão 023/2009. Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada – FE/UFJF. Juiz de Fora, 2009. p. 26. Disponível em <http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2010/01/TD-023-Chadarevian.pdf>.

DOMINGUES, Petrônio J. Negros de Almas Brancas? A Ideologia do Branqueamento no Interior da Comunidade Negra em São Paulo, 1915-1930. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, p. 563-599. 2002.

ETHOS Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. **Perfil Social, Racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo: ETHOS, 2010.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2ª Ed. São Paulo: Global, 2007.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca**. Vol. 1. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Democracia Racial: o ideal, o pacto e o mito. Novos Estudos CEBRAP, nº 61, p.147-162, nov., 2001.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de “raça” e o ideário do “branqueamento” no sec. XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. Teoria & Pesquisa. V. 1, nº. 42, p. 63-110, jan./jul. 2003.

HOLSTON, J. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 2000 e 2010: Resultados Gerais da Amostra. Rio de Janeiro. Microdados disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=microdados>.

_____. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>

_____. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>

_____. Somos todos iguais: o que dizem as estatísticas? Retratos – A revista do IBGE. Nº 11, maio, 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Situação social da população negra por Estado. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacao-social-populacao-negra.pdf

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

OSÓRIO, Rafael. G. A mobilidade social dos negros brasileiros. (Texto para discussão nº. 1033) Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1033.pdf

_____. A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006. 362f. Tese (Doutorado). Instituto de Ciências sociais, Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano: racismo, pobreza e violência**. Brasília: PNUD Brasil, 2005.

POCHMANN, Márcio. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? Estudos Avançados. vol.28 no.81, p.23-38. São Paulo, maio/ago 2014.

SILVA, Marcelo M.; JACINO, Ramatis; SILVA, Sidney J. Da contra-hegemonia política às políticas contra-hegemônicas: as ações afirmativas para negros na sociedade brasileira. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 55, n. 1, p. 1-11. Jan./abr. 2019

SILVA, René M. C. História dos trabalhadores negros no Brasil e desigualdade racial. UniversitasJus. V. 24, p.93-107, 2013.

SOUZA, Jessé. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. Tempo Social, Sociologia USP, São Paulo: v.12, n.1, p. 69-100. 2000.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Fundação Ford, 2003.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In THEODORO, Mário. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA , p. 15-44. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. Universalismo, racismo y sexismo: tensiones ideológicas del capitalismo. In BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, nación e clase**. Madrid, IEPALA, p. 49-62. 1991.

6

AS OCUPAÇÕES E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DE MAUÁ E CAGUASSÚ LESTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Gerardo Silva
Iara Schiavi
Miriam Couto

Introdução

As formas de organização do trabalho que criam riqueza e dão vida às metrópoles são diversas e diferenciadas, assim como seus territórios. Nos países centrais essa experiência foi mudando ao longo do tempo, caracterizando-se primeiro pela hegemonia do trabalho industrial e da relação salarial e, logo depois, pela participação cada vez mais determinante do trabalho autônomo vinculado à inovação tecnológica e à economia criativa (FLORIDA, 2011; RIFKIN, 2000; CASTELLS, 1996). Já nos chamados países periféricos, como o Brasil, uma parte da trajetória do desenvolvimento segue esse padrão, enquanto outra fica “de fora”. Nesse sentido, a relevância do denominado “setor informal” nas economias periféricas tem sido sempre um fator determinante para entender a diversidade de formas de organização do trabalho nos seus territórios metropolitanos.

A relação entre o setor formal e informal no desenvolvimento periférico tem sido objeto de debate. Por um lado, há quem interpreta essa relação em termos de dualismo, isto é, como duas esferas separadas do processo econômico e da organização da vida social. Para esses autores, no setor informal encontraríamos apenas as estratégias de sobrevivência de uma enorme parcela da população que não encontra formas de inserção na economia formal e/ou na lógica do mercado. Por outro lado, há autores que questionam esse dualismo, observando que as estratégias de sobrevivência do setor informal (ou dos pobres de uma maneira geral) constitui uma forma de exploração do trabalho estruturalmente combinada, quer dizer, vinculada direta e indiretamente aos processos de acumulação de capital. Assim, mais do que estratégias de sobrevivência, os pobres desenvolveriam formas de trabalho extremamente precarizadas e de baixa qualificação para os padrões médios do mercado formal, porém absolutamente necessárias para seu funcionamento¹.

Um dos autores críticos do dualismo que trata dessa singularidade dos países periféricos é o geógrafo Milton Santos. Na obra “O espaço dividido” (2008), Santos apresenta a sua conceituação dos dois circuitos da economia urbana nos países periféricos ou subdesenvolvidos: o circuito superior ou moderno, caracterizado pelo normal funcionamento da economia e das instituições sociais correlatas; e o circuito inferior, que representa as formas mais “atrasadas” de desenvolvimento capitalista (precário, trabalho intensivo, informal, sem ajuda governamental e sem poder de acumulação). Entre ambos circuitos, entretanto, não

1. Evidentemente, essa distinção entre “formal” e “informal” apresenta muitos problemas, tanto teóricos quanto metodológicos. Em primeiro lugar, nem todos os “informais” são precários, no sentido da extrema vulnerabilidade social (ou seja, nem todos os informais são pobres economicamente falando); em segundo lugar, situações de “formalidade” e “informalidade” podem se superpor e/ou ser intercambiáveis, dependendo das circunstâncias (isto é, não são condições fixas); em terceiro lugar, a “informalidade” pode ser assimilada ao trabalho autônomo, sobretudo no contexto do capitalismo atual em que este último se dissemina por toda a sociedade. Contudo, a distinção nos permite uma problematização inicial.

existiria uma situação de dualismo, mas de bipolarização, isto é, ambos os circuitos corresponderiam a uma mesma estrutura econômica e seriam igualmente afetados pelos processos de modernização, embora em diferentes graus de profundidade. Teríamos, portanto, dois circuitos que evoluem em ritmos diferentes, porém de forma complementar e, em determinadas circunstâncias, concorrencial².

Seria um erro, afirma o autor, associar de maneira direta e/ou automática o circuito inferior da economia urbana aos territórios da favela. Enquanto essa última representa um âmbito restrito e bastante caracterizado dos territórios urbanos e/ou metropolitanos, o circuito inferior alcança outras regiões da cidade, tais como antigas áreas industriais degradadas, bairros populares operários, ocupações e zonas de cortiços. Na sua expressão econômica, também haveria áreas de superposição, nas quais os circuitos superior e inferior se encontram e misturam. E da mesma forma que nas economias formal e informal, muitas das atividades do circuito inferior são indispensáveis para o desempenho do circuito superior. De modo geral, acreditamos que a extensão do circuito inferior proposto por Milton Santos pode ser assimilada aos territórios da periferia, isto é, ao vasto e heterogêneo contexto da metrópole que se singulariza pela segregação social e precariedade das condições materiais de vida.

Sem dúvida, as ocupações urbanas fazem parte desse contexto. Como veremos logo a seguir, elas fazem parte das periferias metropolitanas – e, portanto, do circuito inferior da economia urbana – de uma maneira bastante específica, que se traduz nos mais altos graus de vulnerabilidade social dentre os habitantes da cidade ou da metrópole (excetuando os moradores de rua). Essa vulnerabilidade, entretanto, não representa, para nós, exclusão nem marginalização, mas integração subordinada e precarizada no próprio circuito inferior da economia

2. Essa dimensão concorrencial ou competitiva gera muitas vezes conflitos, por exemplo, entre comerciantes e vendedores ambulantes, sobretudo em áreas ou centros comerciais da cidade.

urbana. Como veremos neste capítulo a partir de duas experiências de ocupação na metrópole de São Paulo, uma na área central e outra na periferia, diversas manifestações relativas à problemática do trabalho, da geração de renda e à mobilidade urbana, entre outras, revelam de qual maneira esses grupos sociais permanecem de diversos modos vinculados ao cotidiano da cidade, a seus processos de produção e reprodução. Antes disso, entretanto, acreditamos que seja necessário problematizar o próprio conceito de ocupação, dada não apenas sua especificidade no contexto do circuito inferior da economia urbana, como também sua significação política no debate atual sobre o “direito à cidade”.

Ocupações urbanas

No seu texto-manifesto “Por que Ocupamos?” (2012), Guilherme Boulos parte da seguinte constatação: “são 6.273.000 famílias que não têm casa no país. Problema muito grave, principalmente quando a mesma pesquisa nos mostra que existem 7.351.000 de imóveis vazios, sendo que 85% deles teriam condições de serem imediatamente ocupados por moradores. Ou seja, há mais casa sem gente do que gente sem casa. Em tese, nenhum imóvel precisaria ser construído para resolver o problema habitacional do Brasil” (p. 17). Embora exija algumas ponderações, essa evidência factual já é suficiente para revelar que existe uma séria “distorção” social no sistema de provisão de habitação ou de acesso à moradia no Brasil³ E mesmo quando consideradas as condições de habitação das famílias pobres, afirma o autor, comprovaremos, em muitos casos,

3. Em ocasião do debate presidencial de 2018, Boulos foi questionado sobre se esses números representam de fato a realidade. Por um lado, porque entre as tais 6,2 milhões de famílias “sem casa” existiriam situações das mais diversas, não implicando que as mesmas estejam necessariamente em situação de rua – de acordo com Rodrigues e Góes (2018), por exemplo, cerca de 50% desse déficit corresponderia ao ônus excessivo do aluguel. Por outro, é bastante difícil estabelecer as reais condições de habitabilidade do número de imóveis vazios ou mesmo a sua situação jurídica. De todas maneiras, dificilmente o déficit habitacional brasileiro não corresponda com o nível de desigualdade social que lhe é próprio.

alto grau de densidade e superlotação (como no caso dos cortiços). Essa situação no mínimo injusta, enfim, não justificaria as ocupações em si, mas sem dúvida as legítimas.

Mas, o que seriam exatamente “ocupações”? O próprio Boulos nos convida a pensar nas “ocupações” no que elas se diferenciam das “invasões”. Enquanto essas últimas estariam referidas ao longo processo de apropriação indevida e ilegal de terras públicas por parte das elites e oportunistas para especulação ou acumulação de patrimônio privado, as primeiras têm claramente uma função social e são guiadas pela necessidade das pessoas mais vulneráveis, porém não conformadas, de ter um lugar onde morar. Nas palavras do autor: “[Ocupação] é retomar a terra dos invasores, para que possa ser utilizada em favor da maioria, dos trabalhadores. É transformar uma área vazia, que só serve para a especulação e lucro de empresários, em moradia digna para quem precisa” (p. 44). Uma área vazia ou um prédio desocupado, evidentemente. Em geral, áreas vazias são ocupadas nas periferias e prédios desocupados nas áreas centrais.

Por fim, uma terceira linha de argumentação no texto nos conduz à pergunta, “Moradia: Direito ou Mercadoria?” Se for tratada como um direito, afirma o autor, corresponderia ao Estado garantir o acesso à moradia, assim como aos outros direitos sociais, tais como saúde e educação. O problema é que a universalização desses direitos esbarra sistematicamente no interesse do mercado e na forma mercadoriana, que, mesmo sem recusar à necessidade de tornar abrangente o acesso a esses direitos, estabelece um único critério por meio do qual os mesmos podem se materializar: pagando por eles – no caso da habitação, o meio da propriedade ou do aluguel. Assim, afirma Boulos, há uma contradição insolúvel entre a moradia como “valor de uso” e a moradia como “valor de troca”. Enquanto “valor de uso” a moradia serve a sua função precípua de dar alojamento, de abrigar as pessoas (ou os cidadãos) e dar a elas privacidade; enquanto “valor de troca” a moradia privilegia o mercado, ou seja, serve primeiro aos critérios

de acumulação de capital. Isso explicaria, em boa medida, as “distorções” indicadas no início desta seção⁴.

As ocupações não têm apenas a finalidade da habitação, mas também da inserção na cidade, na vida produtiva da cidade. Retomamos aqui a conceituação de Milton Santos. Por um lado, existe o fator localização, embora não existam muitas possibilidades de escolha. As ocupações são alternativas bastante aleatórias, dependendo das oportunidades e da capacidade de organização das pessoas – mas nem por isso deixam de estar territorializadas. Por outro lado, há o tipo de inserção econômica nos circuitos produtivos da cidade, que também depende da localização. Vinculando o circuito inferior à pobreza urbana, Santos afirma: “o circuito inferior é formado de atividades de pequena escala, servindo, principalmente, à população pobre; ao contrário do que ocorre no circuito superior, essas atividades estão profundamente implantadas dentro da cidade, usufruindo de um relacionamento privilegiado com sua região” (2009, p. 43). Vale destacar que, para Milton Santos, “pobreza urbana” é uma categoria de difícil apreensão uma vez que comporta elementos quantitativos e qualitativos na sua definição. Contudo, a mesma se revelaria nas dificuldades, carências ou falta de oportunidades de uma parte da população para alcançar uma melhor qualidade de vida de acordo com os padrões da sociedade da qual faz parte.

Evidentemente, as condições de pobreza são bastante diferenciadas, comportando situações de restrições extremas, como no caso dos grupos sociais em situação de miséria. Por outro lado, também existem condições de pobreza entre trabalhadores urbanos mais ou menos estabelecidos, inclusive, com moradia própria em áreas periféricas da cidade (ou pagando alugueis nas áreas centrais). O que interessa destacar, entretanto, são os princípios ativos por meio dos quais os pobres nas periferias procuram contornar esses constrangimentos, isto é, as estratégias de

4. Existe uma vasta literatura que tenta explicar essa ordem de problemas. As mais conhecidas embasam seu argumento seja no secular processo de exclusão que caracteriza a formação da sociedade brasileira, seja nas particularidades do funcionamento do capitalismo nas economias periféricas, da qual o Brasil faz parte.

inserção no cotidiano da cidade, ainda que de forma subordinada, que eles mesmos almejam e organizam. O fato deles poderem objetivar sua condição e encontrar meios de corresponder a essas estratégias, assim como de poder contabilizar recursos econômicos (renda) e parametrizar suas possibilidades (mesmo reconhecendo que, em muitos casos, é completamente insuficiente) indica a existência dessa disposição ativa. Nesse sentido, o circuito inferior da economia urbana seria o âmbito no qual (e por meio do qual) essas estratégias de inserção se tornam possíveis.

É importante frisar que o destaque dos princípios ativos é uma opção metodológica que não cancela nem o sofrimento nem as formas de exploração e de violência a que são submetidos os pobres em geral, e os das periferias urbanas brasileiras em particular. Como inúmeros autores têm mostrado e narrado, as condições de vida dos pobres são penosas, exigindo a maioria das vezes esforços hercúleos para sustentar patamares de consumo (em sentido amplo) já em si extremamente baixos. Isso sem considerar o grau de vulnerabilidade social derivado da falta de políticas públicas abrangentes nos sistemas de proteção da saúde, da assistência e da educação, entre outros; e sem considerar também o massacre sistemático dos jovens negros vítimas da violência de Estado, e as formas de violência de gênero que atravessam as relações sociais da sociedade como um todo. A questão é que, mesmo nessas circunstâncias, há a insistente recusa do controle por parte dos pobres e das periferias (SILVA e CORSINI, 2015).

Feita essa pequena, porém necessária, digressão, cabe agora perguntar-se sobre a especificidade das ocupações urbanas. Abordamos acima que as mesmas fazem parte das periferias metropolitanas de uma maneira bastante particular, que se traduz em altos graus de vulnerabilidade social dentre os habitantes da cidade, mas que essa vulnerabilidade não representa exclusão nem marginalização, mas inserção subordinada e precarizada no circuito inferior da economia urbana. Trata-se, na verdade, de um duplo processo de subalternização: por um lado, pelas características de inserção nesse circuito; pelo outro, pelo fato de ter

que lidar, simultaneamente, com a insegurança da moradia, na medida em que a ocupação representa um ato ilegal (embora legítimo nas circunstâncias indicadas inicialmente nesta seção) praticado contra a propriedade, privada ou pública. Assim, uma primeira especificidade das ocupações urbanas diz respeito a esse duplo mecanismo de precarização desses grupos sociais na inserção produtiva na cidade.

Uma segunda especificidade é a relação ambivalente que os participantes das ocupações mantêm com o restante dos setores populares urbanos, principalmente com os trabalhadores que adquiriram seus lotes por meio da compra – com todas as ambiguidades que o sentido de “compra” possa ter⁵. Para esses últimos, com efeito, as ocupações representam ou bem uma injustiça, na medida em que eles teriam feito um esforço monetário ou pagamento pela propriedade da habitação; ou bem uma ameaça, mesmo que simbólica, à propriedade privada conseguida com tanto sacrifício, e que as ocupações, como dissemos, não estão dispostas a respeitar. É claro que essa animosidade não fica sempre explicitada, nem chega a constituir situações de conflito na maioria dos casos. Contudo, quando essa tensão se torna manifesta, os proprietários agem negando qualquer tipo de solidariedade para com os novos vizinhos⁶.

Uma terceira e última especificidade remete ao tipo de inserção na cidade. Assim como os migrantes indocumentados nos países centrais, os integrantes das ocupações não têm um domicílio legal reconhecido, o que, como sabemos, é uma das exigências para aceder à maioria dos benefícios sociais e econômicos da vida urbana (i.e., trabalho formal, educação, saúde, conta bancária, crediário, cartão de crédito, TV a cabo etc.). Há, portanto, uma barreira de entrada às condições de cidadania que possibilitam

5. De acordo com Holston (2013), em grande parte dos casos o pagamento não supõe uma transação clara e efetiva, através da qual o comprador obtém o título da propriedade do imóvel nos tempos e forma da lei – pelo contrário, se inicia com o pagamento uma longa luta jurídica pela obtenção do título.

6. A questão da estigmatização é também um fator importante nesse estranhamento, sobretudo quando associado à supostas práticas de criminalidade, violência e/ou dificuldades de convivência.

uma inserção mais eficaz no circuito inferior da economia urbana, obrigando os trabalhadores das ocupações a permanecerem, na sua maior parte, na informalidade. Como veremos, entretanto, isso não significa que os mesmos não desenvolvam estratégias de composição de renda, nem que fiquem passivamente à espera de ofertas de trabalho formal. Como afirma o próprio Milton Santos (2008), tratar-se-ia de um mundo bastante complexo e original caracterizado por uma grande dose de esperteza, habilidade e oportunismo, no qual se misturam emprego e desemprego, atividades informais, bicos, serviços pessoais e ocupações variadas (a maioria de baixa qualificação), todas elas integradas à economia da cidade.

Por último, antes de passar aos casos destacados neste capítulo, é importante salientar o fato de que as ocupações em São Paulo começaram nas periferias, sob a forma das favelas, na década de '40 (PASTERNAK *apud* KOWARICK, 2009, p. 226), e depois, mais recentemente, passaram para o centro da cidade, por meio das ocupações de terrenos e prédios vazios. A partir da década de '80 as ocupações passam a ter um grau de organização maior, em consonância com o fortalecimento dos movimentos por moradia em todo o país (KOWARICK e BONDUKI, 1994). No caso específico da cidade de São Paulo, as ocupações organizadas na periferia tiveram início da década de '80 em vastos terrenos reunindo milhares de famílias e, apesar da impossibilidade de manter as ocupações ativas, permitiu que os movimentos fortalecessem a pressão sobre o poder público para construção de moradias de interesse social na zona leste. Após mais de uma década de ações nas periferias, o final dos anos '90 marcou o início das ocupações no centro de São Paulo, articuladas, principalmente, pelos movimentos dos encortiçados, obtendo vitórias junto ao poder público e mobilizando para o surgimento de novas iniciativas entre 1997 e 2002, de forma que a influência política dos movimentos se desse por meio do número de ocupações realizadas. Entre 1997 e 2007 foram realizadas 81 ocupações organizadas na capital (NEUHOLD, 2009), fazendo com que os movimentos de moradia se tornassem protagonistas na articulação em prol da moradia digna para pessoas de baixa renda na região central.

Por dentro das ocupações: os casos de Caguassú Leste e Mauá⁷

Trataremos aqui da análise comparativa de duas ocupações localizadas em São Paulo a partir de diferentes aspectos da vida cotidiana nesses lugares, tais como trabalho formal e informal, renda, mobilidade, escolaridade e inserção econômica e social. Inicialmente, cabe a realização de uma retrospectiva sobre os movimentos responsáveis por cada uma das ações aqui estudadas. A ocupação Caguassú Leste é articulada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), fundado em 2000 a partir de uma ruptura com o Fórum de Cortiços. Já a ocupação Mauá é organizada pelo Movimento por Moradia na Luta por Justiça (MMLJ), uma dissidência do MSTC que ocorreu em 2010 visando à difusão das causas propostas. Os dois movimentos articulam-se sob a filosofia de “ocupar para morar”, fazendo com que a organização da ocupação seja tão importante quanto o ato de ocupar em si, devido às famílias mobilizadas não terem outras perspectivas de moradia caso haja o despejo ou insucesso da ação.

Constata-se, portanto, que nas ocupações estudadas essa modalidade de moradia ilegal, ainda que legítima, consiste nas escassas opções de moradia às famílias, aumentando a vulnerabilidade social e econômica dos moradores, visto que a incerteza é um aspecto constante no cotidiano. Essa insegurança é reforçada devido à característica de integração subordinada e precarizada no circuito inferior da economia urbana, principalmente na ocupação periférica, como indicam os dados que serão apresentados posteriormente.

Para iniciar uma análise do perfil dos moradores das ocupações, cabe destacar alguns aspectos da constituição desses territórios. A Ocupação Caguassú Leste foi iniciada em 2015 em um terreno de 28,8 mil m² na zona leste de São Paulo, distrito de Itaquera e abriga aproximadamente 200 famílias em lotes de 5x15m², sendo necessária a construção da própria moradia, seja de madeira, alvenaria ou outros materiais. A

7. Os dados apresentados nesse trabalho foram coletados no âmbito da pesquisa para dissertação de mestrado de Iara Schiavi (2018).

Ocupação Mauá⁸ é mais antiga, data de 2007 e reúne 237 famílias em apartamentos de 2x2m² ou 2x3m² na região central de São Paulo, na Luz. Nos dois locais foram aplicados questionários, em fevereiro de 2018, correspondendo a cerca de 15% do total de famílias, resultando em 30 questionários na Ocupação Caguassú Leste e 36 na Ocupação Mauá.

Destaca-se primeiramente o perfil sociodemográfico dos moradores entrevistados. Na ocupação central as mulheres correspondiam a 77,8% do total da amostra. Já a autodeclaração demonstrou que 55,6% dos entrevistados se autodeclararam pardos, 27,8% brancos, 13,9% negros e 2,8% não quiseram declarar. Os migrantes (brasileiros vindos de fora de São Paulo) correspondem a 81% dos moradores da ocupação, sendo o período de migração o seguinte: 24% até 1989; 17% entre 1990 e 1999; 38% entre 2000 e 2009; e 21% pós-2010. Entre os entrevistados, 58% afirmaram morar em uma ocupação devido ao valor do aluguel, 19% moravam anteriormente em outra ocupação do movimento e 11% foram despejados.

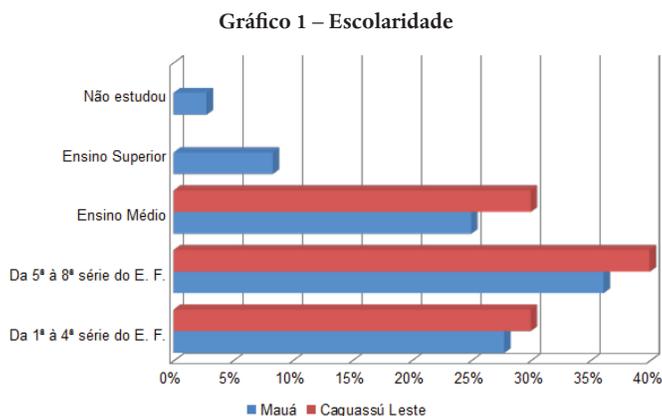
Na ocupação Caguassú Leste as mulheres correspondem a 66,7% do total. Na autodeclaração, 60% se declararam pardos, 23,3% brancos, 13,3% pretos e um indígena. Aqui os migrantes correspondiam a 60% dos moradores, sendo de fluxos migratórios mais recentes do que no centro: 22% até 1989; 17% entre 1990 e 1999; 22% entre 2000 e 2009; e 39% pós-2010. Entre as motivações para morar em uma ocupação 87% destacaram o valor do aluguel. A seguir concentraremos a nossa análise nas seguintes dimensões: Escolaridade, Ocupação, Renda e Mobilidade.

Escolaridade

A escolaridade é um fator determinante no entendimento do perfil sociodemográfico dos moradores das ocupações. Observa-se, em geral, uma baixa escolaridade formal nas duas ocupações, com ensino

8. O prédio foi comprado por R\$ 21 milhões pela Prefeitura de São Paulo em dezembro de 2017 e será destinado à Habitação de Interesse Social (HIS). No processo, cerca de 80 famílias deverão ser realocadas em outras ocupações do movimento.

fundamental completo ou incompleto para 64% dos casos na Ocupação Mauá e 70% na Caguassú Leste. O ensino médio completo é visto em 25% dos moradores da Ocupação Mauá e 30% na Caguassú Leste. Entretanto, essa última não teve nenhum entrevistado com ensino superior, enquanto na ocupação central 8% relataram essa escolaridade.



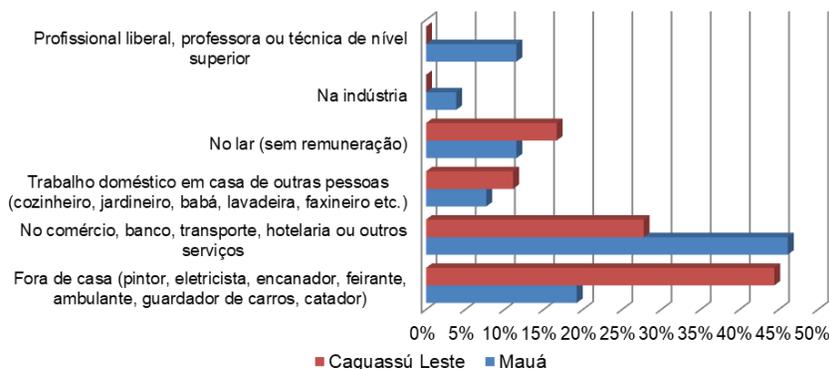
Apesar da baixa escolaridade, muitos moradores retomaram o estudo posteriormente. Na ocupação Mauá 28% dos moradores voltaram a estudar enquanto na Caguassú Leste essa porcentagem foi de 47%. Na ocupação Mauá 55% retomaram o estudo no Ensino Fundamental, 18% no Ensino Médio, por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e 27% no Ensino Superior. Já na Caguassú Leste 50% retomaram o estudo no Ensino Fundamental, 36% no Ensino Médio - EJA e 14% no Ensino Superior.

Ocupação (atividades laborais exercidas)

Com relação às atividades laborais exercidas, observa-se que na Ocupação Mauá os moradores têm mais ocupações, sendo que 53% trabalham, 8% trabalham e estudam e 31% são aposentados. No caso da Ocupação Caguassú Leste, 47% “só trabalha”, enquanto 43% “não exerce nenhuma dessas atividades”.

Entre esses trabalhos exercidos em cada ocupação, verifica-se que os moradores da região central exercem atividades mais formais e, na ocupação da periferia, predominam atividades informais e autônomas. O questionário abordou áreas como atuação na “indústria”, “comércio, banco, transporte, hotelaria ou outros serviços”, “na construção civil”; “como funcionário do governo federal, estadual ou municipal”; “trabalho em minha casa (costura, aulas particulares, cozinha, artesanato, carpintaria etc.)”; e “na agricultura, no campo ou na pesca”. Assim sendo, na Mauá, 46% das atividades consistem em comércio e serviços em geral, e mais 19% na opção “fora de casa”, que inclui ambulante, catador de reciclagem, feirante e outros. Em contraste, esta última se destaca na Caguassú Leste, onde 44% dos entrevistados a exercem, enquanto para “comércio e serviços” a porcentagem é de 28%.

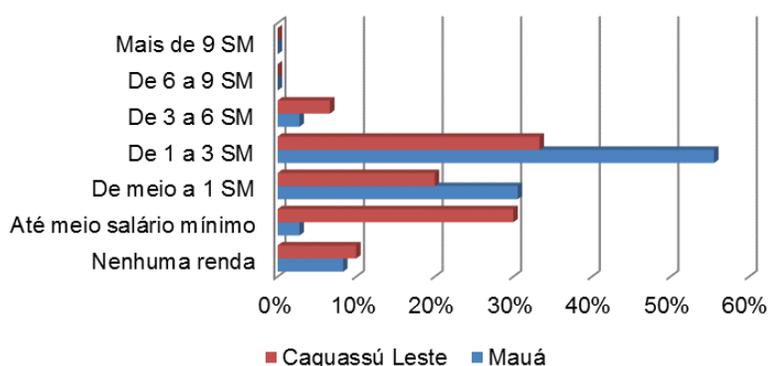
Gráfico 2 – Setor no qual trabalha



A questão da geração de renda é um dos aspectos mais expressivos da vida nas ocupações urbanas. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ser destacado refere-se à volatilidade da renda: na Ocupação Mauá, 47% das famílias contam com ao menos um morador com renda fixa mensal; 42% não possuem nenhuma pessoa com renda fixa e em 11%

há entre duas e três pessoas com renda fixa. Na Ocupação Caguassú a problemática é mais premente com 63% das famílias sem nenhum integrante com renda fixa, 33% com apenas um e 3% de duas a três pessoas. A incerteza, portanto, impede o compromisso em relações monetárias fixas para manter a moradia, seja o aluguel ou um financiamento. O volume da renda também se apresenta como um fator limitante.

Gráfico 3 – Renda familiar⁹



Observa-se que a ocupação central, além de menor volatilidade da renda, também apresenta uma renda familiar média mais significativa. A maior segurança financeira no centro é reforçada por outros dados, como a maior incidência de pessoas com a Carteira de Trabalho da Previdência Social (CTPS) assinada, que é um critério usado para distinguir entre o que é classificado como trabalho formal ou informal. Na ocupação Mauá, dos 64% dos entrevistados que trabalhavam, 43% tinham registro na CTPS; já na periferia, dos 50% que trabalhavam, apenas 33% tinham a CTPS registrada. Como visto anteriormente, o território também influencia o setor de trabalho dos moradores, já que no centro predomina o setor de comércio e

9. Referente ao ano de 2018, quando o salário mínimo correspondia ao valor de R\$ 954,00.

serviços, enquanto na periferia se destacam atividades como ambulante, catador de reciclagem, feirantes e outro.

A condição de vulnerabilidade financeira instiga ainda a investigação sobre o acesso aos programas de transferência de renda para essas famílias. No momento da aplicação do questionário, 72% das famílias da Ocupação Mauá e 63% na Caguassú Leste não recebiam nenhum benefício e 28% na Mauá e 37% na Caguassú participavam do Programa Bolsa Família. Na ocupação periférica, o benefício impactava principalmente junto às famílias mais vulneráveis, sendo 18% para famílias sem nenhuma outra fonte de renda e 73% para aquelas até meio salário mínimo. No centro, o perfil das famílias que recebiam o benefício era distinto, sendo 40% com renda entre meio e um salário mínimo, 50% com renda entre 1 e 3 salários mínimos e 10% com renda entre 3 e 6 salários mínimos. A partir da correspondência entre renda e integrantes da família, constatou-se que 55% das famílias que recebiam o Bolsa Família na Ocupação Caguassú Leste podiam ser consideradas em situação de pobreza extrema, ou seja, viviam com menos de US\$ 1,90 *per capita* ao dia.

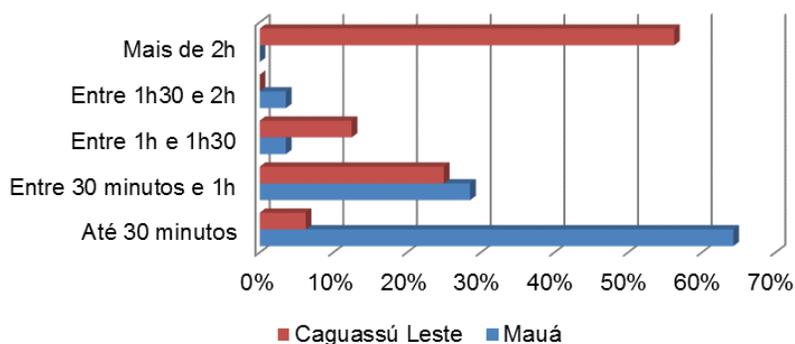
Mobilidade

A localização é um fator determinante nas condições da vida cotidiana que são possíveis às famílias que moram nas ocupações. O território determina aspectos essenciais da vida familiar, como a renda, a segurança financeira, a possibilidade de incorporação no mercado de trabalho formal, o tempo despendido no transporte e o gasto com o mesmo, a segurança e também a capacidade das famílias ter as necessidades básicas atendidas localmente. Em geral, a literatura já indica que há um maior tempo de deslocamento com transporte nas periferias urbanas. No caso das ocupações analisadas essa tendência se repete. Na ocupação Caguassú Leste, 47% dos moradores afirmaram não se locomover com frequência¹⁰, índice 25%

10. Para Santos (2011) a própria imobilidade representa um aspecto que intensifica as desigualdades, pois, pela ausência de recursos, o cidadão é condenado a ficar “preso” a um determinado território desprovido de serviços.

maior que na Ocupação Mauá. Dessa forma, o tempo de deslocamento considerando as pessoas que se deslocam com frequência foi o seguinte:

Gráfico 4 – Tempo médio de deslocamento



Já no que se refere ao tipo de transporte, os moradores da periferia relataram 50% do transporte via ônibus, 33% a pé e 10% de carro. No centro, 61% do deslocamento é realizado a pé, 19% de ônibus e 17% de metrô. Esses fatores refletem nos gastos das famílias com deslocamento, de forma que os moradores da periferia tendem a gastar mais com transporte: 33% gastam mais de R\$ 200 reais por mês; 17% afirmaram não ter gastos com transporte; 10% gastam entre R\$ 151 e R\$ 200 reais e as opções até R\$ 50 reais, de R\$ 51 a R\$ 100 reais e de R\$ 101 a R\$ 150 reais ficaram com 13% cada. No centro, 39% afirmaram ter gastos de até R\$ 50 reais por mês; 25% não têm nenhum gasto com transporte; 14% gastam entre R\$ 151 e R\$ 200 reais; 11% mais de R\$ 200 reais; 8% de R\$ 51 a R\$ 100 reais e 3% de R\$ 101 a R\$ 150 reais.

Também contemplando a questão do transporte público foi perguntado aos moradores a percepção sobre facilidade de acesso. No centro, a avaliação de 86% dos entrevistados foi de “ótimo” para o acesso ao metrô e terminal de ônibus; e 83% de “ótimo” para acesso ao transporte público em geral. Na periferia, por sua vez, as opiniões foram mais divididas. No que se refere ao acesso a metrô e terminal de ônibus as

opções “regular” e “ruim” empatam com 27%, seguida de “péssimo” com 20%, “bom” com 17% e “ótimo” com 10%. No tópico transporte público predomina a opção “bom” com 33%, seguida de “regular” com 30%, “ótimo” com 20%, “ruim” e “péssimo” somam 14%. Verifica-se assim que a periferia, além de uma renda menor e mais volátil que o centro, apresenta limitações e problemáticas relacionadas ao transporte, tanto devido ao maior custo e tempo de deslocamento, como também com um acesso mais precário aos diferentes tipos de transporte público.

Conclusões

Podemos finalizar este artigo retomando a nossa perspectiva do circuito inferior da economia urbana proposto por Milton Santos à luz dos dois casos analisados. A primeira observação que pode ser feita é a respeito das suas diferenças, que colocam em relevo a heterogeneidade que caracteriza as ocupações. É factível supor que um terceiro caso teria trazido ainda outros elementos de diferenciação em torno das especificidades das ocupações. Evidentemente, a localização é um dos fatores que se destacam por causa das implicações sobre as alternativas de acesso aos diferentes territórios da cidade e aos seus recursos. Como o próprio Milton Santos expõe em diversas passagens da sua obra, o espaço não é neutro, sendo permanentemente capturado pela mesma lógica que comanda as relações sociais e estrutura as relações de poder. Outro elemento diferenciador é o tipo de ocupação, isto é, se se trata de ocupação de prédios em áreas consolidadas ou de terrenos em áreas periféricas, como é o caso dos dois exemplos considerados neste trabalho. Contudo, apesar dos diferenciais, dos quais os dois anteriores são os mais evidentes, os outros podem ser considerados relativamente aleatórios, podendo ser encontradas sob parâmetros similares nas diversas ocupações – e isso nos permite, nesta conclusão, avançar sobre os elementos que as mesmas possam ter em comum.

A primeira consideração a ser feita nesse sentido, é a respeito da vulnerabilidade social que caracteriza ambas as ocupações de acordo com os respondentes do questionário: baixo nível de escolaridade, “volatilidade” da renda, restrições de deslocamento, dificuldade de acesso à serviços, condições de habitação etc. A insegurança da posse também é um fator condicionante das capacidades e do modo em que esses grupos sociais serão integrados aos circuitos inferior e superior da economia urbana – a rigor, como dissemos, todos pertencem ao circuito inferior. Nesse sentido, trabalhos tais como costura, cozinha, artesanato, carpintaria, ambulante, pedreiro, catador de reciclagem, feirante e outros, aparecem como os mais destacados – aqui temos diferenças importantes entre as ocupações centrais e periféricas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de atividades formais ou com carteira assinada. Por fim, na superposição entre circuito inferior e periferia, o que podemos constatar é a predominância de atividades informais e/ou autônomas. No caso da ocupação Caguassú Leste, como vimos anteriormente, constata-se que o trabalho exercido fora de casa é realizado em tarefas de baixo nível de qualificação e alto grau de precariedade.

Quando passamos à consideração da renda, constatamos novamente as dificuldades. Por um lado, temos o problema da volatilidade da renda, isto é, as poucas pessoas com renda fixa em ambas as ocupações (em Caguassú o percentual de famílias sem nenhum integrante com renda fixa é de 63%). Por outro lado, em menos de 10% dos casos a renda familiar supera os três salários mínimos em ambas as ocupações, mas destaca-se que a faixa de 1 a 3 salários mínimos ultrapassa 50% dos entrevistados na ocupação Mauá. Contudo, o percentual de famílias sem nenhuma renda também é baixo: menos de 10% em ambas ocupações. Dizíamos no início deste capítulo que, mesmo nessas condições de precariedade (ou precarização), existe uma disposição ativa entre os sujeitos ou atores do circuito inferior da economia urbana que se manifesta na produção de estratégias de inserção almejando a identificação de oportunidades de trabalho e a geração de renda. Para isso, a objetivação da “condição

urbana” é fundamental e, nesse sentido, a percepção sobre as condições de mobilidade urbana (em termos de tempo de deslocamento e disponibilidade de transporte público), deve ser lida mais como uma demanda de melhorias do que apenas como uma constatação das dificuldades. Em suma, para os moradores das ocupações a mobilidade se relaciona diretamente com as oportunidades de inserção produtiva.

Mesmo reconhecendo seu caráter dependente do circuito superior, Milton Santos destaca o dinamismo do circuito inferior (SANTOS, 2009). O problema residiria no fato de que quanto mais dinâmico (ou resiliente) é esse circuito, mais valor é retirado do mesmo. Em outras palavras, as pessoas não vivem em condições de vulnerabilidade por algum tipo de incapacidade individual, mas porque são permanentemente expropriadas a partir do lugar que ocupam na hierarquia dos circuitos de acumulação – no caso das ocupações, como dissemos, o grau de vulnerabilidade social é ainda maior. Nesse sentido, poderíamos afirmar que a luta pela moradia e pelo direito à cidade é uma condição necessária, porém não suficiente, no caminho da emancipação. Os perversos mecanismos que subordinam parte do trabalho social confinando-o no circuito inferior da economia urbana, têm que ser identificados e desmontados, e isso só será possível levando-se em conta as lutas e reivindicações dos próprios atores do drama. Como assinala Sônia, moradora da ocupação Mauá: “oportunidades existem, somente que mal distribuídas”.

Referências bibliográficas

- BOULOS, G. **Porque ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem teto. São Paulo: Scortecci, 2012.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.
- FLORIDA, R. **A ascensão da classe criativa e seu papel na transformação do trabalho, do lazer, da comunidade e do cotidiano**. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.

-----; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à re-democratização. In KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

NEUHOLD, Roberta. Os movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche. 2009. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

RIFKIN, J. **La era del acceso**. La revolución de la nueva economía. Buenos Aires: Paidós, 2000.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2009.

----- **O espaço dividido**. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHIAVI, Iara. Ocupações por moradia em São Paulo. A dicotomia centro-periferia. 2018. São Bernardo do Campo: UFABC (Dissertação de mestrado em Ciências Humanas e Sociais), 2018.

SILVA, G.; CORSINI, L. (org.). **Democracia X Regimes de pacificação**. A insistente recusa do controle exercido em nome da segurança. São Paulo: AnnaBlume, 2015.

7

PROTEÇÃO SOCIAL E MORADIA ADEQUADA: SENTIDOS DO ACOLHIMENTO EM REPÚBLICAS

Camila Nastari Fernandes

Dirce Harue Ueno Koga

Ricardo de Sousa Moretti

As pessoas que dormem em praças, em portas de imóveis lacrados, embaixo de marquises de edifícios e em tantos outros lugares pelas ruas das grandes cidades brasileiras, alertam diariamente sobre o desafio das políticas públicas para enfrentamento da questão habitacional. Diversos estudos técnicos e acadêmicos versam sobre o fenômeno da situação de rua no país, mas ainda são ínfimos os esforços para viabilizar alternativas de moradia para essa parcela da população. Objetiva-se aqui discutir o imbricamento entre dois direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, o direito à proteção social e o direito à moradia adequada, a partir da avaliação do serviço de acolhimento em república para adultos em situação de rua no município de São Paulo.

A situação de rua é um fenômeno (SILVA, 2006) de dimensões múltiplas, sociais e individuais, que tem aumentado de forma substancial nos anos recentes, especialmente na cidade de São Paulo (VARANDA e ADORNO, 2004; FIPE, 2010; FESPSP, 2012; FIPE, 2015). Pessoas nesta situação têm diferentes vínculos com as ruas e lugares públicos: com distintos graus de transitoriedade (ROSA, 2005), bem como de tempo de permanência, que pode ser circunstancial, estar na rua

recentemente e ser da rua de forma mais permanente (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1994).

Estudos demonstram e reforçam que as características desta população não se assemelham com o perfil comumente disseminado como o mendigo, o indigente, o pedinte e outros (BURSZTYN, 2003). Trata-se de um universo heterogêneo de pessoas, mas que têm em comum a condição de extrema pobreza, dos elos familiares e sociais fragilizados ou rompidos, da ausência de uma alternativa de moradia convencional, e que utilizam espaços públicos para se abrigarem ou serviços de acolhimento promovidos por entes governamentais e organizações sociais (BRASIL, 2009; SILVA, 2006).

Em São Paulo, o Censo de População em Situação de Rua mais recente promovido pela Prefeitura apresentou um agravamento intenso nos últimos resultados. Os dados apontam que no ano de 2019 foram identificadas 24.344 pessoas em situação de rua na cidade, em relação às 15.905 pessoas em 2015, o que representou um aumento de 53%. A metodologia utilizada nos Censos, identifica em separado o universo de pessoas nesta situação em dois grupos distintos de acordo com o local em que pernoitam: os que dormem nas ruas e os que dormem em centros de acolhida, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 - População em situação de Rua na cidade de São Paulo - 1991 a 2019

Ano	Na rua	(%)	Em centros de acolhida	(%)	Pessoas em situação de rua (Total)
1991 ⁽¹⁾	3.392	88%	460	12%	3.852
1994 ⁽¹⁾	2.800	63%	1.749	39%	4.449
1996 ⁽¹⁾	3.421	64%	1.913	36%	5.334
1998 ⁽¹⁾	3.037	47%	3.416	53%	6.453
2000 ⁽¹⁾	5.013	58%	3.693	42%	8.706
2003 ⁽¹⁾	4.208	40%	6.186	60%	10.394
2009 ⁽²⁾	6.587	48%	7.079	52%	13.666
2011 ⁽³⁾	6.765	47%	7.713	53%	14.478
2015 ⁽⁴⁾	7.335	46%	8.570	54%	15.905
2019 ⁽⁵⁾	12.651	52%	11.693	48%	24.344

Elaboração própria a partir das fontes: ¹VARANDA e ADORNO (2004) / ²FIPE (2010a) /

³FESPSP (2012) / ⁴FIPE (2015) / ⁵Instituto Qualitest (2019).

São Paulo é a cidade que apresenta o maior número de pessoas em situação de rua no país, e apresenta uma tendência de aumento frequente desde os primeiros diagnósticos, fato que independe da conjuntura socioeconômica local e nacional. Com o passar dos anos, especialmente após 2003, as pesquisas apontam um volume cada vez maior de pessoas em centros de acolhida, o que indica a necessidade de ampliação dos provimentos de proteção social e de moradia adequada.

Outro ponto relevante é que a maioria das pessoas em situação de rua, cerca de 70% (FIPE, 2015), está empregada informalmente ou trabalha por conta própria através de bicos. São pessoas trabalhadoras desempregadas que possuem profissão, determinada renda e algum grau de autonomia. O que reforça a constatação da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua: “os resultados sugerem um novo perfil de população em situação de rua: o trabalhador pobre sem uma moradia convencional.” (BRASIL, 2008b, p.10). São pessoas que possuem renda baixa e instável e, portanto, muito aquém do necessário para acessar um programa convencional de moradia popular e principalmente o mercado habitacional privado.

Se o aluguel é um comprometimento de renda inviável, o acesso a uma moradia própria é ainda mais complicado. O financiamento privado de imóveis exige comprovação de renda formal; a oferta pública, por sua vez, prescinde de comprovação de capacidade de endividamento (comprovação de renda), mas exige também outros elementos, basicamente associados à conformação familiar e origem territorial (ocupantes de assentamentos precários, de áreas de risco e/ou áreas de proteção permanentes, de cortiços). E, assim, a população em situação de rua fica excluída de todos estes pré-requisitos.

Entende-se que a noção de moradia vai além do acolhimento provisório, pois “não se limita a um local para dormir e permanecer durante o dia, ela é também essencial para organização da vida” (MNPR, 2012, p.10) e um ponto de partida essencial para acesso a outros direitos sociais. A moradia além de ser um direito universal

tem importância central para o gozo de todos os outros direitos econômicos, sociais e culturais.

A inexistência de moradia convencional regular não pode ser uma questão tratada isoladamente, e deve ser problematizada pela ótica dos direitos fundamentais e humanos. A questão que fica é como viabilizar moradia adequada para população em situação de rua? Qual o caminho de efetivação deste direito para pessoas nestas condições?

Um serviço que tem mostrado potencial, mas que pouco tem sido discutido pelas políticas públicas é um equipamento específico da rede de acolhimento da Assistência Social, chamado de “serviço de acolhimento em república para adultos”. Considerado como a porta de saída da rua, ele contribui para a garantia do direito à proteção social por meio da moradia adequada. Este artigo apresenta a análise sobre o serviço, baseado em pesquisa de mestrado desenvolvida na Pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC, no ano de 2013. Dentre as principais evidências verificadas, destaca-se que a oferta de vagas em repúblicas para adultos na cidade de São Paulo era residual diante da oferta de vagas em centros de acolhida (tradicionalis albergues), e esse quadro problemático ainda persiste hoje.

Os focos da política pública de atendimento à população de rua

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a ser reconhecida como uma das bases da tríade da Seguridade Social, composta em conjunto às políticas de Saúde e Previdência Social, e que instaura um “sistema de proteção social por meio do qual a sociedade proporcionaria a seus membros uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais” (JACCOUD, 2009, p.62). A inclusão da Assistência Social no tripé da Seguridade Social foi inovadora, pois, além de tornar-se responsabilidade do Estado e ser

concebida como política pública, também passou a desnaturalizar o princípio da subsidiariedade (SPOSATI, 2009, p.14).

Cinco anos mais tarde é que foi aprovada a Lei Federal nº 8.742/1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Definida como: “um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” da população nacional (BRASIL, 1993, Art. 1º), o objetivo da proteção social é peça-chave para compreender a construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e a implementação da rede de benefícios, serviços, programas e projetos que envolvem os três entes federativos (União, Estados e Municípios). Entretanto, foi somente com a alteração da LOAS, em 2005 (Lei Federal nº11.258/2005), que foi prevista a criação de programas de atenção da população em situação de rua.

Em 2008 foi publicada a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua que consolida os princípios e diretrizes norteadores da ação pública e conforma uma agenda das ações estratégicas nos diferentes eixos temáticos: direitos humanos, trabalho e emprego, desenvolvimento urbano e habitação, assistência social, educação, segurança alimentar e nutricional, saúde e cultura (BRASIL, 2008a). A partir desta normativa, no ano seguinte, em 2009, com a promulgação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais foram estabelecidos também os serviços especializados para a população em situação de rua, com objetivos principais de: possibilitar condições de acolhida, contribuir para a construção de novos projetos de vida, para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua, e promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária, consolidada através do Decreto Federal nº 7.053/2009.

No âmbito municipal, em São Paulo foi desenvolvido o Plano Municipal de Assistência Social – para os quadriênios de 2009-2012 e 2014-2017. De acordo com as orientações nacionais do SUAS, a estrutura

municipal de São Paulo é composta por um conjunto de programas e serviços e benefícios ofertados em consonância com os governos estadual e federal.

Embora os objetivos e as metas dos Planos de Assistência Social para São Paulo apresentem uma estrutura em consolidação para atendimento da população em situação de rua, há que se considerar a trajetória da política pública para a população em situação de rua na cidade.

As políticas públicas direcionadas para esta parcela da população surgiram com mais embasamento por volta dos anos 1990, em especial com a gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1993) que realizou o primeiro diagnóstico sobre o fenômeno para a área central da cidade de São Paulo. “Na ocasião, já se começava a reconhecer na rua um fenômeno coletivo e de massa” (DE LUCCA, 2008, p.208). Antes disso, o atendimento à população se caracterizava fortemente no âmbito da filantropia e em ações de distribuição de comida. No decorrer dos anos, as ações para o atendimento às pessoas em situação de rua ocorreram de forma pontual e desarticulada das demais políticas sociais. A principal peça desta complicada “aparelhagem técnico-institucional” (DE LUCCA, 2008, p.211) era os albergues, quase sempre caracterizados como locais de passagem e de curta estada. Marcados pela rotina institucional, o silêncio, rígidos horários, necessárias permissões de uso dos seus espaços, proibições entre outros regramentos (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1994) que materializam as condições de transitoriedade da estada.

Ainda que a rede socioassistencial tenha ampliado seu arcabouço técnico-normativo, os atendimentos à população em situação de rua são, até os dias de hoje, focados massivamente no acolhimento por meio de centros de acolhidas, comumente conhecidos como albergues. A relação dos serviços em São Paulo é distribuída conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Relação dos Serviços ofertados pela Rede de Centro de Acolhida - 2015

TIPO DE SERVIÇO	QUANTIDADE	VAGAS OFERTADAS
Abrigo Especial para Catadores	01	55
Centro de Acolhida I - 16 horas	09	1.292
Centro de Acolhida II - 24 horas	34	5.634
Centro de Acolhida Especial para Família, Mães, Idosos, Mulheres, Pessoas Convalescentes	14	1.469
Centro de Acolhida de Emergência	01	80
Projeto Família em Foco	03	160
Projeto Especial Autonomia em Foco	02	300
República para Adultos	08	190
TOTAL	72	9.180

Fonte: SMADS, Observatório de Políticas Sociais, In: FIPE, 2015.

Existiam à época 9.180 vagas na Rede de Centro de Acolhida no município de São Paulo. Em contrapartida, há apenas 190 vagas nos serviços de acolhimento em repúblicas para adultos na cidade. Este número permanece o mesmo desde o ano de 2013 em que se realizou a pesquisa e representa uma ínfima parcela, menos de 2% do número total de vagas da rede (FERNANDES, 2013, p.101).

O caso das repúblicas para população de rua em São Paulo

O serviço de acolhimento em república, objeto do trabalho em questão, trata-se de um serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada para adultos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, com vínculos familiares rompidos e sem condições de moradia e autossustentação. A descrição do serviço considera que a sua promoção deve proporcionar a “construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas” (BRASIL, 2009, p.38).

As repúblicas estão incluídas na lista dos serviços de acolhimento institucional previstos pela Tipificação Nacional no âmbito do SUAS, e todos referem-se à modalidade de Proteção Especial de Alta

Complexidade. Diferentemente do serviço de acolhimento convencional, as repúblicas possuem características mais próximas a uma residência, tendo um número menor de usuários (até vinte pessoas por casa), uma relação de permanência pouco mais flexível (seis meses a um ano) e independência nos horários de saídas e entradas da casa, considerando que o usuário possui uma chave individual. As repúblicas são consideradas a porta de saída para situação de rua, tendo como foco de atendimento pessoas nesta situação, mas que possuam grau de autonomia para trabalhar e participar das tarefas diárias da casa.

O histórico do serviço de repúblicas na cidade de São Paulo é anterior à normativa nacional. Em meados da década de 1990, logo após a aprovação nacional da LOAS, no ano de 1994 é proposto, pela então vereadora e professora Aldaíza Sposati, um Projeto de Lei (PL nº 207/1994) que visava dispor ao poder público municipal, a obrigatoriedade em prestar atendimento perene especificamente à população em situação de rua. Neste Projeto de Lei estavam previstos, ademais das diretrizes e princípios de ética de trabalho, a implantação e manutenção de serviços específicos. Entre eles, é pela primeira vez que se vê registrado em documentos legislativos a proposta da modalidade de acolhimento em moradia provisória, além dos já conhecidos albergues. Este PL é aprovado como Lei Municipal nº 12.316 em 1997, e regulamentado no Decreto Municipal nº 40.232 em 2001. O documento trazia parâmetros para efetivar a “instalação, com padrão de qualidade, de uma rede de serviços e programas de caráter público, voltados para a população de rua” (SÃO PAULO, 2001, Art. 2º), não se limitando à prestação de atendimentos pontuais ou emergenciais em épocas de baixas temperaturas, conforme os períodos anteriores. Nesta rede de serviços estava contida a provisão de Moradias Provisórias, enquanto um serviço que deveria ser realizado em conjunto pela Secretaria de Assistência Social e pela Secretaria de Habitação. Além desta inovação - que previa ineditamente uma articulação entre as duas pastas - também foi dado um maior detalhamento: à sua definição, à sua forma de operação, ao

seu acesso, à questão da manutenção, às responsabilidades das partes envolvidas no que viriam a ser as Moradias Provisórias.

Em 2001 havia quatro equipamentos de Moradias Provisórias em São Paulo, que tinham capacidade e atendiam 72 pessoas. No ano seguinte, com a ampliação da rede socioassistencial na cidade, o número de equipamentos sobe para oito Moradias Provisórias com capacidade para atender 197 pessoas (YAZBEK, 2004, p.34). Entre 2003 e 2004 havia nove serviços de Moradias Provisórias que tinham capacidade de atendimento para 328 pessoas. Entretanto, em 2006, este número decaiu para 190 vagas, em oito equipamentos, e permanece até 2015.

Este decréscimo do número de vagas em repúblicas é bastante curioso, considerando que os custos mensais de operação de uma vaga nas repúblicas chega a ser quase cinco vezes inferior aos dos centros de acolhida para adultos (FERNANDES, 2013, p. 123).

Análise do funcionamento do serviço de acolhimento em repúblicas na cidade de São Paulo

A análise foi estruturada a partir de três eixos metodológicos: i) trabalho de campo que contou com visitas e observações *in loco* das oito repúblicas; ii) entrevistas semiestruturadas com funcionários da Prefeitura, técnicos dos equipamentos e com ex-moradores de repúblicas; iii) compilação e processamento dos dados do Sistema de Informação da Situação de Rua – SISRUA, sobre os usuários das repúblicas, entre os anos de 2003-2013.

Os oito equipamentos existentes na cidade de São Paulo são operados por meio de convênios em regime de parceria, com três organizações sociais que possuem atuação conjunta à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em outros serviços da rede socioassistencial: Organização de Auxílio Fraternal – OAF, a Coordenadoria Regional de Obras de Promoção Humana – CROPH e a Associação de Auxílio Mútuo – APOIO. Oferecem no total 190 vagas, sendo 166 masculinas e 24 femininas.

Cada República atende a grupos de 15 a 20 pessoas e operam com a supervisão de um técnico que desenvolve a gestão coletiva da moradia em conjunto aos usuários. Diferentemente dos centros de acolhida tradicionais, funcionam de forma ininterrupta (24 horas e todos os dias da semana) em imóveis que podem ser cedidos, próprios da Organização Social ou alugados. Possuem quartos (compartilhados) com condições de repouso e privacidade, instalações sanitárias com espaço para banho e higiene pessoal, cozinha, espaço de estar e convívio, espaço para guarda dos pertences pessoais de forma individualizada, espaço para lavagem e secagem de roupas, iluminação e ventilação adequadas, com ambientes dotados de acessibilidade.

Além da segurança do abrigo, as repúblicas possibilitam um endereço de referência aos usuários, elemento físico e simbólico que se expressa através da chave da casa para as pessoas que moram nelas. Nesse sentido, é proporcionada autonomia de ir e vir, não somente em horários pré-estabelecidos. O endereço de referência é essencial também para a busca de oportunidades de emprego e educação. No caso das repúblicas da cidade de São Paulo, todas estão em localização com acesso amplo a redes de transportes e serviços públicos, e estão concentradas na área central (Sé, Liberdade, Santa Cecília, Bom Retiro) e nas regiões norte (Santana) e leste (Penha).

As dimensões concretas e físicas do serviço de acolhimento em Repúblicas aliam-se às dimensões sociais que são ofertadas por meio da gestão coletiva, do trabalho social e socioeducativo exercidos com apoio do profissional responsável. Com a função de “gerente de serviço”, os profissionais exercem múltiplas atividades que vão desde administração (prestação de contas, organização de recursos e materiais, coordenação de manutenção) à mediação de conflitos internos e orientações psicossociais.

O sistema de funcionamento se dá por meio de cogestão, e pressupõe a participação dos usuários e gerentes de serviços, como também a supervisão de técnicos da SMADS. O encaminhamento de novos

usuários é feito a partir de centros de referências de assistência social e especializados – CRAS e CREAS, de outros serviços da rede socioassistencial e, eventualmente, de demandas do Ministério Público.

Após a entrevista e acolhida inicial, o usuário é recepcionado na casa. Recebe as orientações do funcionamento da rotina, firma um termo de compromisso e é orientado sobre o regimento interno da república. Já no dia seguinte o usuário pode ter acesso ao serviço, lhe é recomendado que traga seus pertences pessoais, bem como materiais para higiene pessoal, roupas de cama, utensílios individuais de cozinha e alimentos.

Faz parte do regimento interno das repúblicas (específicos caso a caso) um compromisso do usuário em realizar uma contribuição mensal financeira para sua estada. Todos os usuários têm os custos cobertos pela prefeitura no que diz respeito às despesas coletivas (a própria gestão da república, concessionárias de água e luz e grandes itens de manutenção), e a contribuição mensal individualizada serve para arcar com a despesa das pequenas manutenções da casa (como itens de limpeza) e com o gás, entre outras particularidades. Em média, o valor desta contribuição girava em torno de R\$50,00 por pessoa/mês.

Como parte do trabalho social e socioeducativo é desenvolvido, desde o primeiro contato com o usuário, o Plano Individual de Atendimento – PIA, que compõe as atividades que apoiam a (re) construção de um projeto de vida autônomo, articuladas às orientações individuais e coletivas que ocorrem de maneira sistemática. São conversas de aconselhamento e baseadas na percepção dos técnicos sobre a rotina e desenvolvimento dos moradores na casa, focam nos encaminhamentos também à educação (escolas e equipamentos próximos), profissional (cursos de profissionalização, Centro de Apoio ao Trabalho – CAT), reorganização documental e financeira (orientação para retirada de RG, CPF e outros documentos), contatos pessoais e com familiares para resgate dos vínculos (com tentativas de reaproximação e reconexão). Além disso, as rotinas das casas possuem regras e tarefas compartilhadas que são acordadas em reuniões coletivas,

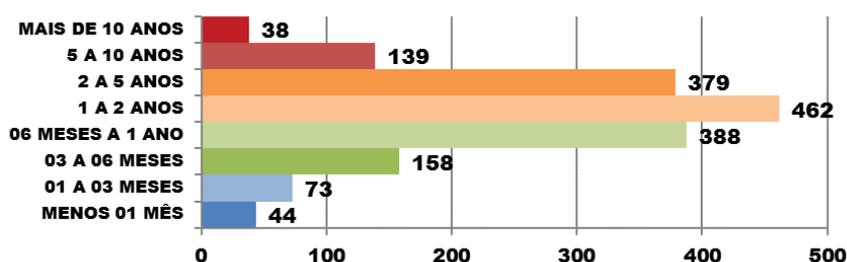
com caráter pedagógico, auxiliam nas vivências internas dos moradores, e buscam garantir espaço de participação.

Todos os usuários são cadastrados no Sistema de Informações da Situação de Rua – SISRU, criado em 2002 e utilizado por toda a rede socioassistencial no município de São Paulo. A partir do sistema foi possível “traçar o perfil básico do usuário do albergue e do funcionamento das instituições conveniadas” (REIS, 2008, p.66), pois a cada movimentação realiza-se a atualização deste usuário no sistema, permitindo a observação e acompanhamento.

Assim como nas pesquisas Censitárias sobre população em situação de rua, os dados do SISRU sobre as pessoas que passaram pelos serviços de Acolhimento em República na cidade demonstram que em sua maioria são: homens (88%), de meia idade (76% entre 30 e 59 anos), solteiros (75%), que recebem entre meio a dois salários mínimos (62%), por meio de serviços gerais e “bicos” (46%).

Sobre o tempo de permanência nas ruas, mais de um terço (39%) dos usuários está há menos de um ano e uma parcela pequena (10%) está há mais de cinco anos, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Distribuição relativa e absoluta dos usuários de repúblicas de São Paulo por tempo de permanência na rua – 2003 a 2013



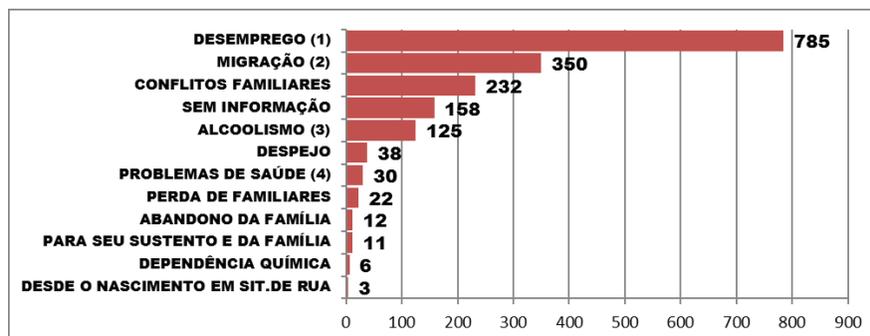
Fonte: elaboração FERNANDES (2013) a partir dos dados do SISRU/SMADS/PMSP

Os motivos que levaram as pessoas a procurar o serviço de acolhimento por república são diversos e geralmente mais que um. Embora

haja uma diversidade de situações individuais e sociais que levam as pessoas às ruas, e que as fazem procurar um serviço da rede socioassistencial para acolhimento, entre os principais motivos levantados pelos usuários no SISRUUA são: a falta de emprego (44%), seguido de migração (20%) e conflitos familiares (10%).

Outros motivos com proporções menores se apresentam, como: alcoolismo, despejo, problemas de saúde, perda de familiares, abandono, dependência química e, inclusive, pessoas que estão em situação de rua desde o nascimento. Todos estes juntos somados representam 14% das pessoas (excluindo deles o percentual de usuários que não possuem esta informação no sistema). O gráfico a seguir ilustra estas situações:

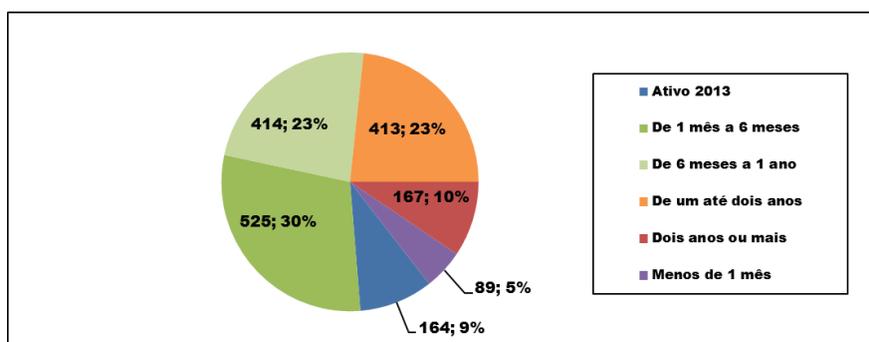
Gráfico 2 - Distribuição dos motivos que levaram os usuários a procurar o serviço de repúblicas em São Paulo – 2003 a 2013



Fonte: elaboração FERNANDES (2013) a partir dos dados do SISRUUA/SMADS/PMSP

Apesar da Tipificação Municipal dos Serviços Socioassistenciais preconizar que estes devem ter estada máxima de seis meses, renováveis por mais seis meses quando necessário (SÃO PAULO, 2010), é possível observar que ao longo dos dez anos de operação deste serviço na cidade de São Paulo, cerca de um terço (30%) de seus usuários utilizou a república por até seis meses e pouco menos de um terço (23%) utilizou seis meses a uno ano. Estes dois grupos somam cerca de metade (53%) de seus usuários que estiveram nas repúblicas por até um ano:

Gráfico 3 - Distribuição dos períodos de permanência dos usuários nas repúblicas de São Paulo – 2003 a 2013

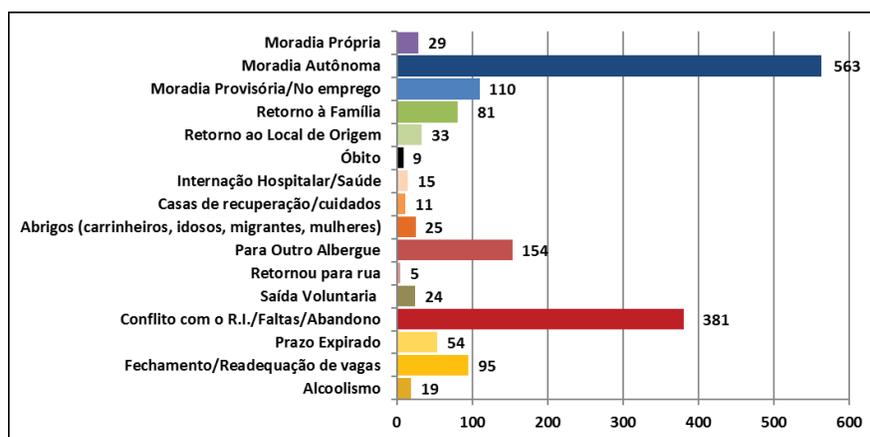


Fonte: elaboração FERNANDES (2013) a partir dos dados do SISRUA/SMADS/PMSP.

Existe um percentual considerável (23%) de pessoas que utilizaram o serviço por mais de um ano, e significativo (10%) de pessoas que estiveram por mais de dois anos no serviço. Cerca de um terço (33%), portanto, dos usuários permaneceu nas repúblicas por mais tempo do que define a tipificação. Além disso, vale ressaltar que poucos usuários (5%) ficam menos de um mês no serviço, o que pode demonstrar certa afinidade destas pessoas com o serviço de acolhimento oferecido.

Outra informação de bastante relevância para o trabalho, que diz respeito aos resultados do serviço de república na cidade de São Paulo, reside precisamente em quais os motivos de desligamento (destino após uso do serviço) destas pessoas usuárias, e como eles se distribuem em seus variados tipos. No gráfico a seguir – as cores frias representam a saída para autonomia e as cores quentes representam o retorno à rede socioassistencial/rua/outros. É possível perceber que cerca de um terço (32%) de seus usuários saem das repúblicas com destino a uma moradia autônoma:

Gráfico 4 – Distribuição dos motivos de desligamento dos usuários nas repúblicas de São Paulo – 2003 a 2013



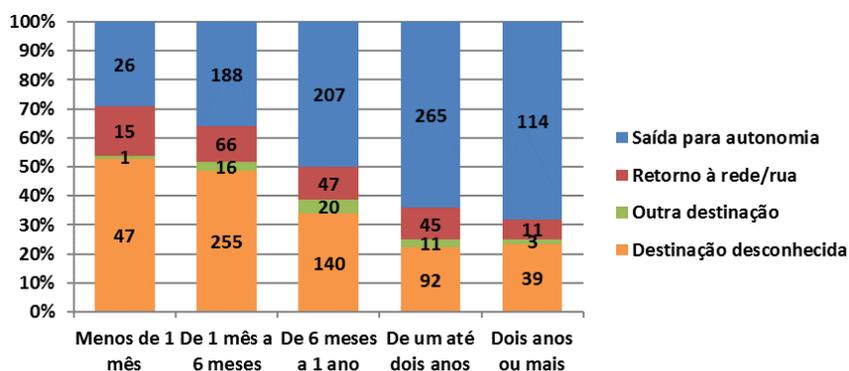
Fonte: elaboração FERNANDES (2013) a partir dos dados do SISRU/A/SMADS/PMSP.

Outra parte (22%) tem uma saída incerta, na qual não se registra o destino do usuário, mas apenas o motivo pelo qual foi desligado (conflitos com o regulamento interno, faltas e abandono do serviço). São diversos os motivos de desligamento dos usuários das repúblicas, tanto na saída para autonomia, quanto para o retorno à rede/rua. Porém, vale ressaltar que, se somados os resultados das pessoas que saíram para: moradia própria, moradia autônoma, moradia provisória/emprego, retorno à família e ao local de origem, tem-se cerca de metade de seus usuários (46%) que saem da república para uma realidade mais positiva, ainda que temporária, considerada como autonomia.

Os outros motivos de saída do serviço: alcoolismo, prazo expirado, conflito com o regulamento interno/faltas/abandono, saída voluntária, retornou para rua, para outro albergue, abrigos (carrinheiros, idosos, migrantes, mulheres), casas de recuperação/cuidados, internação hospitalar/saúde e óbito, quando somados totalizam pouco menos da metade (39%), excluindo destes a parcela significativa de motivo de saída por fechamento/readequação de vagas (5%).

Foram agrupados os motivos em quatro conjuntos de encaminhamentos das pessoas: saída para autonomia, retorno à rede/rua, outra destinação, destinação desconhecida. O gráfico a seguir deixa claro que quanto maior o tempo que o usuário permanece na república, maior é a proporção de saída para a autonomia. Bem como, quanto menor o tempo de permanência do usuário, maior a proporção de destinações desconhecidas dos mesmos:

Gráfico 5 – Incidência das condições de saída dos usuários pelo tempo de estada nas repúblicas de São Paulo– 2003 a 2013



Fonte: elaboração FERNANDES (2013) a partir dos dados do SISRUA/SMADS/PMSP.

Este resultado implica em considerar que o tempo de seis meses, renováveis quando for o caso por mais seis meses, estabelecido pela Tipificação Municipal de Serviços Socioassistenciais deve ser questionado e, eventualmente, revisto, na medida que a maior permanência tem apresentado resultados importantes para viabilizar a saída para autonomia destas pessoas.

A república, enquanto um serviço de acolhimento da rede socioassistencial, é ainda uma experiência realizada em pequena escala, tanto na cidade de São Paulo quanto no âmbito do SUAS em nível nacional. Durante as entrevistas realizadas com os gerentes destes serviços,

com os profissionais da Prefeitura de São Paulo e com as pessoas que tiveram em sua trajetória de vida a passagem por alguma república, perguntou-se a todos eles se consideravam a república uma forma de moradia adequada. Ainda que em caráter provisório, como uma moradia de transição entre a situação de rua e a possibilidade de uma moradia autônoma, as respostas obtidas nas conversas com os entrevistados foram unânimes: sim, a república é uma forma de moradia adequada.

Quando perguntados sobre o porquê desta afirmação, as respostas consideraram questões fundamentais, como: a importância desta forma de atendimento em relação aos centros de acolhidas (albergues); a centralidade do convívio com outras pessoas num formato residencial; a representação do retorno a um lar; a essencialidade de voltar a experimentar a privacidade, a liberdade e o local de referência (como endereço e também para organização pessoal). Conforme depoimentos a seguir:

Sim, é uma moradia adequada porque te obriga a ter dignidade (...) o espaço da república te possibilita sentar numa cama e ler um livro (...), de se organizar para pagar o aluguel e a comida (...), então, a dignidade vem da possibilidade que você tem ali, você começa a ter possibilidade de ser ou não ser alguma coisa (...) por escolha sua e não por escolha de outros. (Entrevistado do grupo de ex-usuários de repúblicas.)

Sim, é uma moradia adequada por ser uma porta de saída, aonde as pessoas já vêm encaminhadas de outros serviços, chegando aqui não terão o convívio com tantas pessoas como nos Centros de Acolhida (...). Aqui eles têm liberdade, companheirismo, menos conflito (...) é possível trabalhar a autonomia deles. (Gerente entrevistado)

Sim, é uma moradia adequada porque é uma casa, que poderia estar em melhores condições, mas que respeita o usuário como ser humano, pelo menos em intenção (...) para que a pessoa possa se reconhecer como pessoa, ter um local para descansar e repousar após o trabalho, possa cozinhar (...) inclusive pela tolerância à diversidade. (Gerente entrevistado)

Sim, é uma moradia adequada, pois eles experimentam o lar novamente. Dependendo do tempo que passam em centros de acolhida eles esquecem como era um lar (...) voltam a experimentar na república, mesmo sem a família, possuem certa privacidade e liberdade. (Gerente entrevistado)

Considerações finais

É possível afirmar que a república é um serviço de acolhimento potencial e essencial na trajetória da população em situação de rua, que busca retomar a autonomia, enquanto uma modalidade intermediária de atendimento entre os centros de acolhidas e formas de provisão habitacional mais definitiva. As repúblicas propiciam um conjunto de atributos basilares para que estas pessoas possam voltar a se organizar, seja a questão da referência de lugar, da confiança e da liberdade de ir e vir, ou do convívio interno na casa, da divisão de tarefas e, a partir disso, de processos de sociabilidade importantes, até mesmo na organização financeira e pessoal no que se refere à (re)construção dos projetos individuais de vida. Constitui uma etapa importante do processo de reconquista da autonomia, e deve merecer maior atenção por parte das políticas públicas nas três esferas de governo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília/DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24. dez, p16. 2009.

_____. Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 08 dez. 1993.

_____. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 46 p. 2004.

_____. Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2008a.

_____. Sumário Executivo: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 16 p. 2008b.

BURSZTYN, M. **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

DE LUCCA, D.R.C. Vidas de rua em jogo: Políticas Públicas, Segurança e Gestão da População de Rua em São Paulo. In Anais do Seminário Nacional População em Situação de Rua: perspectivas e Políticas Públicas, p.208-218. 1. Ed. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2008.

FERNANDES, Camila Nastari. Estudo sobre o serviço de acolhimento em república para adultos em situação de rua do município de São Paulo. 2013. 181f. Dissertação (Mestrado) – Área de Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC. São Paulo, 2013.

FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESPSP. Censo e Caracterização Socioeconômica da População em Situação de Rua na Municipalidade de São Paulo – 2011. São Paulo: FESPSP/SMADS, 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. Censo da população em situação de rua da Cidade de São Paulo. São Paulo: FIPE/SMADS, 2015.

_____. Principais resultados do Censo da população em situação de rua da Cidade de São Paulo. São Paulo: FIPE/SMADS, 2010a.

_____. Principais resultados do Perfil Socioeconômico da população de moradores de rua da área central da Cidade de São Paulo. São Paulo: FIPE/SMADS, 2010b.

JACCOUD, L. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In MDS e UNESCO (Orgs.) **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, p.57-86. Brasília/DF, 2009.

MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - MNPR. Carta de Reivindicação por moradia do MNPR. São Paulo. 2012. (Mimeo).

REIS, D.S. O Sistema de Informação da Situação de Rua – SISRUA: – uma contribuição para a política de assistência social na cidade de São Paulo. 2008. 104f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

ROSA, C.M.M. **Vidas de rua**. Hucitec: Associação Rede Rua, São Paulo, 2005.

SÃO PAULO (Município). Decreto Municipal nº 40.232, de 02 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo e dá outras providências. São Paulo, SP. Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 03. jan. 2001.

_____. Lei Municipal nº 12.316, de 16 de abril 1997. Dispõe sobre a obrigatoriedade do poder público municipal a prestar atendimento à população de rua na cidade de São Paulo. Diário Oficial [da] Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 26. abr.1997.

_____. Portaria nº 46. Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. São Paulo: SMADS, 2010.

SILVA, M.L.L. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. 2006. 220f. Dissertação (Mestrado) Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In MDS e UNESCO (Orgs.) **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), p.13-56. Brasília (DF), 2009.

VARANDA, W. ADORNO, R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. Saúde Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 1, abril 2004.

VIEIRA, M.; BEZERRA, E.M.R.; ROSA, C.M.M. (Orgs.). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

YAZBEK, M.C. Assistência social na cidade de São Paulo: a (difícil) construção do direito. Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, nº 22, 72p. São Paulo: Instituto Pólis; PUC-SP, 2004.



Este livro foi composto em Dante MT
pela Editora Autografia e impresso
em papel pólen soft 80 g/m².
